Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades

Filipe de Conti Asth

Avessos da democracia no Brasil: sobre aspirações militantes capturadas pelo ideário (neo)liberal

Rio de Janeiro
2022

Filipe de Contti Asth

Avessos da democracia no Brasil: sobre aspirações militantes capturadas pelo ideário (neo)liberal

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Formação Humana e Cidadania.

Orientadora Prof.ª Dra. Estela Scheinvar

Rio de Janeiro

2022

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

A853 Asth, Filipe de Contti
Avessos da democracia no Brasil: sobre aspirações militantes capturados pelo (neo)liberal/ Filipe de Contti Asth. – 2022.
153 f.

Orientador: Estela Scheinvar.
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação.

1. Democracia – Teses. 2. Estado – Teses. 3. Esquerda – Teses. I. Cheinvar, Estela. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. III. Título.

bs CDU 328

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação.

_____ _____
Assinatura Data

Filipe de Contti Asth

Avessos da democracia no Brasil: sobre aspirações militantes capturadas pelo ideário (neo)libreal

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Formação Humana e Cidadania.

Aprovada em 15 de fevereiro de 2022.

Banca Examinadora:

_____

Prof.ª Dr^{a}. Estela Scheinvar (Orientadora)

Faculdade de Educação - UERJ

_____

Prof.ª Dr^{a}. Cecília Maria Bouças Coimbra

Universidade Federal Fluminense - UFF

_____

Prof. Dr. Edson Passetti

Pontifícia Universidade Católica – PUC-SP

_____

Prof.ª Dr^{a}. Heliana de Barros Conde Rodrigues

Faculdade de Educação - UERJ

_____

Prof.ª Dr^{a}. Katia Faria de Aguiar

Universidade Federal Fluminense - UFF

_____

Prof.ª Dr^{a}. Alessandra Speranza Lacaz

Universidade Federal Fluminense - UFF

Rio de Janeiro

2022

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a todos aqueles que, inconformados com as tentativas de cerceamento de nossas liberdades, criam diariamente outros mundos e modos de vida possíveis.

AGRADECIMENTOS

Esta tese é fruto de conversas, embates, paixões, leituras, estudos, análises, que se deram com encontros desdobrados em alianças provisórias e inesperadas, muitas delas vigorosas e potentes, outras nem tanto. Contudo, impossível nomear todos os intercessores que de algum modo contribuíram para a produção do conhecimento que resultou no corpo deste trabalho. Assim, mais do que agradecer, cabe neste espaço, reconhecer a importância desses encontros e celebrar a possibilidade que cada um deles me deu de “ser outros”.

Celebremos o acaso dos encontros!

Aos meus pais e à minha irmã, por tudo, por tanto. Essas são as linhas em que mesmo que eu reunisse todos os clichês possíveis, eles não conseguiriam expressar o que eu sinto e o que as palavras não dão conta de traduzir. Apenas celebro a existência de cada um de vocês na minha vida sem precisar dizer o porquê.

À Estela que não apenas orienta, mas defende comigo esta tese. Não porque reafirma aquilo que ela possa ter de originalidade, mas principalmente porque sustenta comigo todas as dúvidas, incertezas, que esses estudos suscitaram em nós e que porventura também possam afetar aqueles que o lerem. Pela generosidade de uma orientação que me ensinou que não são os conceitos-ferramenta que nos movem, são os afetos. Eu celebro sua firmeza ao me conduzir para a produção de saber com suor, mas principalmente sua delicadeza ao promover tanto saber com sabor.

A todos do grupo de orientação que comigo partilharam alegrias e tensões ao longo desses anos, celebro as trocas afetuosas dos estudos mas principalmente a admiração que cada um nutre pela trajetória e pelo trabalho do outro.

Aos professores que compõem essa banca e que tão generosamente aceitaram o convite atrevido para ler esse trabalho. As considerações de cada um de vocês servem como instrumentos que me orientam a um fazer político libertário e chegam como referências mais do que bibliográficas, mas como ferramentas para a construção de uma ética para a vida.

Ao programa de pós-graduação e seus funcionários e alunos que acolheram tão gentilmente as demandas dessa pesquisa.

Aos amigos que fiz por todos os espaços por onde circulei durante a vida, a quem eu devo toda a gratidão de poder seguir compartilhando minhas angústias, medos, dificuldades, mas também, e principalmente, todas as alegrias de saber com quem contar nesse percurso.

Ao meu analista, colega de profissão e que faz dela instrumento de promoção de cuidado e acolhimento, que me auxiliou nesse processo de reinvenção de um olhar para as coisas da vida e de coragem pra enfrentá-las.

A todos os encontros que nos possibilitam ser livres!

Considero mais importante conhecer profundamente o inimigo do que marcar o dia da revolução.

Michel Foucault

RESUMO

ASTH, Filipe de Contti Asth. *Avessos da democracia no Brasil*: sobre aspirações militantes capturadas pelo ideário (neo)liberal. 2022. 157f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

Esta tese problematiza o uso que a esquerda institucional brasileira vem fazendo de um discurso que exalta a democracia como solução para o que se define como problema político, sem qualificar o que se entende por democracia. São colocadas em análise práticas que operam pelo autoritarismo, investem no legalismo, na crença no Estado e na punição. Por meio da retórica das democracias liberais representativas que legitima a consolidação de regimes altamente repressivos, as lutas dos que se reconhecem no campo da esquerda permitem perceber o modo como muitas das práticas que se dizem enfrentar a lógica (neo)liberal estão capturadas por ela. Colocam-se em destaque a idealização da democracia como forma de governo no contexto da sociedade (neo)liberal e, principalmente, as práticas de agentes da política partidária que com arrogância acham que sabem como as lutas devem ser e selam o seu o amor pelo Estado. Um amor expresso na aliança indiscriminada com a polícia e a crença absoluta na via eleitoral como única saída para os nossos impasses. Problematizar até que ponto essa relação das esquerdas com o Estado vem conseguindo operar desvios nos modos de subjetivação dominantes é o que norteia as análises propostas. Assim, esta pesquisa questiona aos efeitos tanto de cooptação dos movimentos sociais quanto de aniquilação das resistências e interroga o modo como algumas práticas da esquerda institucional constituem essa esfera do que chamamos avessos da democracia – que não é outro que um modo de reforçar a lógica do Estado. Um analisador desta pesquisa é a sedução da militância por determinados aparelhos de governo que fazem dela instrumento daquilo que ela própria diz confrontar. Destaca-se o efeito que têm as práticas da esquerda institucional de fortalecimento do Estado, questionando como essa relação reverbera naquilo que se institui em nome do que se espera de uma transformação social.

Palavras-chave: Democracia. Estado. Esquerdas.

ABSTRACT

ASTH, Filipe de Contti Asth. *Opposite of democracy in Brazil: on militant aspirations captured by (neo)liberal ideas*. 2022. 157f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

This thesis problematizes the use that the Brazilian institutional left has been making of a discourse that exalts democracy as a solution to what is defined as a political problem, without qualifying what is understood by democracy. Practices that operate through authoritarianism, invest in legalism, belief in the State and punishment are analyzed. Through the rhetoric of liberal representative democracies that legitimizes the consolidation of highly repressive regimes, the struggles of those who recognize themselves in the field of the left allow us to perceive the way in which many of the practices that claim to confront (neo)liberal logic are captured by it. Emphasis is placed on the idealization of democracy as a form of government in the context of (neo)liberal society and, mainly, on the practices of party politics agents who arrogantly think they know how struggles should be and seal their love for State. A love expressed in the indiscriminate alliance with the police and the absolute belief in the electoral path as the only way out of our impasses. Questioning the extent to which this relationship between the left and the State has managed to operate deviations in the dominant modes of subjectivation is what guides the proposed analyses. Thus, this research questions the effects of both the co-option of social movements and the annihilation of resistances and questions the way in which some practices of the institutional left constitute this sphere of what we call the averse of democracy - which is nothing other than a way of reinforcing the logic of democracy. State. An analyzer of this research is the seduction of militancy by certain government apparatuses that make it an instrument of what it claims to confront. The effect that the practices of the institutional left of strengthening the State have is highlighted, questioning how this relationship reverberates in what is instituted in the name of what is expected of an +social transformation.

Keywords: Democracy. State. Lefts.

SUMÁRIO

MAS, O QUE SE QUER MESMO QUANDO SE PEDE POR MAIS DEMOCRACIA? 10

1 **DENOMINADORES COMUNS PARA PROCEDIMENTOS DEMOCRÁTICOS** .37

1.1 **O que tem sido subjetivado como processo democrático?** 47

1.2 **Racionalidade penal e a capilarização das instâncias de julgamento** 60

2 **LIMITAÇÕES DA VIA INSTITUCIONAL** 65

2.1 **A luta do nosso tempo é a luta dos modos de subjetivação** 88

3 **O ROMPIMENTO (OU NÃO) DA CUMPLICIDADE EM TORNO DO ESTADO** ..95

3.1 **Aliança que sustenta o golpe de Estado permanante**..... 100

REFERÊNCIAS.....136

MAS, O QUE SE QUER MESMO QUANDO SE PEDE POR MAIS DEMOCRACIA?

Vivemos um tempo de eclosão de insurreições, motins, que buscam uma ruptura com o modo de vida como ele tem se constituído. Múltiplas têm sido as vozes que anunciam as insatisfações com os efeitos em suas vidas da maneira como estamos hegemonicamente organizados em sociedade. Em diferentes países da América Latina, a expressão dessa insatisfação suscitou movimentos que ocuparam as ruas nos últimos meses do ano 2019[1]. Um dos cartazes levantados em meio à multidão de intensas manifestações no Chile afirmava que o que sentíamos "não era depressão, era capitalismo". A perspectiva de politização da doença mental desse cartaz, que nos apresentou um certo modo de ler o que sente parte da população, sugere que algo se constitui nesses movimentos na contramão do fluxo que institui práticas de individualização. O capitalismo incide sobretudo na

[1] Chile, Bolívia, Equador, Venezuela, Paraguai, Peru e Argentina viveram um ano de intensas manifestações de rua e crises políticas. Os protestos na Bolívia começaram depois que a apuração das eleições presidenciais indicou a quarta eleição seguida de Evo Morales. Os aliados do segundo colocado, tomaram as ruas em protesto, denunciando uma suposta fraude. Morales qualificou os atos como um golpe, mas acabou convocando novas eleições. No Chile, a onda de protestos teve início na segunda metade de setembro após um aumento no preço das tarifas do metrô de Santiago. Milhares de pessoas quebraram catracas de acesso e os protestos tiveram uma escalada em várias cidades do país. O governo decretou estado de emergência e o exército foi às ruas. O presidente Sebastian Piñera suspendeu o aumento da tarifa do metrô e propôs uma reforma constitucional, mas os protestos continuaram. O Equador enfrentou em outubro protestos depois que o presidente Moreno anunciou o fim de um subsídio aos combustíveis, causando um aumento de mais de cem por cento nos preços. Em reação às manifestações, o governo decretou "estado de exceção" e transferiu a sede do governo. Mas as medidas não contiveram as manifestações. Na Venezuela, onde ocorre uma situação de inflação há anos e uma saída de parte da população do país por causa da pobreza e falta de produtos, o líder da oposição, Juan Guaidó, se autoproclamou presidente em janeiro e mobilizou opositores. No fim de abril, ele tentou organizar um levante para derrubar o presidente Nicolás Maduro. Alguns militares aderiram, mas a maioria dos membros das forças armadas permaneceu fiel ao regime chavista. Houve confrontos em Caracas, e ao menos cinco pessoas morreram, mas as mobilizações posteriores foram mais fracas. Em setembro, na Argentina, integrantes de movimentos sociais protestaram para exigir que o presidente Macri declarasse emergência alimentar para combater a pobreza. O Congresso aprovou, por unanimidade, um projeto de lei alimentar de emergência para permitir maiores recursos aos programas sociais. A pobreza na Argentina aumentou no primeiro semestre, o nível mais alto desde o colapso da economia em 2001. O país realizou eleição presidencial em outubro e, sem conseguir uma retomada da economia, Macri não se reelegeu. No fim de setembro, o presidente do Peru, Martín Vizcarra, dissolveu o congresso, que tentou suspendê-lo por um ano e nomear a vice. Manifestantes apoiaram a decisão de fechar o Congresso, em meio à crise de credibilidade da classe política por causa do escândalo ligado à Odebrecht no país. O governo do Paraguai assinou com o Brasil um documento em que se comprometia a comprar energia mais cara do que o habitual da Usina de Itaipu, que pertence aos dois países. Em decorrência, em agosto, o Paraguai mergulhou numa crise política, funcionários em cargos importantes caíram e o presidente Mario Abdo ficou ameaçado de ser submetido a um processo de impeachment. Houve manifestações pelo país, principalmente na capital, Assunção. O acordo firmado em maio, sem divulgação, foi cancelado oficialmente e a tensão diminuiu. Um grupo governista que havia aderido à proposta de impeachment da oposição acabou desistindo.

privatização das relações, dentre as quais, as sociais. Contudo, o que tem se expressado nas ruas é da ordem da revolta contra esses assujeitamentos a que temos sido submetidos por um capitalismo intensificado com a racionalidade neoliberal.

Já da janela do meu quarto, o que parecia haver de mais vibrante era o grito de gol vindo do bar da esquina onde toda semana se reunia um grupo de flamenguistas que se preparava para a tão aguardada final da Copa Libertadores da América que aconteceria na capital chilena naquele ano. Me despertou curiosidade saber como andava a expectativa dos chilenos para o jogo, sobretudo pelo momento político vivido por eles naquele período em que se multiplicaram manifestações pelo país, mas logo tive notícia de que a partida havia sido transferida de Santiago para Lima por alegadas questões de segurança. A mobilização popular foi mais uma vez utilizada como justificativa para colocar nas ruas todo o aparato estatal de repressão e controle.

Sempre gostei de política, nunca me interessei por futebol, apesar do esforço do meu pai em me fazer gostar. A esfera que se constitui em torno da mobilização pelo esporte sim, essa sempre me atraiu. No entanto, o Flamengo é o time que parte da minha família escolheu para torcer. Eu nasci em maio de 1982, alguns meses após o flamengo ganhar pela primeira vez a Copa Libertadores da América em 23 de novembro de 1981 e o Campeonato Mundial de Clubes em 13 de dezembro de 1981, e minha infância e adolescência transcorreram nesse clima de paixão por esse time. Após trinta e oito anos, a nova conquista da Libertadores pelo Flamengo em 23 de novembro de 2019 suscitou o resgate de uma memória afetiva que me levou para as ruas acompanhar a comemoração desse título. Foi impressionante o que vi e senti. A última vez que estive imerso em uma multidão como aquela na Avenida Presidente Vargas, no Rio de Janeiro, foi nas chamadas jornadas de junho de 2013. Com uma diferença: dessa vez, além da motivação ser outra, eu parecia explorar um mundo novo no coletivo que se formou nessa ocasião. Ainda que em 2013 as ruas estivessem ocupadas por múltiplos segmentos da sociedade, em sua maioria a juventude e classes médias urbanas, naquele momento eu me reconhecia no movimento estudantil universitário, na manifestação político-partidária, em pessoas de diferentes círculos sociais que eu frequentava. Dessa vez, em sua imensa maioria, era a periferia que ocupava as ruas. O fluxo no sentido dos meios de transporte já anunciava isso. O engajamento desse segmento da população me

pareceu absoluto à campanha extraordinária do Flamengo em campo. E por ser a força governista tanto no executivo estadual quanto federal, o espectro da considerada direita conservadora foi o que mais investiu em capitalizar esse bom momento do clube. Alguns dos principais expoentes desse segmento político insistiram em aparições públicas com a vestimenta rubro-negra. O governador do Rio à época, Wilson Witzel, se ajoelhou em campo ante o artilheiro do time, Gabigol, que lhe deu as costas e foi embora. Witzel voltou de Lima no mesmo voo que o time rubro-negro e postou foto ao lado do mesmo jogador na tentativa de desfazer a imagem do episódio que teve grande repercussão. Fora de campo, o clube seguiu negando as indenizações aos familiares dos garotos mortos no incêndio[2] em seu centro de treinamento e sua diretoria mantendo estreitas relações com o grupo político que ocupava o poder no governo federal.

É inevitável fazer um paralelo entre os movimentos de massa que surgiram em diferentes países da América Latina nos últimos meses de 2019 e o que aparentava ser uma certa apatia do conjunto geral da população brasileira diante da avalanche de políticas neoliberais e fascistas em marcha. O que faria essa mesma multidão ocupar as ruas no Brasil que não fosse somente a devoção ao clube do coração? Torcer pelo time sugere apoio, paixão, mas manifestar-se contra o governo tem sido usado como sinônimo de baderna, vandalismo, não sendo apropriado como um mecanismo de participação direta para incidir efetivamente sobre o rumo das coisas.

Aposta-se em ações indiretas que são fundadas na representação de acordo com a qual alguns indivíduos são eleitos para defender os direitos de todos. O que é entendido como política é a crença nos que assumem cargos eletivos, ou seja, uma prática da ordem da devoção a pessoas ou projetos políticos, e não da ordem da participação em formulações e determinações. O modo de intervir na realidade social e política acaba se restringindo à adesão através do voto e, assim, delegamos a alguém ou a uma ou a uma ou mais instituições a condução de nossas vidas, escondendo-nos atrás de um representante a quem todos passamos a dever respeito e obediência. Configura-se um tipo de submissão que sustenta as

[2] Um incêndio, ocorrido em 8 de fevereiro de 2019, atingiu o alojamento das categorias de base do Centro de Treinamentos do Flamengo, deixando 10 adolescentes mortos. Disponível em https://ge.globo.com/futebol/times/flamengo/noticia/tragedia-no-ninho-do-urubu-veja-lista-de-mortos-e-feridos-do-incendio-no-ct-do-flamengo.ghtml, acessado em 20 de maio de 2020.

organizações hierárquicas em que as vontades de cada um devem se submeter à vontade geral ou ao programa de um partido, ou às diretrizes de um governo, separando as práticas que são entendidas como políticas dos pequenos atos da vida cotidiana. Assim, a relação da definição e execução da política com a vida diária das pessoas se distancia e, como os mecanismos instituídos são sempre os mesmos, o que temos é uma reprodução das mesmas práticas, invisibilizando e recusando outros modos de se fazer política.

Acontece que a América Latina fervia naquele ano de 2019 e não era só pelo futebol. Muita coisa vinha acontecendo nos últimos anos e, no Brasil, tornaram-se visíveis com a eclosão das já referidas jornadas de junho de 2013. Naquela ocasião sim, as ruas foram ocupadas por inúmeras manifestações e o estopim para que multidões começassem a marchar de forma incontrolável na cidade do Rio de Janeiro, para cercar e invadir o palácio do Poder Legislativo e alguns estabelecimentos do Governo Federal foi o aumento das tarifas dos ônibus. Mas não era “só por vinte centavos”. As manifestações que ocorreram naquela oportunidade não formaram um conjunto rígido, elas expressaram um acontecimento plural e sua complexidade repousa exatamente nessa diversidade de vozes, percepções, gestos e atitudes.

O que ecoou nas ruas naquela ocasião pronunciou interesses diversos, tanto em diálogo como em confronto. Desse modo, as ruas do Brasil se tornaram palco de intensas disputas políticas, com vozes que amplamente diziam querer justiça social, seja pelo fortalecimento democrático, seja pelo acirramento de práticas autoritárias. Quem dizia defender a democracia geralmente era localizado como “esquerda” e quem anunciava desejo por aumento do autoritarismo, como “direita”. Acontece que mesmo quem diz respeitar a estrutura democrática lança mão de práticas autoritárias, e muitos dos que evocam autoritarismo o fazem em nome da democracia, tornando muito difusa em alguns sentidos, em alguns momentos, as diferenças entre as chamadas esquerda e direita. Colocar em análise esses sentidos políticos, seja no que tem sido apresentado a nível governamental como política pública, seja no que tem atravessado as nossas práticas no cotidiano, é o horizonte da análise aqui proposta para se pensar especialmente o que se quer quando se pede por mais democracia, pois como a maioria dos conceitos políticos, democracia é uma noção essencialmente contestável, e seu significado é, em si próprio, um

campo de batalhas. Interessa-me, portanto, seguir os rastros das escolhas estratégicas do emprego do termo.

Acontece que essa revolta popular de 2013 foi um acontecimento incontrolável e por mais que se tenha tentado construir estratégias para cooptar as multidões que estiveram nas ruas em junho daquele ano, mais do que a tentativa de adesão a certos discursos, incidiu-se sobre a criminalização dos manifestantes. E especialmente nesse ponto a propagandeada polarização entre "esquerda" e "direita" acaba. Entre outras coisas, viu-se nesta oportunidade, discursos de defesa do patrimônio público e da necessidade de manifestações pacíficas em todos os extremos do espectro político como mote para a criminalização da tática Black Bloc[3], caracterizando-a como vandalismo.

Uma parte do campo considerado de esquerda investiu na propagação de uma narrativa específica sobre 2013 como origem de toda a trama que culminou no golpe midiático parlamentar de 2016 e na emergência do fascismo. Um debate alimentado por uma militância personalista, em sua maioria masculina, que não abre mão do direito de poder dizer como as lutas devem ser. Um segmento cujo parâmetro de atuação ocorre dentro dos próprios ideais de luta burocrática e de negociações institucionais, definindo como deve ser uma manifestação ou protesto. Ainda na esteira deste mesmo movimento, definem o que é ser um cidadão correto, um eleitor consciente, um bom policial. Parece não haver espaço para pensar quanto esses discursos referendaram a escalada de repressão que já havia se intensificado em 2013 e estava alinhada às esferas federal, estadual e municipal pelos governos que ocupavam os lugares instituídos de poder na época.

Tais investidas repressivas se intensificaram, resultado das alianças e políticas públicas de segurança que adotaram posturas cada vez mais punitivistas, reforçando o papel do Estado como principal agente da repressão, não só nas manifestações como no aumento do encarceramento e do genocídio das populações periféricas, negra, indígena, bem como no ataque aos movimentos sociais. Parte do campo chamado de esquerda que sustenta esse discurso de criminalização de 2013 desconsidera o fato de que os "donos do poder" usam a força em nome do que entendem como Estado democrático sempre que é necessário, usando todos os meios para isso, e confirmando que a exceção é regra na nossa sociedade e que "a

[3] Black Bloc é uma tática de ação direta, sustentada por grupos anarquistas que se reúnem, vestidos de preto e balaclava, para enfrentar as forças da ordem e protestar em manifestações de rua.

aparência de democracia serve apenas para manter os 99% acreditando que têm real participação política" (Jourdan, 2018a, p. 102-103).

Mas a potência de 2013 que se expressou pela intensidade de uma revolta dissonante e polifônica não deixou de existir mesmo com essa criminalização, com toda a repressão. Junho não acabou e isso é retomado a cada momento na vida política brasileira: "teve junho antes de junho, teve junho depois de junho" (Facção Fictícia, 2020). A vida política brasileira não se resume ao revezamento de políticos nos cargos e no parlamento, existem lutas concretas acontecendo todos os dias alimentando a revolta que está em curso mesmo que invisibilizada.

As revoltas populares que eclodiram em 2019 em nossos países vizinhos, e em vários lugares do mundo, expuseram de modos tão intensos e contundentes quanto às manifestações de junho de 2013 no Brasil, que é preciso uma transformação radical na nossa sociedade. Esses movimentos chamaram a atenção para os efeitos de uma mudança profunda que vem ocorrendo em diversos níveis: desde o perfil demográfico, funcionamento do trabalho e da economia, até à dinâmica das cidades, além de um estado de descrença generalizado na classe política como um todo no que ganha espaço o movimento messiânico como lugar do político e representante da moral. As diversas faces dessas manifestações apontam então para a necessidade de ampliar o horizonte para pensar os desafios colocados por essa realidade que implodiu o pacto político instaurado até então.

Seria possível, deste modo, colocar em análise a atualidade em meio a esse fluxo intensivo de acontecimentos? Como escrever um texto que se quer tese em um movimento de pensar o presente? Existe, nessa direção, um importante exercício de subjetivação pela escrita que nos desloca dos lugares até então considerados confortáveis. Que formas dominantes de subjetividades produzidas nessa esfera de crise social e política me constituem? Quais outras serão capazes de operar deslocamentos? É necessário estabelecer um novo tempo de realização das coisas. Existe uma aposta na escrita como instrumento para isso, ou seja, a pesquisa e a escrita como operadores de um processo de construção de si, a escrita de si como um olhar para o histórico e para o coletivo, ou seja, um certo modo de interferir nas produções coletivas.

Assim como Rolnik (1993), também considero que a escrita "trata", pois além do desassossego que a faz criar outros mundos, a escrita tem um poder de tratamento em relação às "marcas de experiências que produzem em nós um estado

de enfraquecimento de nossa potência de agir que ultrapassa um certo limiar, uma espécie de intoxicação" (247). Segundo essa autora, as marcas podem a qualquer momento vir a se espalhar e contaminar tudo, dessa maneira, a aposta na escrita, enquanto instrumento do pensamento, pode auxiliar em "penetrar nestas marcas, anular seu veneno, e nos fazer recuperar nossa potência" (Rolnik, 1993, p. 247).

A escrita deste texto é então o efeito das marcas em um corpo que desde o início da pesquisa já vibrou de cansaço por um semestre[4] que se arrastou pelas circunstâncias de uma resistência na universidade que apostou mais uma vez na greve como ferramenta de luta; vibrou de indignação pelas arbitrariedades de uma justiça seletiva e burguesa que condenou "por convicção"[5] e prendeu um ex-presidente; vibrou de tristeza pelo assassinato de uma parlamentar[6] negra, lésbica, favelada, defensora dos direitos humanos, e por tantos outros que seguiam invisibilizados em um estado que dizia estar sob intervenção federal[7] na área de segurança pública; vibrou de medo ao imaginar o que poderia acontecer com a

[4]A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) teve o calendário letivo alterado desde que saiu, em julho de 2016, de uma greve por reivindicações de condições de trabalho, que durou cinco meses. Em outubro de 2017, ainda com o semestre atrasado, foi deflagrada nova greve por falta de pagamento aos trabalhadores de certos setores do estado, dentre os quais os da universidade, e depois de mais de três meses, os professores retomaram em 22 de janeiro de 2018 as aulas relativas ao primeiro semestre de 2017.

[5]Termo utilizado em entrevista coletiva em 14/09/2016 pelo procurador da Operação Lava Jato, Deltan Dallagnol, ao apresentar a denúncia do Ministério Público Federal (MPF) contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para justificar que Lula era o comandante do esquema criminoso alvo da operação.

[6]O assassinato de Marielle Franco, vereadora do Rio de Janeiro pelo PSOL, foi um crime executado no dia 14 de março de 2018, no Estácio, região central da cidade.

[7] No contexto brasileiro, o então presidente Michel Temer decretou, em fevereiro de 2018, uma intervenção militar no Rio de Janeiro, para combater o que a imprensa vinha chamando de "guerra" e "onda de violência" no estado. A decisão foi instituída por meio do Decreto n.º 9.288, de 16 de fevereiro de 2018, outorgado pelo Presidente da República, com publicação no Diário Oficial da União no mesmo dia, sendo essa a primeira aplicação do art. 34 da Constituição Federal de 1988. Em condições normais, o governo federal não pode intervir nos estados, mas no caso do Rio de Janeiro, foi invocado o inciso três do artigo 34 da Constituição de 1988, que permite uma intervenção federal para "pôr termo a grave comprometimento da ordem pública". Essa medida foi adotada sem o respaldo de indicadores, definição das principais ações, projeções e análise do orçamento da área de segurança pública do estado. Sendo que de acordo com as informações do 11º Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que utilizou dados de 2016, os últimos disponíveis, os estados de Sergipe, Rio Grande do Norte, Alagoas, Pará, Amapá, Pernambuco, Bahia, Goiás e Ceará, lideravam a lista com as maiores taxas de mortes violentas do país, na frente de São Paulo e Rio de Janeiro. Em outros momentos da história da cidade já haviam se utilizado da construção dessa esfera de aumento da violência para justificar a execução de políticas apresentadas como de segurança pública, como foi o caso da implementação das Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs). A primeira unidade de polícia pacificadora surgiu em meados de 2008 no morro do Dona Marta, em Botafogo, na Zona Sul do Rio de Janeiro, sendo que escolha da cidade para sediar os Jogos Olímpicos de 2016 foi o impulso necessário para aumentar os investimentos no programa. Para uma análise sobre as ações das UPPs, ver Batista, V. (2011).

eleição de um candidato autoritário à presidência[8] e a microfísica do fascismo que lhe dava sustentação; vibrou de perplexidade ao ver pessoas do convívio próximo sedentas por mais leis, por mais polícia e por mais punição como forma de resolução dos nossos conflitos e pela continuidade da seletividade penal que segue matando muitos para proteger alguns; vibrou com uma espécie de "saudade daquilo que eu nunca defendi"[9] no contexto de tantas restrições, reivindicando políticas de Estado de Bem Estar Social, que pouco antes criticava por todo o controle e assujeitamento por ele produzido. Uma infinidade de vibrações. As intensidades, as tensões e as inquietações que ressoaram nessas vibrações, e em tantas outras, apontavam para tempos muito difíceis... sem imaginar que em meio a todo esse contexto ainda viveríamos uma pandemia que nos forçou ao isolamento social apontado como único modo de barrar o avanço do contágio por um vírus. Grande parte do mundo se recolheu.

Não houve amanhecer desacompanhado da constatação de que seríamos consumidos por uma avalanche de notícias, desde 2020. Acordávamos já cientes de que a pilha de informações inadiáveis, por vezes jamais apreendidas, acabava de ganhar novo detalhe ou relevância. Fato é que fomos tomados por uma obsessão pelo vírus e o mundo parecia estar em suspenso por isso. Álcool gel, isolamento social, máscara, encontros virtuais, e inúmeras tentativas frustradas de sair desse ciclo. Por mais bem sucedida que fosse a experiência com um livro de receitas, com um tutorial ou *live* em qualquer das plataformas digitais ou com a arrumação de um armário há meses esquecido, era inevitável voltar a pensar no modo de vida que se instituiu por conta de um ser invisível.

A reinvenção da rotina, que naquele momento, para os que tínhamos como nos resguardar, se estendia até o limite máximo da porta de nossas próprias casas, oscilava entre colocar em ordem os assuntos pendentes e explorar o potencial utópico que aquela pausa forçada nos impôs (Pellegero, 2020). Mas aqui me refiro a um modo de vida que se estabeleceu para os que tinham um mínimo de condições garantidas por uma rede de proteção social. Digo isso porque parte significativa da população foi lançada à própria sorte e dado fato de que não havia alternativa que

[8]A eleição presidencial de 2018 no Brasil foi realizada em dois turnos, sendo o segundo turno disputado entre Fernando Haddad (PT) e Jair Bolsonaro (PSL), que se saiu como o vencedor.

[9]Frase pronunciada pela professora Heliana Conde na aula do dia 01/03/2018 para explicitar o momento vivenciado na atualidade ao nos vermos obrigados a pedir de volta as políticas ditas públicas que se diziam promotoras de bem estar social, mas que tanto criticávamos pelas formas de controle e assujeitamento com as quais se constituem.

não fosse arriscar-se ao contágio, seja pela impossibilidade de parar de trabalhar, pela necessidade de enfrentar filas para garantir o auxílio emergencial proposto pelo governo ou para buscar atendimento nos serviços de saúde, para procurar um posto de trabalho por ter perdido o que tinha ou por outras inúmeras situações que inviabilizaram se adequar ao que foi chamado de quarentena. Sem contar com a parcela da população que não seguiu as orientações de restrição sanitária por ter aderido ao discurso negacionista do governo.

O vírus tornou evidente aquilo que já estava posto antes, mas escamoteado pela normalidade ilusória, normalidade essa reivindicada pelos adoradores do livre-mercado, pois "a economia não poderia parar". Na falsa dicotomia entre pandemia e economia seguimos naturalizando as vidas que estávamos dispostos a sacrificar. Assim, tanto pelo modo de subjetivação conduzido pelos meios de comunicação de massa, quanto pela consolidação de uma obediência produzida para servirmos às ordens do Estado, fomos todos levados à exaustão do assunto que unilateralmente nos dominou naquele momento: pandemia de covid-19. Desde que foi deflagrada oficialmente a crise sanitária no Brasil, o país registrou um aumento exponencial do contágio, ocupando por diversos momentos o topo das posições de piores marcas do mundo com relação aos números de vítimas, contágio, etc[10]. Fiquem em casa, pelo menos os que puderem, lavem as mãos ou na impossibilidade desinfecte com álcool, usem a máscara, cuidem da imunidade, foram as reiteradas orientações.

Uma pandemia forçando a adaptação a um outro modo de vida, revoltas populares eclodindo por toda a América Latina e pelo mundo ao longo dos últimos anos, fatos políticos tensionando dia após dia a correlação de forças no contexto brasileiro... o momento presente que parecia operar uma iminente transição coincidiu com uma fase da minha vida na qual se apresentavam muitas incertezas. Ou seriam essas incertezas o próprio efeito dessa iminente transição do momento presente em mim? De qualquer modo, o desafio estaria em habitar essas incertezas sem que essa experiência se tornasse paralisante. Além disso, o tempo da escrita na pós-graduação opera na lógica da dívida, nos fazendo sentir sempre em falta. Aliás, é o simples fato de viver nesse mundo capitalista que tem nos colocado nesse lugar. Mas nesse contexto específico de doutoramento e de produção de conhecimento na universidade, trata-se sobretudo de uma falta que diz mais sobre a

[10] Disponível em https://oglobo.globo.com/sociedade/brasil-ultrapassa-russia-e-segundo-pais-com-mais-casos-do-novo-coronavirus-no-mundo-24441928 , acessado em 01 de junho de 2020.

dificuldade na análise das minhas implicações com o campo investigado que pretende questionar valores considerados supremos até então, tais como a própria noção de democracia.

Romagnoli e Paulon (2014) chamam a atenção então para uma importante questão quando nos indagam “o que a instituição acadêmica está deflagrando em nós e em nossas pesquisas?”. Para essas autoras, “pesquisa pode conjugar implicação do(s) pesquisador(es) e rigor científico”, sendo que, para elas, o rigor “está justamente na sustentação da complexidade atinente ao humano, no enfrentamento dos discursos de verdade que o constituem, imbricados nas relações de poder, prenhes de circunstancialidade” (Romagnoli e Paulon, 2014).

Assim, nesse emaranhado de sentimentos, ações, pensamentos, é que se construiu um corpo para a escrita, para a pesquisa, para a resistência, para as lutas cotidianas e na linha do que propôs René Lourau em 1993 no Brasil, ao apontar a noção de implicação como o escândalo da Análise Institucional, fez-se fundamental afirmar a necessidade de se analisar os vínculos afetivo-libidinais, políticos, profissionais e institucionais enquanto pesquisador inserido neste contexto.

Coimbra e Nascimento (2007) afirmam que “implicado sempre se está, quer se queira ou não, visto não ser a implicação uma questão de vontade, de decisão consciente, um ato voluntário. Ela encontra-se no mundo, pois é uma relação que sempre estabelecemos com as diferentes instituições” (p. 30). Ou seja, a noção de implicação “denuncia que aquilo que a instituição deflagra em nós é sempre efeito de uma produção coletiva, de valores, interesses, expectativas, desejos, crenças que estão imbricados nessa relação” (Romagnoli e Paulon, 2014).

Deste modo, ao colocar em análise as minhas implicações, abro possibilidades para questionar quais usos têm sido feitos das posições e arranjos de saber e poder em que me alojei, por mais temporárias que essas tenham sido. Assim, a aposta desta pesquisa é também dispor o “corpo vibrátil[11] à afetação vivenciada nas práticas militantes que colocam elas próprias em análise” (Souza, 2016, p. 127).

Entendo que o que se denomina de prática militante foi se consolidando na graduação em psicologia na Universidade Federal Fluminense, quando pude entrar em contato, pelo menos naquele nicho, com uma ciência que nega a neutralidade e

[11] Souza (2016) utiliza o conceito de corpo vibrátil proposto por Suely Rolnik para dizer “de um corpo que temos que é tocado pelo invisível, capaz de conectar-se com o plano do sensível” (p. 127).

rejeita a dicotomia entre psicologia e política. Desde então, encaro o fazer do psicólogo como instrumento fundamental de transformação da realidade social e não apenas como ciência do intimismo, conforme pretende afirmar uma certa formação acadêmica hegemônica que é reforçada por uma produção cada vez mais intensa a respeito do que se espera dessa profissão. Trata-se, portanto, de uma militância que faz uma aposta declarada na ligação entre psicologia, produção de subjetividade e política.

Isto posto, penso que partir dessa chamada militância que se orientava por certos horizontes e que hoje não sustenta mais os mesmos interesses, pode me ajudar a pensar o que se tem produzido nela e por ela. Imaginar que ao operar uma certa militância na trajetória acadêmica e profissional, seja na defesa dos chamados direitos humanos ou na formulação e execução de políticas consideradas públicas, possa ter contribuído mais para a manutenção da lógica do capital do que para a criação de outros mundos possíveis, me leva a perceber que muitas vezes o que se produziu foi um ativismo. A militância assumindo a configuração de ativismo tolo. Um ativismo tolo por sustentar uma perspectiva teleológica da atuação. Ativismo tolo porque é um "enxugar gelo" que acredita mudar o rumo das coisas. Um certo ativismo que se forjou em diferentes trincheiras nas quais me aventurei na tarefa de psicólogo-pesquisador-militante, constituindo uma militância como uma espécie de atualização laica do cristianismo que fez parte da minha formação em instituição escolar católica, uma trajetória que foi se constituindo como calvário que se atravessa se sacrificando pelo futuro da revolução, como bem pontua Acácio Augusto (2020) sobre alguns modos de constituição das lutas. Nesta direção, não há como não colocar em análise os efeitos desse movimento em discursos e práticas da própria esquerda, por meio do analisador "ativista".

O ativista é aquele que assume a responsabilidade por tudo, a partir de um lugar que ele considera iluminado, e trabalha no sentido de beneficiar outras pessoas. Dessa forma, passa a carregar a responsabilidade de todas as soluções sobre seus próprios ombros, e inevitavelmente se sente tomado pela culpa de não dar conta das questões que assume, pela obrigação de ter que resolver tudo, pelo seu próprio sacrifício (Coimbra e Nascimento, 2007). Implique-se sem analisar suas implicações é o lema do ativista. Essa "ideologia normativa do sobretrabalho, gestora na necessidade do "implicar-se" (p. 190) é o que Lourau (2004) chamou de

"sobreimplicação". Ao analisar esse conceito, Coimbra e Nascimento (2007), chamam a atenção para

> a presença de dois dispositivos que podem estar contribuindo para práticas de sobreimplicação: o acúmulo de tarefas e a produção de urgências. Ambos em muitos momentos, impõem e naturalizam a necessidade de respostas rápidas e competentes tecnicamente, podendo estar afirmando, assim, um certo ativismo. Tal funcionamento atende com perfeição à lógica capitalista contemporânea (p. 28).

A sobreimplicação é, portanto, a aposta no ativismo, uma crença no sobretrabalho, e tem produzido como um de seus principais efeitos a dificuldade dos que os que estão no campo da militância colocar em análise as suas implicações, seja qual for a sua frente de atuação, de lutas e resistências. Chamar a atenção para a necessidade de colocar em análise as nossas implicações é uma forma de pensar como tem sido pautada a militância dita de esquerda, e especialmente "como vêm se dando nossas diferentes intervenções" (Coimbra e Nascimento, 2007, p. 29). Em um contexto absolutamente incerto sobre vários aspectos, o medo tem sido manipulado para orientar a condução de nossas vidas sem que seja possível criar condições para pensar os processos que estamos vivendo ou nos coloca a pensar apenas a partir de certos conteúdos.

Desta maneira, temos sido cada vez mais reativos, tanto com relação ao que temos de enfrentar, como também com os que consideram os nossos próprios pares. Além de sobreimplicada, parte considerável dos "companheiros" conduz a sua militância pautada em práticas que poderíamos chamar de "sobreimplicantes". Com a desmobilização do grupo político que governou o Brasil na última década (2003-2016), temos assistido "uma busca histérica de uma identidade 'verdadeiramente de esquerda' ou revolucionária" (Lazzarato; Roque, 2017, p. 397) que se atualizou especialmente na maneira como alguns professam certa superioridade moral que parece não estar ao alcance de mais ninguém a não ser a do seu próprio segmento, ou até mesmo em

> uma pretensão insuportável de decretar a forma justa de viver – aquela que é verdadeiramente progressista, esclarecida, correta, desconstruída, imaculada. Pretensão que enche qualquer pessoa relegada à classe dos reaça-conservadores-obscurantistas-limitados-caipiras-ultrapassados de desejos assassinos (Comitê Invisível, 2016, p. 14)

Talvez fosse necessário então inventar outra palavra, estabelecer uma nova prática. Ou mais do que isso, reinventar a si nesse processo e, assim como fez Bartleby[12], afirmar que “eu preferiria não”.

Algumas recusas marcaram o percurso no qual venho me constituindo, pois assim como afirma Rolnik (1993), “vamos nos criando, engendrados por pontos de vista que não são nossos enquanto sujeitos, mas das marcas, daquilo em nós que se produz nas incessantes conexões que vamos fazendo” (242). Tratar das marcas por meio da escrita de uma tese é um modo de atribuir-lhes sentidos, ressignificando-as e reconstituindo-me neste processo, pois recusar a neutralidade enquanto pesquisador como procedimento de aproximação com o campo não é uma forma apenas de romper a barreira entre sujeito que conhece e objeto a ser conhecido, mas sobretudo de mostrar que sujeito e objeto do conhecimento se constituem no mesmo momento, no mesmo processo.

O percurso no qual venho me constituindo se orientou por uma inclinação definida pelo atravessamento de diferentes experiências que compõem a minha história e foi sendo reorganizado por um limite ético que se estabelecia no cotidiano da prática, desde o exercício como psicólogo na ponta dos serviços de acolhimento institucional, do programa de proteção ou da própria clínica, à gestão das políticas públicas em projetos ligados ao meio ambiente ou à juventude, até a atuação como assessor parlamentar e dirigente partidário.

A atuação por dentro da máquina estatal nesses espaços mencionados suscitou em mim uma série de inquietações com o que se produzia em nome da proteção, do cuidado, dos direitos humanos, e mais especificamente na militância em partidos considerados de esquerda, e em como essas noções ajudam a compor o que se institui como prática política em nome da luta pela democracia. O fio da navalha, então, estaria em colocar em análise em um contexto social de emergência e fortalecimento de muitos conservadorismos, e no quanto essas noções poderiam ser apropriadas por práticas fascistas, porque dizer certas coisas se tornou muito perigoso, pois como nos lembra Foucault (1995, p. 256), “nem tudo é ruim, mas é tudo perigoso”.

[12] Bartleby, o Escriturário é um conto do escritor norte-americano Herman Melville (1819-1891) que trata da história de um jovem escrivão que passa gradativamente a não realizar suas tarefas no trabalho quando iam contra os seus princípios, repetindo a frase “Eu preferiria não fazer”.

Em um determinado momento, pelas circunstâncias históricas e de vida, apostei na militância chamada orgânica como meio de encontrar algumas respostas, escolhendo em uma primeira oportunidade, já na adolescência, o partido dos trabalhadores e depois, com o término da graduação, o partido que tem as noções de socialismo e de liberdade na composição de seu próprio nome, como possíveis interlocutores dessa aposta. Minha chegada na universidade coincidiu com a ascensão do PT ao poder, e minha permanência na universidade constatou aos poucos que “não existe governo de esquerda” (Deleuze, 2021). A dificuldade de colocar essa aposta em análise se deu em função da necessidade de ter de encarar os seus efeitos em mim e na reorganização daquilo que a orientava, qual seja, um certo desejo de mudar as coisas, o que em determinados momentos foi por mim também entendido como revolução. Mas não se trata aqui apenas de pôr em questão o "desejo da revolução". Para Ibáñez (2018),

> este consiste num elemento fundamental da sensibilidade social emancipatória e do pensamento utópico. Os libertários e, com eles, milhões de pessoas, sonham, mais ou menos vagamente, com uma mudança social que desembocaria em uma sociedade radicalmente diferente da que conhecemos. Este sonho constitui um elemento do imaginário social desde o tempo, não tão distante, em que se descobriu que as formas sociais são formas sócio-históricas, ou seja, formas relativas, e que, portanto, concebeu-se agir sobre elas para voluntariamente modificá-las. Desejar ativamente viver "em outro lugar", em relação ao social instituído que conhecemos, constitui certamente o imperativo de toda ética. Portanto, não é o desejo de revolução que deve ser questionado. Ao contrário, o desejo de revolução constitui um elemento fundamental de todo pensamento crítico e é uma parte indispensável da utopia libertária. Por sua vez, o que resulta seriamente problemático é o projeto de revolução. Ou seja, a elaboração política ou estratégia do desejo de revolução, sua tradução concreta em uma concepção e uma prática sociopolítica que se queira libertária.

Sigo sonhando “mais ou menos vagamente” com uma mudança social. Só que esse sonho hoje me obriga a problematizar o que é entendido como revolução. Será mesmo que o elemento fundamental de todo pensamento crítico e da utopia libertária é o desejo de revolução? Quais sentidos de revolução têm prevalecido sobre as lutas? Quais lutas? De que modo essas lutas têm se constituído?

A passagem pela trincheira institucional como uma estratégia de luta contribuiu para a constituição de práticas sobreimplicadas que me impediram, e ainda impedem, de colocá-las em análise. A dureza de espaços como o do partido político e de um mandato parlamentar foram me tornando aos poucos um burocrata

do Estado que se afastou da luta enquanto sonho apaixonado movido pelos afetos do cotidiano e a transformou em uma insuportável reprodução de tarefas. Não faltaram tarefas na vida de um ativista que se pretendia militante. Ou na vida de um militante que se constituiu em um ativista da lida diária. Militância e ativismo se apresentam com sentidos políticos que atravessam e constituem as diversas lutas, formando um duplo indissociável fortalecendo “as eficácias da governança, a real ilusão de que todos estamos unidos pelo direito democrático de todos em qualquer nível” (Passetti, 2020, p. 194).

Nos últimos anos no Brasil, essa sintaxe militarizada voltou a ser amplamente utilizada e isso ocorre precisamente, de acordo com o Nu-Sol (2021a), por meio de rituais eleitorais democráticos pois a política, mesmo a identificada como progressista ou à esquerda, depende dessa sintaxe militar para se sustentar. Militância e ativismo não podem ser definidos, então, como de esquerda ou de direita, pois vivem da sua ambiguidade, precisam destas duas forças e do que elas conseguirem agregar em torno de uma questão, de um tema (Passetti, 2019). Assim, enquanto as condições das práticas neoliberais estimulam e conferem autoridade às militâncias e aos ativismos políticos, sociais, culturais, artísticos, os anarquistas convocam a “arruinar a sintaxe, a linguagem que nos governa e inventar militantismos” (Passetti, 2020, p. 198), noção apresentada por Michel Foucault em 1984, em seu último curso proferido no Collège De France, *A Coragem da Verdade*, que fala de uma “prática radical distante e distinta da então noção corrente de militância” (Nu-Sol, 2021a). Passetti (2019) afirma que algumas práticas anarquistas na atualidade se afirmam por meio da noção de militantismo como ação de expansão da vida, no entanto, estão entre uma dinâmica mais radical, como a formação de blocos negros, por exemplo, ou por vezes capturadas noutras não tão radicais, como a pacificação promovida pela transversalidade democrática, seja em direção a uma aproximação com o marxismo libertário, seja a um “diálogo” político na “conjuntura”.

O imperativo da ética que me move a querer “viver em outro lugar” colidiu com essas tentativas de capturas da transversalidade democrática, principalmente com as diretrizes do programa que orienta a tática político-partidária, nem tanto por suas concepções de mundo, mas principalmente porque “todo programa é paralisante”, como disse Daniel Cohn-Bendit em entrevista a Jean Paul Sartre no Filme Documentário “No Intenso Agora” de João Moreira Sales (2017). A relação

que se estabelece com o programa é sempre a do valor supremo, pautando-se na lógica de uma verdade absoluta. E são algumas dessas verdades, tão caras a todos aqueles que se incomodam com os efeitos do modelo econômico vigente sobre nós, que serão aqui destituídas, não para construir outra verdade em seu lugar, mas sobretudo para colocar em análise as práticas que as constituem e as sustentam.

Essa colisão com o programa político-partidário se deu em um primeiro momento com os modos como se constituem as disputas internas por espaços e por narrativas e em um segundo momento, a partir de uma perspectiva mais macro, com a forma como se configura a luta institucional no jogo de forças em uma eleição ou no exercício de um mandato parlamentar. As lutas travadas nesse contexto institucional apresentam uma série de enfrentamentos pelo uso desses espaços que têm sido capturados para a garantia e manutenção dos privilégios de poucos grupos. É uma arena de embate de forças. Contudo, o que se coloca em análise aqui é a reprodução de uma mesma lógica de funcionamento em que não se distingue claramente os blocos chamados de “esquerda” e de “direita”, fazendo todos operar a favor do Estado, entendendo-o como meio de resolução dos nossos conflitos, cabendo então o questionamento dos limites das lutas travadas nesses espaços.

Limites esses que são estabelecidos por vezes pelo próprio modo de configuração da luta. Uma característica marcante dos espaços político-partidários pelos quais circulei é operar pelas disputas do que são denominadas de correntes. O próprio nome sugere um modo de funcionamento que deve se constituir amarrado a uma forma de pensar e que disputa a hegemonia interna para que ela prevaleça nas decisões partidárias sobre as outras. Acontece que em determinadas ocasiões, a energia que se gasta nessas disputas é maior do que, inclusive, a necessária para se enfrentar o que é definido como “inimigo” comum. Em um congresso estadual para se estabelecer as diretrizes do partido para o período dos dois anos subsequentes àquele evento (realizado nas dependências da Universidade do Estado do Rio de Janeiro), a metodologia proposta foi o debate em pequenos grupos pela manhã e votação em plenária geral à tarde. Mesmo diante de tantos assuntos a serem aprofundados, o tempo do grupo que estava participando foi ocupado integralmente pelo debate acalorado sobre a situação da Palestina. A opção pela discussão desse tema internacional se deu pela polêmica em torno das posições antagônicas de diferentes correntes com relação a esse assunto. Essa discussão ocorreu em detrimento ao urgente e necessário debate sobre as estratégias de

enfrentamento ao desmonte de uma já precária política de Estado que garantia alguns serviços para a população pobre, com algumas garantias para a população mais pobre, naquele momento, dentre as quais as da educação superior que atingiu diretamente a própria Universidade em que estava sendo realizado o evento. O congresso se encerrou sem nenhuma diretriz de ação efetiva sobre esse enfrentamento a não ser uma moção de repúdio aprovada por unanimidade.

A retórica toma conta da prática institucional, que se sabe não tem espaço na disputa política que traz efeitos concretos para a população, atestando que a vida partidária/institucionalizada é a legitimação de um modo de funcionar em defesa do Estado, que está capturado por certos grupos. Assim, mesmo os elementos considerados mais “progressistas” da esquerda tradicional permanecem ligados à defesa e reforma das constituições republicanas e, em nome dessa conquista de mais espaços democráticos, ou da garantia daquilo que se acredita ter conquistado como democracia, o que se institui como prática política forma um bloco de adoradores do Estado em que não se distingue mais, sob esse aspecto, os campos da esquerda e da direita.

Nesse momento, então, me auxiliam as análises feitas por Camila Jourdan (2018a) sobre o que ela considera como limitações da aposta na via institucional. Camila avalia que a via institucional não tem possibilidade de trazer as mudanças que buscamos e ressalta o equívoco envolvido no peso que se coloca na disputa eleitoral porque canaliza as vias de ações políticas concretas e faz parecer que a participação política democrática se resume a votar. Para ela há nas eleições em geral uma inversão dos meios pelos fins, e ganhar a disputa se torna um fim em si, se perdendo aquilo que de fato é importante, tentando alcançar os espaços instituídos com os que se identifica “o” poder, “quase sem se notar que este mesmo poder, nos moldes em que se encontra, é incapaz de gerar as mudanças estruturais que desejamos e que só poderá ser usado em favor das classes e elites dominantes” (p. 98). Para a autora, o candidato de esquerda, para alcançar um lugar pela disputa nas estruturas que têm mais força no exercício do poder, se transforma naquilo mesmo que pretendia combater, não por uma questão de princípios, mas porque trata-se de uma dinâmica estrutural.

Um exemplo recente que pode ser observado é a própria chegada de um partido de esquerda ao poder no Brasil que não contribuiu para fortalecer a esquerda, mas segundo Jourdan (2018a) “a fez recuar nos espaços de luta concreta

e organização" (p. 97). Esse recuo abriu espaço então para a emergência de forças conservadoras que foram intensificando as disputas com as chamadas instituições democráticas, e que se acirrou especialmente com a posse do grupo político que ocupou o governo federal vigente à época da pandemia. Momento em que se acentuou o caos político no país, não bastasse a crise sanitária que se instaurou com o avanço do contágio de covid-19 e seu efeito direto na economia. Naquele período, o que parecia atormentar a população, além da possibilidade de sermos infectados por um vírus? Sem dúvidas foi a submissão a lideranças políticas ainda mais autoritárias e a persistente tentativa de consolidação de suas bases de poder. Entretanto, ainda que as orientações com relação ao enfrentamento à pandemia fossem contraditórias no Rio de Janeiro entre as esferas municipais, estadual e federal, parece que a distração induzida serviu sobretudo para desviar nossa atenção do projeto neoliberal em curso.

O que se convencionou chamar de crise sanitária que se instaurou com o avanço da pandemia, além de ter servido para acionar dispositivos estatais de segurança, que nos colocou "à mercê das estruturas de poder existentes, confiando cegamente que elas existem para nos salvar" (Crimethinc, 2020, p. 9), reforçou em meio a isso o que Naomi Klein (2008) chama de capitalismo de desastre. E por mais repetida que seja a afirmação de que se fez das crises (que ele instala) oportunidades, isso é o que parece mais uma vez se impor como realidade na medida em que as ações adotadas se voltaram para a obtenção de lucro com a venda e comercialização de todo o aparato que pudesse conter a doença, curar os que já tinham sido contaminados, controlar o isolamento dos que ainda não tinham sido contagiados, enfim.

Além disso, inúmeras atitudes foram tomadas neste contexto para consolidar a sanha privatista e a política de austeridade dos governantes em exercício, como por exemplo o governador do estado do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, que encaminhou à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro projeto[13] que permite privatizar universidade pública, o Congresso Nacional ter colocado em pauta

[13] No dia 20 de abril de 2020 foi encaminhado em regime de urgência, à ALERJ, projeto de lei que propõe retomar o Programa Estadual de Desestatização (PED), criado em 1995. Esse projeto pretende também revogar os artigos 9° e 10 da Lei nº 7.941, de 2018, que proibia a extinção das universidades. Para o governador, o cenário de crise econômica provocado pela pandemia de Covid-19, somada às condições fiscais do Estado, faz a aprovação do projeto ser fundamental para a "saúde financeira" do Rio de Janeiro. O projeto perdeu força com a saída dele do cargo.

a votação da Medida Provisória[14] que permite a venda de imóveis públicos e o Senado ter aprovado o congelamento de salários dos servidores públicos[15] municipais, estaduais e federais e dos membros dos três Poderes até dezembro de 2021. Entre outras tantas ações, todas apresentadas com a justificativa da necessidade de redução dos gastos públicos devido aos efeitos da paralisação da economia, dado o isolamento social. Isso sem querer citar as medidas características de um modo de governar do grupo político em exercício na esfera federal como, por exemplo, a exclusão das ciências humanas e sociais dos editais do Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC) do CNPq, ou aquelas em que as práticas de corrupção dominam a forma de se executar a política pública, como no caso do escândalo deflagrado de desvio da verba destinada à implantação dos hospitais de campanha que dariam suporte à rede de saúde no tratamento da covid-19 no estado do Rio de Janeiro.

Mas apesar do momento estar sendo aproveitado para se apresentar certas medidas como inevitáveis, algumas análises apontaram que essa condição imposta pelo coronavírus também expôs os limites do capitalismo. Ou seja, esse também foi o momento em que muitas outras ideias até então rejeitadas pelos liberais por serem consideradas inviáveis ou radicais começaram a ser apresentadas por setores ligados a movimentos sociais e por segmentos da política institucional como formas de sair dessa crise, entre as quais se destacaram aquelas que sugeriam o fortalecimento dos aparelhos de Estado.

Assim, naquele momento em que se esperava que o Estado protegesse a população, ao mesmo tempo em que também se tornava alvo de inúmeras críticas por todo o controle que exerce sobre a mesma, Lula chegou a dizer em entrevista[16] ao jornalista Mino Carta, da revista Carta Capital, que “ainda bem que a natureza, contra a vontade da humanidade, criou esse monstro chamado coronavírus. Porque

---

[14] Foi publicada no Diário Oficial da União do dia 30 de dezembro de 2019, a MP nº 915 que altera pontos da Lei nº 9.636/98, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União. Esta MP entrou em pauta para votação na Câmara dos Deputados na sessão do dia 29 de abril de 2020, sendo considerada pelo governo fundamental para o equilíbrio das contas públicas, na medida em que a mesma pode promover uma fonte de receita alternativa no momento de “retomada da economia”, já que facilita a venda de imóveis que não têm uso para a administração pública.

[15] No dia 2 de maio de 2020, em votação remota, o Senado aprovou o substitutivo aos Projetos de Lei Complementar (PLPs) 149/2019 e 39/2020.

[16] Disponível em https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/19/ainda-bem-que-monstro-do-coronavirus-veio-para-demonstrar-necessidade-do-estado-diz-lula.ghtml , acessado em 20 de abril de 2021.

esse monstro está permitindo que os cegos comecem a enxergar que apenas o Estado é capaz de dar solução a determinadas crises", referindo-se ao sistema brasileiro de saúde pública. Ao que dias depois se retrata atribuindo o posicionamento a "uma frase totalmente infeliz", ainda que esteja claro que não se trata de uma questão meramente semântica, mas sobretudo da defesa do serviço público como expressão de um modo de operar a política institucional que não consegue sair da premissa da necessidade de um controle centralizado pelo Estado.

Acontece que para Guattari (1981), um dos tipos de transformações que caracteriza a axiomática capitalística é a forma de domínio do capital pela ampliação dos seus próprios limites sem que se perca sua função segregacionista e, nesta direção então, Lazarrato (2020) afirma que "é difícil dizer alguma coisa sobre a atualidade sem fazer uma análise do capitalismo que engoliu completamente o Estado". Deste modo, para o autor, essa aliança entre capital e Estado, sofreu uma mudança radical no século XX, porque o Estado foi sendo conduzido por setores cada vez mais radicais e fortes do mercado financeiro e suas estruturas biopolíticas se tornaram cada vez mais articulações da máquina do capital.

Contudo, tanto quanto os que se consideram à direita no debate político, também os que se dizem à esquerda, em sua imensa maioria, seguem firmes na sua crença no Estado e na sede insaciável pela tomada do poder, pois como bem observa o Comitê Invisível (2016), "os lugares do poder institucional exercem uma atração magnética sobre os revolucionários" (p. 97). Os parlamentos, palácios presidenciais e outras sedes de instituições, são sempre seus alvos preferenciais para protestos e manifestações, mas quando conseguem tomá-los de assalto,

> descobrem lugares vazios, vazios de poder e decorados sem gosto algum. Não é para impedir o "povo" de "tomar o poder" que eles são protegidos tão ferozmente de uma invasão, mas para impedir que se perceba que o poder já não reside nas instituições. Não há mais do que templos abandonados ali, fortalezas desativadas, meros cenários – mas verdadeiras armadilhas para revolucionários (Comitê Invisível, 2016, p. 98)

No entanto, não podemos desconsiderar que é nos parlamentos que se definem as leis e se estabelecem alguns limites institucionais. Neste sentido, sigo a orientação metodológica de Foucault (1995) sobre a análise das relações de poder ao afirmar que "não se trata de negar a importância das instituições na organização das relações de poder. Mas de sugerir que é necessário, antes, analisar as instituições a partir das relações de poder, e não o inverso" (p. 245), ou seja, mais

do que as instituições e as formas que estas assumem, é necessário entender que forças estão em jogo na composição desses parlamentos em que se exerce esse poder político. Para este autor, por mais que o Estado não seja simplesmente mais que uma das formas de exercício de poder, ele é um dos lugares de maior importância a partir do qual se referem todos os outros tipos de relação de poder. Foucault (1995) fala então de um 'duplo constrangimento' político que é a forma própria de exercício de poder do Estado e conclui que

> o problema político, ético, social e filosófico dos nossos dias não consiste em tentar liberar o indivíduo do Estado nem das instituições do Estado, porém nos liberarmos tanto do Estado quanto do tipo de individualização que a ele se liga. Temos que promover novas formas de subjetividade através da recusa deste tipo de individualidade que nos foi imposto há vários séculos. (p. 239)

Assim, diferentemente do que muitos pensam, o produto mais relevante das máquinas capitalísticas e estruturas de poder modernos não é o capital e sim a subjetividade, conforme já afirmara Guattari (2005). É preciso demarcar que a concepção de subjetividade aqui adotada é pensada por autores como Foucault, Deleuze e Guattari que recusam as noções encapsuladas, substancializadas e estruturadas de subjetividade, que tomam esta como uma expressão de sentido semelhante ao de identidade. Para esses autores não há um sujeito interiorizado, intrapsíquico, há somente fluxos e o desejo que não cessa de efetuá-los; máquinas que não cessam de produzi-los. Neste sentido, não há como pensar uma subjetividade dissociada de processos políticos, econômicos, sociais.

Assim, cabe-nos pensar que as atuais políticas que reproduzem as desigualdades sociais e que produzem, por sua vez, as próprias subjetividades, estão ocorrendo no contexto da sociedade liberal e democrática do chamado Estado de direito. A grande maioria dos Estados atuais é considerada democrático-constitucional e neoliberal.

A democracia liberal-representativa é o regime político que, em certas condições históricas, o Estado capitalista assume, assim como, em outras condições históricas, tal Estado assume outras formas políticas, como a ditatorial, por exemplo. O regime democrático, por sua vez, pode dar lugar, ao longo de sua vigência, a diferentes tipos de governo. Colocar em análise, em determinado corte temporal, os efeitos do regime político vigente, assim como seus entrelaçamentos mediadores em

relação aos níveis do Estado e do governo, é um procedimento fundamental para que se possa avançar em qualquer debate acerca de determinado processo político.

Assim, o que se diz sobre a democracia atualmente existente não é a única forma possível de organização política da espécie humana. Se, na Europa do pós-guerra, em função de uma série de fatores histórico-conjunturais - tais como a derrota do nazifascismo, a força política dos trabalhadores, a existência de uma "ameaçadora" União Soviética, entre outros - a democracia se apresentou como uma formatação política que se dizia assentada em reformas e garantias de direitos sociais chamados universais, as democracias, a partir da década de 1980, vêm evidenciando uma reconfiguração de seus arranjos.

O esgotamento das tradições políticas, o desprestígio dos partidos, a corrupção, o abuso de autoridade e a apropriação desmedida da riqueza pública por uma elite, levaram ao descrédito da democracia representativa e do que se instituiu como atividade política institucional e teve como um dos desdobramentos o movimento de criminalização ter se voltado também contra a própria atividade política exercida por "representantes" eleitos pelo voto direto para os cargos dos chamados poderes executivo e legislativo.

Nos últimos anos, inúmeras figuras públicas brasileiras de grande influência e poder político foram presas[17]. No entanto, a responsabilização de práticas ilegais e antiéticas pela via da pena privativa de liberdade tem nos levado a confundir e a endossar um movimento perigoso e que deve nos fazer questionar:1) a quem interessa a criminalização da atividade política? 2) Que efeitos produz o

[17] Para citar apenas algumas dessas prisões de maior repercussão, podemos enumerar a prisão em 2016 de Sérgio Cabral, governador do Rio de Janeiro de janeiro de 2007 a abril de 2014, na chamada Operação Lava Jato, na qual se tornou réu por corrupção passiva, lavagem de dinheiro e evasão de divisas. Em dezembro de 2017 foi condenado pela quarta vez e respondia a outros treze processos na Justiça Federal do Rio. Até 28 de agosto de 2019, as penas impostas a Cabral já ultrapassavam 233 anos de prisão; a prisão preventiva em outubro de 2016 de Eduardo Cunha, presidente da Câmara dos Deputados de fevereiro de 2015 a julho de 2016, pela Polícia Federal também no contexto da Operação Lava Jato, sendo em março de 2017 condenado a 15 anos e quatro meses de prisão pelos crimes de corrupção passiva, lavagem de dinheiro e evasão de divisas; a prisão preventiva dos ex-deputados estaduais Jorge Picciani, presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) de 2003 a 2010, Paulo Melo e Edson Albertassi, por crimes investigados na chamada Operação Cadeia Velha, desdobramento da Lava Jato no Rio de Janeiro, em novembro de 2017, sendo Jorge Picciani condenado em março de 2019 a 21 anos de prisão, Paulo Melo condenado a 12 anos e 10 meses e Edson Albertassi a 13 anos e 4 meses; e a prisão de Lula em abril de 2018, tendo sido condenado a nove anos e seis meses de prisão pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro na ação envolvendo um triplex no Guarujá-SP. Em segunda instância a pena foi aumentada para 12 anos e um mês.

aprisionamento? Com tantos desmandos ainda antes de serem eleitos e principalmente no exercício dos seus mandatos, sem qualquer movimento de constrangimento ou de responsabilização por parte do judiciário, de repente inúmeros políticos se tornaram alvo.

Sabemos que não é de um saneamento político-financeiro que trata a prisão dessas figuras públicas, pois para a maioria delas o que não faltam são motivos, há muitos anos, para sua responsabilização pelo mau uso da coisa pública. A comemoração dessas prisões deve nos fazer refletir também sobre os mecanismos engendrados nesse processo e principalmente os efeitos desse movimento. O que entendemos como uma vitória política? A sensação de "justiça" é uma armadilha. Se pena privativa de liberdade resolvesse parte dos nossos problemas, já deveríamos ser um dos países com os menores índices de violência e corrupção do mundo, visto que o país ocupa o terceiro lugar no ranking mundial no que se refere ao número de pessoas encarceradas (Ministério da Justiça, 2017).

E não se trata apenas de dizer que o problema é prender as “pessoas certas”. A *mise-en-scène* midiática em torno dessas prisões abafa um movimento perigosíssimo: o hiperempoderamento do judiciário e do Ministério Público, a judicialização do cotidiano, que tem tido como efeito a desmobilização e condenação do movimento social. Os criminosos de toga são tão ou mais maléficos ao fortalecimento da chamada democracia que os políticos que fazem de sua função pública instrumento para benefícios pessoais. As cenas vividas nessas prisões devem chamar a nossa atenção para um jogo em que a população permanece como espectadora, desmobilizada, submetida a um horizonte analítico produzido como significativo, celebrando uma vingança – já que sabemos que tais atos não têm modificado o cenário político – e não construindo mecanismos para intervir nos rumos dos governos eleitos.

Assim, o questionamento dos limites do que acreditamos ser uma democracia chamada representativa tem levado a uma convocação à participação direta do chamado cidadão. Contudo, essa participação por si só, nem sempre garante os avanços no que diz respeito à ampliação da vida e de suas possibilidades múltiplas. Pelo contrário, essa participação pode ocorrer pela via da adesão às lideranças que vocalizam uma narrativa conservadora responsável pela promoção do ódio à diferença ou pela própria reprodução de práticas autoritárias. O desejo por tutela, por mais leis e a aposta na punição como forma de resolução dos nossos conflitos,

podem ser usados aqui como exemplo de que os espaços de participação democrática podem ser ocupados para reivindicar ainda mais o cerceamento de nossa liberdade. Para Scheinvar (2014), esse movimento está relacionado ao modo como vem sendo produzida uma insegurança como questão maior e cuidadosamente bordada,

> apagando do nosso espectro analítico e afetivo as decisões em relação a todos os campos que compõem a existência coletiva. A vida flui por meio de julgamentos e lutamos por encontrar cada vez melhores e maiores meios de bem julgar, acreditando estar assim construindo outras relações (p. 483).
>
> De acordo com a matéria publicada na Folha de São Paulo[18] sobre pesquisa realizada em 2017 pelo Instituto Datafolha, o apoio à pena de morte bateu recorde entre brasileiros. Segundo esse levantamento, 57% dos entrevistados se disse ser favorável à adoção da chamada pena capital, enquanto em 2008, data da última pesquisa do instituto sobre o tema, 47% tinha a mesma opinião. Isso indica que, se fosse delegada a um referendo ou a um plebiscito, essa decisão sobre instituirmos essa política penal no Brasil, teríamos uma parcela considerável da população optando por essa prática. Algo se deu em meio à trama social que foi constituindo as subjetividades que sustentam esse desejo, contudo esse desejo não é natural, trata-se de uma competente produção do capitalismo que se ancora em três pilares principais na produção maciça das subjetividades que o endossam: a mídia, as relações institucionais dos espaços definidos como do campo da política e as nossas próprias práticas.

Nessa direção, hoje no Brasil assistimos um avanço dos conservadorismos, para não dizer dos fascismos, tanto nos pequenos gestos cotidianos, quanto no que tem sido apresentado no nível macro como projeto político para o país. Assim, ao passo em que se multiplicam as estratégias macropolíticas apresentadas como de segurança, as situações de violência vão se reproduzindo no dia-a-dia em que se multiplicam os juízes de calçada, carrascos de condomínio, algozes do cotidiano, ou o que Passetti chamou de “cidadão-polícia” (2017b). Certo dia, no caminho de volta do trabalho para a casa, em 1 de março de 2018, percebo a notícia de tentativa de furto de um celular em uma movimentada rua de um bairro da zona sul do Rio de Janeiro se espalhando com a velocidade inversamente proporcional ao tempo em que os chamados agentes públicos de segurança chegaram ao local. Os vinte minutos entre o suposto ocorrido e a chegada da polícia militar expuseram a ferida aberta da cidade que aniversariava naquela data sob “intervenção federal” na área de segurança pública. Antes que a situação pudesse ser mediada por quem a princípio teria sido chamado com a atribuição para tal, já se havia decidido a

[18] Disponível em https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/01/1948659-apoio-a-pena-de-morte-bate-recorde-entre-brasileiros-aponta-o-datafolha.shtml , acessado em 20 de maio de 2018.

sentença, quando não muito, executado a pena/punição (com as próprias mãos). O linchamento e o julgamento denunciavam que a intervenção não chegaria em um tanque de guerra. A classe média carioca celebrou o aniversário e a militarização da cidade fazendo ela mesma o que entende por 'justiça'.

Acontece que essa convocação a todo instante para participarmos ativamente da resolução dos nossos conflitos, tem se limitado pelo discurso considerado democrático, mas cada vez mais regulamentado do ponto de vista penal, desde a prática política institucionalizada aos pequenos gestos do dia-a-dia. E ainda que se diga que o que tem sido denominado como democracia representativa esteja em crise, a democracia continua sendo considerada o ideal político a ser garantido ou conquistado.

Assim, tratar dos pedidos por mais democracia, e do que temos construído de entendimento para tal, é o que amarra o campo de análise para se pensar as concepções de poder, de Estado, das próprias lutas e, sobretudo, do modo como essas noções têm nos atravessado e especialmente constituído as nossas práticas cotidianas. "Sabe-se que fascínio exerce hoje o amor ou o horror ao Estado; sabe-se quanta atenção as pessoas dedicam ao nascimento do Estado, à sua história, à sua progressão, ao seu poder, aos seus abusos" (Foucault, 2008b, p. 144), interessando-me então, voltar à análise de discursos e práticas políticas para se pensar como os modos de governar têm sido sitiados por uma lógica de Estado como elemento central de constituição de uma Democracia margeada pela polícia.

Assim, faremos inicialmente uma discussão do "que há de essencial na democracia, do que faz dela uma forma de governo" (Crimethinc, 2017, p 11). A palavra democracia deriva do grego antigo *demokratía*, que vem de *dêmos* "povo" e *krátos* "poder" e essas palavras raízes, sugerem dois denominadores comuns para todos procedimentos democráticos: uma forma de determinar quem participa na tomada de decisões e uma forma de fazer cumprir as decisões. Mesmo nos casos mais informais, as estruturas democráticas exigem mecanismos de inclusão e de exclusão e aqui abordaremos as concepções de cidadania e de policiamento como operadores dessa maquinaria, observando como essas duas noções se conjugam e dão condições de possibilidade para a emergência e consolidação de um movimento de criminalização de pessoas e condutas. Entendendo que a lógica do policiamento e a do julgamento que incide exatamente nos pedidos por mais democracia não têm fortalecido a ampliação dos espaços de liberdades democráticas, mas aumentado

de forma significativa o poder punitivo de Estado - que se expressa não apenas pelo incremento do efetivo policial, mas sobretudo pela produção de uma subjetividade cidadã-policialesca – sendo que as práticas do cidadão-polícia podem ser compreendidas como partes inseparáveis do exercício da governamentalidade neoliberal.

"Uma das funções mais básicas da democracia é oferecer uma forma de encerrar disputas" (Crimethinc, 2017, p. 78). Deste modo, na sequência, abordaremos as eleições, que assim como os tribunais e a própria polícia "servem para decidir sobre os conflitos sem necessariamente resolvê-los" (Crimethinc, 2017, p. 78), ratificando o modo de funcionamento da representação que opera pela exclusão em massa daquilo que não se pretende que seja representável. No entanto, apesar das limitações da via institucional, mesmo em meio ao período eleitoral, em um contexto de crise sanitária, enfatizaremos a revolta como expressão do desencanto com a forma como muitos segmentos da população vivem a chamada democracia. Enquanto milhões de pessoas se mobilizaram para votar, outras tantas expressaram a sua revolta em focos distintos de resistência. Percebe-se uma crescente descrença nessa forma de democracia, a democracia representativa, ao mesmo tempo que se reproduzem certos discursos, sobretudo na esquerda institucional brasileira que exalta a democracia como solução para o país, mas sem qualificar o que chama democrático. Deste modo, interrogaremos o dogmatismo diante do reino absoluto das democracias parlamentares, representativas, partidárias, buscando questionar a serviço de que setores sociais ele trabalha, qual a correlação de forças em jogo e quais os seus efeitos na vida da população.

A seguir questionaremos que tipo de anseios estariam implicados na idealização da democracia como uma forma de governo e que tipos de práticas têm sido promovidas em sua defesa, sobretudo as que se consolidam entre as forças ligadas ao aos grupos definidos como campo da esquerda que investem cada vez mais em sua vocação legalista e se orientam pela crença em um Estado cada vez mais punitivo. Esta análise propõe-se a dar visibilidade às para o que temos vivenciado no contexto das chamadas democracias liberais representativas, que acabam por reproduzir uma retórica que apenas legitima a consolidação de regimes ainda mais repressivos. Problematizar o contexto em que têm se constituído as nossas lutas e sobretudo os atravessamentos que forjam aquilo que temos

denominado como resistência ao poder, é colocar em análise o modo como nossas práticas podem ser capturadas pela mesma lógica hegemônica a qual dizemos enfrentar e combater.

Deste modo, pretende-se concluir esse percurso pensando o Estado como elemento que nos convoca a colocar em análise certas práticas de militância por meio do levantamento dos discursos e práticas da chamada esquerda institucional[19] e seus efeitos nas lutas, de modo que esses estudos possam nos levar "a repensar algumas de nossas suposições mais básicas sobre o que é democracia" (Graeber, 2015, p. 195). Pois a democracia que se enaltece de ser o regime mais justo, mais igualitário, também se apresenta como o regime da desigualdade, da injustiça, e é na democracia que se mata pela lei, perante a lei e acima dela. Essa democracia que alimenta a desigualdade em nome da igualdade, arremessa às margens aqueles que não lhe interessam, passando por cima da vontade da maioria. Essa democracia é, ao mesmo tempo, o seu "outro" que se quer apagar, ou pelo menos o que se deixa ocultado, uma espécie de avesso que coloca em xeque tudo o que se diz sobre sua condição de ser "o grande farol da humanidade a partir do *demos*" (Moraes, 2020, p. 105). A lógica que prevalece nos pedidos por mais democracia será encarada aqui como fundamento desse avesso da própria condição democrática no contexto da sociedade brasileira, entendendo esse avesso não como contrário, mas como parte fundamental de existência da relação democrático-burguesa que se instituiu como nosso modo de vida. Vamos pensar como algumas práticas da esquerda institucional constituem, então, essa esfera do que estamos chamando de avessos da democracia quando reforçam a lógica do Estado e serão assumidas nesta pesquisa como um analisador do cooptação da militância por determinados aparelhos de Estado que fazem dela instrumento daquilo que ela própria diz confrontar. Buscaremos com isso, discutir a relação entre algumas práticas da esquerda institucional e o Estado, questionando como essa relação reverbera naquilo que se institui em nome do que se espera de uma transformação social.

[19] Neste trabalho utilizaremos os termos esquerda(s), campo da esquerda, esquerda(s) institucional(is), vida institucionalizada, para designar basicamente as forças políticas e lutas de resistência que ganharam forma de partido ou que ocuparam espaços no governo, organizações políticas formais e hierárquicas que brigam pelo poder na forma do Estado.

1 **DENOMINADORES COMUNS PARA PROCEDIMENTOS DEMOCRÁTICOS**

Figura 1 - PMs posam para foto em manifestação pró-Bolsonaro em 2018. Foto: Daniel Arroyo/Ponte Jornalismo.

Fonte: https://ponte.org/fala-de-coronel-mostra-que-governador-nao-comanda-a-policia/

Desde que foi deflagrada no mundo a pandemia de 2020, uma das grandes preocupações no contexto brasileiro se concentrou na busca de uma solução para manutenção da renda, especialmente dos trabalhadores informais, que já estariam ou ainda seriam prejudicados pela orientação de viver em isolamento social. Essa condição de isolamento fez com que milhares de pessoas perdessem a possibilidade de ter alguma fonte de renda pelo trabalho na rua ou em seus pequenos negócios domésticos. Situação que forçou o governo federal, pressionado por algumas forças políticas, a apresentar uma proposta que pudesse minimizar os efeitos econômicos nos segmentos mais pobres da população. A partir disso, travou-se uma batalha entre grupos que defendiam diferentes valores para auxiliar essa parcela da população mais afetada nesse período. Foi aprovada, então, a Lei 13.982/2020 que estabeleceu as bases do que se denominou “auxílio emergencial”. O Auxílio Emergencial (AE) foi a proposta de outorgar uma quantia em dinheiro a trabalhadores(as) informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos(as) e desempregados(as) que teria o objetivo de fornecer de forma emergencial as

condições materiais básicas de sobrevivência a esses segmentos no período de enfrentamento à crise causada pelos efeitos da pandemia do chamado Coronavírus.

Um dos requisitos para o recebimento do auxilio emergencial, estipulado pela legislação que normatizou a matéria, foi que sua solicitação fosse realizada por meio de aplicativo, ferramenta usada principalmente por dispositivos móveis como celulares ou tablets, e que o solicitante estivesse em situação regular no Cadastro de Pessoas Físicas que é um documento feito pela Receita Federal, principalmente para identificar os contribuintes do Imposto de Renda, mas também é uma documentação necessária para prestar concurso público, se matricular em uma universidade, abrir conta em banco. Para receber o dinheiro do auxílio era preciso ter conta em banco e o cadastro fiscal de pessoa física (CPF) ativo. No entanto, estimou-se que mais de 46 milhões de brasileiros não se enquadravam[20] nas regras e não estavam em nenhuma lista do governo. Entre esses milhões estavam os desempregados, os autônomos, os que tinham irregularidades no registro fiscal e milhares de trabalhadores informais que ficaram sem renda por causa da pandemia e dependiam desse auxílio para sobreviver. Além desses, também estavam fora da possibilidade de pedir auxílio os que não tinham nem acesso à internet para regularizar sua situação fiscal, dentre os quais as pessoas em situação de rua e todos os outros inúmeros grupos sociais que já são historicamente invisibilizados por sua condição de miséria e pela decorrente falta de acesso aos serviços institucionalizados. Os invisíveis dos registros governamentais, os que não são considerados cidadãos no contexto das exigências institucionais para se dizer incluídos na democracia brasileira.

Como chama atenção o coletivo anônimo Crimethinc (2017), “toda forma de democracia precisa de uma forma de distinguir entre pessoas incluídas e excluídas” (p 12) e sob diferentes aspectos a noção de cidadania tem sido um elemento que orienta o estabelecimento dessa distinção. Embora seja apresentada como um traço fundamental das sociedades democráticas e esteja no centro das reivindicações de diversos grupos e movimentos sociais, a concepção de cidadania homogeneizou algumas nuances da sociedade plural que despontou durante o processo chamado de redemocratização brasileiro e contribuiu para a exclusão de boa parte dela.

[20] Disponível em https://economia.ig.com.br/2020-05-01/pedido-de-auxilio-emergencial-foi-negado-a-mais-de-46-milhoes.html , acessado em 01 de novembro de 2021.

Ao que pesem os inúmeros sentidos que essa concepção tenha incorporado ao longo do tempo, Batista, N. (2002) aponta que nos dicionários mais velhos, cidadania é definida como "o direito político conferido para participar da vida política", como "uso e gozo de direitos políticos" (De Plácido e Silva, 1963 apud Batista, N., 2002), e nos mais recentes ela se define como um "vínculo político que gera para o nacional deveres e direitos políticos", como uma "qualidade do cidadão relativa ao exercício das prerrogativas políticas" (Diniz, 1998 apud Batista, N., 2002). Para Batista, N. (2002), essa ideia de cidadania circula intensamente como "vínculo jurídico", e entre os juristas citados por ele, cidadania aparece como a "capacidade para o exercício dos direitos políticos, como processo de transformação do poder soberano em órgão representativo"; como um dos fundamentos do Estado, "num sentido mais amplo do que o titular de direitos políticos", ou como "atributo das pessoas integradas na sociedade estatal" a partir de seu direito de "participar no governo e serem ouvidas pela representação política".

Para Moraes (2020), o lugar do cidadão, em termos pragmáticos, suscita a necessidade de uma regulamentação que garanta o estatuto do indivíduo como pertencente a um lugar e que, por consequência, possa ter direitos, se pensar nos termos do que passou a ser entendido como cidadania. Porém, por outro lado, isso implica uma jurisdição da democracia dentro dos moldes e da estrutura de Estado, o que faz com que o Estado, que a regula, faça-se sempre presente e que nunca perca seu espaço de alcance ao ser do indivíduo. A democracia que esteja, ou seja, fundada a partir de uma soberania de Estado, regulamentada por um Estado de direito e que, portanto, inscreva o sujeito numa ideia de cidadão jurídico, impõe limites e transforma o *homo-político* em *homo-jurídico*.

Ser cidadão, então, vai pressupor a efetivação de uma entrega, uma espécie de submetimento à ideia de Estado, já que sem esta submissão, o indivíduo não adquire essa condição de cidadão. Para Fonseca (1997),

> esta concepção de cidadania se institui através da prescrição moral de que cada indivíduo deve, por medo da morte e dos impulsos excessivos, preservar sua vida e seus bens abrindo mão da ação política e transferindo a outro homem, a um colegiado ou a uma assembléia sua capacidade de se autogovernar (p. 18)

A noção de cidadania vai se constituindo como um efeito dessa transferência de poder para uma instância que pudesse salvaguardar os direitos dos homens e

torna a demanda por mais direitos o horizonte de ação de muitas lutas. No Brasil, isso se consolida “quando novos personagens entram em cena” (Sader, 2001) e passam a compor alguns dos movimentos sociais que travaram as lutas pela conquista do que fora denominado como Estado Democrático de Direito. Sendo este Estado de Direitos apresentado como uma via de enfrentamento possível aos poderes até então instituídos que representavam políticas de produção de desigualdade e opressão. As organizações populares articuladas nesse período, concentraram seus esforços na reivindicação de direitos fundamentais, sendo o mote desses movimentos especialmente a luta pela conquista de canais de abertura para outros espaços e valores, diferentes daqueles que vinham sendo impostos pelo regime ditatorial no qual se afunilou a margem de possibilidades de exercício das liberdades e se promoveu deliberadamente a morte em nome da ordem.

No bojo da emergência e consolidação desses movimentos é que se construíram as condições para a convocação da Assembleia Nacional Constituinte instalada em 1987 e para a formulação da Constituição Federal de 1988, também chamada de “constituição cidadã”. Considerada a lei suprema do Brasil e base para as demais normas e regulamentações jurídicas e para a implementação de uma série de dispositivos que diziam promover e ampliar a experiência que se pretendia ser democrática.

Scheinvar (2009) destaca que esse foi o momento em que “alguns dos princípios presentes em todos os discursos anti-ditatoriais, como democracia participativa e as políticas inclusivas, passam a compor a trama política, expressando a penetração de forças plurais nos processos de gestão” (p. 25). Cabe destacar ainda, que é também neste contexto que alguns dos movimentos sociais, críticos à tradição autoritária, passam também a investir “na institucionalização de espaços de participação tanto na formulação como na gestão e fiscalização das estruturas públicas” (Scheinvar, 2009, p. 15-16).

Desse modo, depois de mais de três décadas de institucionalização de alguns desses mecanismos considerados participativos, o processo de democratização da estrutura política brasileira e do planejamento e execução das chamadas políticas públicas no Brasil segue seu curso. Contudo, a história do que se chama de democracia no Brasil é anterior ao período histórico que se configura como pós-ditadura de 1964-1985, e não se resume a um curso linear, sendo marcada por diferentes períodos de maior ou menor graus de liberdade.

O que se entende por democracia brasileira passa, a partir do fim dessa ditadura civil-militar, a encarnar um conjunto de mecanismos institucionais de considerada relevância no que se refere ao exercício do que se denominou como cidadania. Assim, um dos princípios fundamentais da Constituição de 1988 foi uma certa noção de cidadania, que de uma forma ampla tem sido apresentada como a faculdade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo, com a garantia de acesso a serviços.

A partir de então, essa concepção foi sendo assimilada nos espaços institucionais e incorporada enquanto luta pela conquista de direitos a serem assegurados e por lugares de poder que se acreditava, e ainda muito se acredita, estarem localizados na estrutura de governo. O que se produziu subjetivamente consolidou uma concepção de cidadania sustentada em diversos mecanismos de participação, através dos quais o cidadão comum se reconhece ocupando espaços de poder, além de poder eleger os “representantes” de cada grupo por meio do voto direto. A partir de então, o termo passa a ser amplamente utilizado para expressar a produção de formas de estar em sociedade com múltiplos modos de cidadania e de participação, tantos quantos forem as esferas de ação que existem em seu contexto.

Batista, N. (2002) afirma então que a polissemia dessa noção que aparece com clareza no discurso jurídico também se espraia em discursos político-publicitários. Segundo o autor: dez peruas do society resolvem ensinar uns garotos, que caíram nas malhas da justiça da infância e adolescência, a tomarem-se garçons compenetrados. Cidadania. As cadeiras de rodas com as quais animadores de auditório garantem audiência e patrocínio. Cidadania pura. O estado reduz sua ação ao clientelismo de distribuir algum dinheiro para os pobres. Criou-se o "cheque-cidadão" e com ele o “cidadão-beneficiário”. Alguém devolveu ao banco dinheiro que caiu do carro-forte? Ganhou o prêmio de cidadania. Uns estudantes de classe média foram a uma favela, por qualquer motivo distinto de comprar maconha? É cidadania no Jornal Nacional. A concepção dos serviços executivos ou judiciários adota a perspectiva do fast food cidadão quando as repartições públicas tomam decisões pelo computador para um homem cuja face jamais foi vista; uma feira de utilidades jurídicas, cujo consumidor poderá chamar-se agora cidadão. Um programa executado por uma organização não governamental levou o nome de "balcão de direitos". A televisão, com seus reality shows judicialiformes, está na vanguarda desse movimento.

Deste modo, partimos de uma noção de “cidadania produzida: manufaturada enquanto efeito e instrumento de determinadas relações de força” (Fonseca, 1997, p. 7), para colocar em análise seus efeitos de poder e o modo como ela se institui em diferentes práticas. Nos interessa sobretudo,

> pensar as estratégias de controle que definem no contemporâneo a chamada formação ou condição cidadã e, nela, a liberdade, entendendo-a como uma produção subjetiva que convoca o controle biopolítico, exercido com práticas que vão da sedução à militarização (Scheinvar, 2014, p. 484).

Assim, a despeito das disputas políticas sobre os rumos do chamado auxílio emergencial no contexto da pandemia em território brasileiro, cabe nos perguntarmos o que estaria em jogo no momento em que o chamado subsídio cidadão se tornou possível, ou seja, que forças foram mobilizadas quando foi sancionado como auxílio para alguns, em março de 2020, o projeto de lei 1.066/2020, que garantiu a implementação dessa política de transferência de renda que pudesse amenizar os efeitos ocasionados pela situação de crise sanitária. A racionalidade neoliberal que orienta a criação de um instrumento legal como esse explicita que as formas políticas mais variadas concorrem com essas ações para uma única coisa: a manutenção da ordem (Nu-sol, 2020a). E que os mecanismos construídos para a garantia dessa ordem sejam capazes de impedir a convulsão social, pois eles têm que se haver com corpos cada vez mais “pobres para a dívida, numerosos para o confinamento” (Deleuze, 1992, p. 224).

Assim, reformistas multiplicam os pedidos por participação e insistem em tornar o nosso sistema político mais “democrático”, querendo dizer mais inclusivo e igualitário, o que tem sido conceituado como um sistema com maior grau de inclusão cidadã. “Mas quando as suas reformas são realizadas de forma que legitimam e fortalecem as instituições do governo, isso só põe mais peso atrás dessas instituições quando elas atacam os perseguidos e marginalizados” (Crimethinc, 2017, p. 50), seja pela tentativa de conter a revolta por meio da concessão de todo tipo de auxílio, ou pelo próprio encarceramento em massa e genocídio deliberado perpetrado pelo chamado braço forte do Estado, a polícia. Esta seria então a experiência dos grupos marginalizados mais pobres que se vêm compulsoriamente submetidos a viver sob a tutela de um Estado, ou seja, que têm que

> viver em uma sociedade na qual as regras são impostas pela ameaça de prisão e da polícia e todas as formas de desigualdade e alienação que tornam possível e fazem parecer evidente que as pessoas se comportariam de uma maneira que, por fim, não é o modo como realmente se comportam (Graeber, 2015, p. 205).

Em um contexto de crescimento diário do número de mortes por agravamento da doença decorrente do contágio pelo vírus da Covid-19, deflagrou-se mais uma operação policial nas favelas cariocas, dessa vez no Jacarezinho, sendo esta considerada pelos veículos de comunicação como a mais letal[21] ocorrida na cidade do Rio de Janeiro até o dia 6 de maio de 2021. A operação aconteceu apesar do Supremo Tribunal Federal ter suspendido essas ações policiais em favelas durante a pandemia, por uma decisão que permitia que elas ocorressem apenas em "hipóteses absolutamente excepcionais". De acordo com as autoridades policiais, o Grupo de Elite da Polícia Civil realizou a operação na favela do Jacarezinho com vista a executar mandados de prisão contra traficantes que estariam aliciando crianças e adolescentes como soldados do tráfico. O delegado responsável pela operação disse em entrevista que a repercussão desse caso como uma chacina seria resultado de "ativismo judicial". O estado do Rio de Janeiro possui um histórico de episódios similares, com execuções realizadas em operações policiais por uso de extrema força em favelas. Essa brutalidade assassina corrente no cotidiano dos moradores de favelas pode ser relembrada por meio de alguns casos exemplares que chamaram mais a atenção da mídia internacional, embora muitos outros episódios[22] de violência ocorram sem que se ganhe visibilidade nos veículos oficiais de imprensa.

Entre os que ganharam maior repercussão está o episódio que ocorreu em 1993, a chacina da favela de Vigário Geral, na Zona Norte do Rio, que vitimou 21 moradores da comunidade; em 2005, a chacina da baixada fluminense que deixou 29 mortos, sendo 17 pessoas em Nova Iguaçu e 12 em Queimados; em 2007, uma operação policial no Complexo do Alemão que resultou na morte de 19 pessoas; 6 meses depois da chacina do Jacarezinho, 9 corpos com sinais de tortura são encontrados no complexo do Salgueiro em São Gonçalo, após um confronto com a

[21] Disponível em https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/05/06/operacao-no-jacarezinho-rio-tem-numero-recorde-de-mortes.ghtml , acessado em 09 de novembro de 2021.

[22] Em 2021, a polícia do Rio de Janeiro provocou 44 chacinas durante operações, sendo que dessas, seis ocorreram na cidade de São Gonçalo de acordo com as informações da reportagem disponível em https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2021/11/chacinas-violacoes-salgueiro-rio-de-janeiro/ , acessado em 20 de outubro de 2021.

polícia, entre outros inúmeros episódios do cotidiano urbano fluminense cuja repercussão ganha maior ou menor visibilidade e mobiliza ou não a comoção pública de acordo com o segmento social atingido.

A chacina do Jacarezinho foi mais uma entre as incontáveis e recorrentes ações que atingem a vida daqueles que não são considerados cidadãos e tidos como perigosos, ou indesejáveis, e que por esse prisma precisam ser contidos ou exterminados. E no Estado de Direito, quem segue com a chancela para exterminá-los é a polícia. Todos os documentos relativos a esse episódio foram considerados como "reservados" e a polícia do Rio impôs sigilo pelo período de cinco anos, a essa operação, e a outras ações realizadas na pandemia. Em meio à maior crise sanitária e hospitalar que o Brasil já enfrentou, o número de pessoas mortas pela polícia no país cresceu[23].

Para Safatle (2021), em entrevista[24] à Carta Maior, "a história do Estado brasileiro é uma história de massacres, construída a partir da gestão de massacres. Esse é só mais um." Ressalta ainda que mesmo numa democracia liberal, o Estado precisa esconder sua violência, mas que no caso brasileiro o que ocorre é uma espetacularização dela. Não que o Estado não seja violento em outras democracias liberais, mas que essa violência não é explícita como no Brasil. E essa explicitação é a expressão de que a violência pode circular em qualquer lugar porque existem muitos setores que se identificam com essa força brutal do Estado que se volta contra os segmentos populares que são sempre apresentados como uma ameaça. Para o filósofo, a chacina do Jacarezinho foi um recado do governo federal brasileiro de que ele não iria admitir nenhuma insurreição popular e que para isso utilizaria toda a violência, como sempre utilizou, para barrá-la, com graves consequências para as populações mais vulneráveis. O episódio aconteceu na mesma semana em que na Colômbia, um país marcado pela predominância e hegemonia da direita, uma violenta repressão das autoridades policiais colombianas atacava às manifestações populares decorrentes de uma greve ocorrida em 28 de abril daquele ano. Apesar das muitas peculiaridades de cada situação, a racionalidade, a lógica, a

---

[23] Consultado em https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/09/03/no-de-pessoas-mortas-pela-policia-cresce-no-brasil-no-1o-semestre-em-plena-pandemia-assassinatos-de-policiais-tambem-sobem.ghtml , acessado em 09 de novembro de 2021.

[24] Consultado em https://www.cartamaior.com.br/?%2FEditoria%2FPolitica%2FEntrevista-com-Vladimir-Safatle-nao-houve-eleicao-em-2018-%2F4%2F50662 , acessado em 09 de novembro de 2021.

estrutura política que produz o Estado capitalista que reprime e mata em um país é a mesma que reprime e mata no outro.

"Assim, como pensar um Estado que garanta a cidadania dos seus e um Estado que, ao mesmo tempo, ao protegê-los, nega o acolhimento aos não-cidadãos?", indaga-nos Moraes (2020, p. 103). Para este autor, o Estado-Colonial-Policial-de-Direito possui o monopólio da violência que é promovida através de alguns aspectos modernos de repressão e de ordem, tais como o direito e a polícia. E ressalta que a polícia, atuante dentro de um Estado de direito, em nome do direito e da lei, que deveria agir em nome do Estado, acaba, muitas vezes, agindo em nome próprio, atuando sem rosto, sem identificação, dizendo aplicar a lei pela força, reinventando a todo momento códigos ou práticas em nome de atualizar um novo Estado de direito, fundando, re-fundando e conservando o direito pela violência, por uma força de lei, toda vez que o jurídico mostra seu apoio a tais operações em nome da garantia da ordem e a segurança. A polícia se ampara no direito, ela se faz legal e quando o direito não lhe é suficiente, ela o ressignifica, comportando-se como legisladora, produzindo novas leis, tal como o uso que se faz dos autos de resistência[25]. A polícia é o grande operador dessa máquina da morte que é o Estado. Quando a polícia invade uma favela, ao mesmo tempo em que ela está atuando representando o Estado, em diversos momentos, ela atua por conta própria, e quando algo sai do controle, muitas vezes, o Estado não assume a responsabilidade. Diante do acontecido, a vítima já não sabe mais a quem recorrer, a quem acusar, uma vez que "a polícia é o Estado, o judiciário é o Estado. O Estado é o Estado-Policial-de-Direito." (Moraes, 2020, p. 177-178). Ou seja, "a polícia é o golpe de Estado permanente. É o golpe de Estado permanente que vai se exercer,

[25]O policial que mata um suposto "suspeito" e alega legítima defesa ou resistência à prisão, tem a ocorrência registrada como "auto de resistência". Sendo que as testemunhas são os próprios policiais que participavam da ação e o crime quase nunca investigado. Apesar de não haver uma lei específica que o defina, o auto de resistência tem amparo no artigo 292 do Código de Processo Penal. Verani (1996) realizou um estudo sobre casos que deram entrada na Justiça na década de 70, apontando que o procedimento chamado de "auto de resistência" foi oficialmente criado, em 2/10/1969, pela Superintendência da Polícia do então Estado da Guanabara, através da Ordem de Serviço "N", n° 803, na qual dispensava-se a necessidade de Prisão em Flagrante dos policiais ou de inquérito. Em 1974, uma portaria do Secretário de Segurança detalhou os procedimentos a serem adotados pela Polícia Judiciária de modo que não autuassem em flagrante os policiais, centrando-se na incriminação do opositor morto pelos crimes cometidos, para que ficasse comprovada a extinção de punibilidade dos policiais. Para mais detalhes sobre essas determinações ver Verani (1996).

que vai agir em nome e em função dos princípios da sua racionalidade própria" (Foucault, 2008b, p. 457).

Como aponta o coletivo Crimethink (2017), essa então é uma discussão do "que há de essencial na democracia, do que faz dela uma forma de governo" (Crimethinc, 2017, p 11). Para este coletivo, a palavra democracia deriva do grego antigo *demokratía*, que vem de *dêmos* "povo" e *krátos* "poder" e essas palavras raízes, demos e kratos, sugerem dois denominadores comuns para todos os procedimentos democráticos: uma forma de determinar quem participa na tomada de decisões, e uma forma de fazer cumprir as decisões. Ou seja, apontamos aqui como esses dois denominadores se expressam na democracia brasileira, em resumo: por meio do estabelecimento do que se entende por cidadania e através do policiamento.

No entanto, essas concepções são o efeito de construções históricas, de agenciamentos de diferentes modos de subjetivação. Subjetivação essa que "não é um produto nem da psique nem da linguagem, mas de um agenciamento heterogêneo de corpos, vocabulários, julgamentos, técnicas, inscrições, práticas" (Rose, 2001). Interessa-nos pensar, portanto, os meandros da produção de certas subjetividades no contexto desses processos chamados democráticos. Assim como aponta Fonseca,

> ao tomarmos a produção da noção de cidadania como uma composição – como 'agenciamentos coletivos' de subjetivação – estamos afirmando que tais agenciamentos tanto podem produzir formas de viver ancoradas nos modos de subjetivação dominantes, como podem, ao contrário, produzir remanejamentos inéditos nos componentes de subjetivação – produzindo processos de diferenciação (1997, p. 85).

Para Moraes (2020), o Ocidente colonializou o mundo a partir do seu grande ideal de política e sua compreensão de cidadão, constitui a base do pensamento democrático ocidental, "entendendo tudo aquilo que estava para além das fronteiras da pólis como anomalias selvagens; além de constituir uma forma de pensamento hierárquico em que o negro, a mulher, o índio e o louco eram tidos como inferiores" (p. 140).

1.1 **O que tem sido subjetivado como processo democrático?**

Assim como sugere Guattari (Guattari e Rolnik, 2005), não contraponho nem hierarquizo as relações de produção econômicas às relações de produção subjetivas. Desse modo, seria impossível separarmos a produção da noção de cidadania no Brasil dos rumos tomados pela chamada modernização do país e os supostos 'avanços' vinculados ao desenvolvimento do capitalismo e da dominação do capital. Monteiro, Coimbra e Mendonça Filho (2006) afirmam nessa direção que "não se percebeu que, neste período, novos modos de dominação global se impunham numa versão mais sutil: a ditadura de mercado" (p. 10). Desta relação com o neoliberalismo é que se construiu uma ideia forjada, sustentada em interesses de grupos privados, instituições militares e mecanismos judiciais, de que se passara a viver uma democracia após o fim da ditadura.

Vivemos até um certo contentamento com o que tem sido apresentado como experiência democrática, especialmente quando nos lembramos dos temores dos tempos ainda mais autoritários de outros momentos históricos; e quando são evocados sentimentos que entram em ação ao colocarmos a concepção de democracia em oposição binária à de ditadura, negligenciando a tradição autoritária no Brasil que não vem de 1964. O marco de 64 é um dos efeitos dessa tradição. Contudo, a democracia se transformou em um dispositivo de captura, em uma nova estratégia de governar, na que o capitalismo se ancora, mas que não está circunscrita somente à ideia de representação, pois não basta apenas votar, ou acreditar no rodízio de partidos e na liberdade de expressão, é preciso participar (Passetti, 2008).

"Participe!" tornou-se o imperativo da sociedade contemporânea. Uma convocação maciça à participação tem se intensificado por diferentes meios e disseminado nas mais diversas atividades de nossa vida cotidiana. A crença inabalável na representação como modo de nos organizarmos em sociedade, selada com a promoção de uma intensa convocação à participação nos mecanismos definidos como democráticos, passaram então a coexistir no contexto em que vivemos.

Em meio a essa escalada de convocação à participação em diferentes esferas, o verbo participar tem se destacado enquanto condição fundamental na

busca das 'liberdades democráticas', que conjugadas ao acesso do que se definiu como direitos básicos configuram o já referido Estado Democrático de Direito. Torna-se, deste modo, imprescindível o reconhecimento dos diversos modos de participação produzidos historicamente pelos movimentos sociais, e também fora deles, organizados no cenário nacional especialmente a partir do período em que se configurou a ditadura no Brasil e no período da construção da abertura democrática a partir de 1985.

A abordagem do tema em questão não se direciona para o questionamento do que está se chamando participação ativa da sociedade ou da legitimidade das práticas consideradas participativas, mas, sobretudo, para a análise de como elas se atualizam no contexto da chamada democracia brasileira, quando foi possível se organizar em coletivos, ter cargos eletivos e outras formas de participar na gestão governamental e quais os efeitos de poder que têm sido produzidos por estas.

Deste modo, é importante destacar, sobretudo, a produção de subjetividades que constitui as modulações contemporâneas dessa participação e além disso, analisar o vetor biopolítico e normalizador na produção do desejo como elemento fundamental para a produção dessas subjetividades, gerando desta forma a seguinte questão sobre a qual pretendemos nos debruçar: que subjetividades têm sido forjadas nesses processos chamados democráticos?

Penso que a escolha desta linha de análise se dá na medida em que a mesma pretende problematizar as relações de poder que podem ser pensadas como efeito dessa ampla convocação à participação que vivemos no contemporâneo, cabendo-nos então, questionar o modo como vêm sendo produzidas as práticas discursivas e não discursivas que incitam essa participação, uma vez que estas podem funcionar como estratégias de controle sobre a vida. De acordo com Scheinvar (2009), a discussão sobre a capacidade transformadora da sociedade civil nos obriga a tomar certo cuidado,

> pois naturalizar o lugar de "transformadores" ou "democratas" é partir de uma concepção de essências, em que a "consciência" é dada pela clarividência certeira que une interesses econômicos, morais e éticos, deixando de questionar tensões e paradoxos que atravessam as relações sociais (p. 55).

Neste sentido, é preciso produzir uma abertura do olhar aos processos participativos para além das instâncias institucionalizadas, e entender que "a

sociedade civil é parte do Estado, e não um espaço independente salvacionista" (Scheinvar, 2009, p. 57). Assim, há de se questionar quais são as capturas presentes no contemporâneo que deslocam a demanda por participação, fazendo-a compor mecanismos de segurança ativados pelos dispositivos biopolíticos de controle. Para Scheinvar (2014),

> temos visto serem alimentadas as práticas instituídas como de insegurança, necessárias para fazer funcionar as máquinas de controle. São práticas que recaem nos princípios mais caros ao liberalismo, qual sejam, cidadania e liberdade, pois que convocam a participação em favor da segurança (p. 484).

Assim, ao abordar o conceito de cidadania como "um corte definido historicamente", Scheinvar (2014) chama a atenção para o quanto o direito a essa cidadania tem sido produzido principalmente como terreno da segurança e ajudado a compor as engrenagens de funcionamento da democracia. Para esta autora,

> a segurança é uma forma de controle, cuja tecnologia é acionada pela incitação ao perigo. Um perigo não só retórico, mas declarado por lei, por um dos instrumentos que fazem a máquina de controle funcionar, constrói os inimigos materializando o medo e convocando a máquina judiciária (Scheinvar, p. 487, 2014).

Scheinvar (2014) afirma então que a produção subjetiva em torno do perigo tem sido fundamental para afirmar que a condição de liberdade e a condição cidadã são as principais concepções "que justificam a demanda por segurança" (p. 485). A lei e a ordem são apresentados como princípios básicos da democracia liberal e o investimento em segurança torna-se uma prática cada vez mais estimulada por essa racionalidade neoliberal, na qual a democracia se torna um valor pretensamente universal e indissociável da segurança.

Assim, Passetti (2008) ressalta que, nessa esfera de controles contínuos, a chamada sociedade civil exerce certos papéis que são responsabilidades da biopolítica do Estado. Este mesmo autor afirma que a lógica do julgamento se disseminou pela sociedade, resultante dessa convocação à participação em favor da segurança, fazendo assim aparecer compromissos de justiça que passam à administração da chamada sociedade civil organizada, "alimentando a lógica penal como lógica de vida" (Scheinvar, p. 487, 2014). Deste modo, podemos entender que

> a participação na sociedade de controle, expressa um dispositivo de inclusão que aperfeiçoa modelos governamentais e complementa o Direito Penal, uma vez que não abole a sua lógica, apenas [opera] uma troca de sinais: **a comunidade exercendo o papel de tribunal** (Nu-Sol, 2021c, grifos meus)

Atravessamos um tempo em que o desejo de julgar e a ânsia em punir se tornaram os sentimentos dominantes e têm alimentado a forma de lidar com diferentes impasses, desde aqueles voltados para a esfera mais íntima da vida, até os episódios que mobilizam manifestações no espaço coletivo, geralmente embaladas por grande comoção. Os meios de comunicação e líderes políticos das mais diferentes correntes são os principais atores na construção dessa esfera, notadamente quando se trata de mascarar a importância das medidas que tomam ou de justificá-las como se fossem inevitáveis.

Os episódios de situações conflituosas do cotidiano da cidade em que se mobiliza a chamada segurança pública como agente mediador são importantes analisadores. Em uma manhã de agosto de 2019, um homem de 20 anos, que fazia mais de trinta passageiros reféns em um ônibus na Ponte Rio-Niterói, foi morto pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. O sequestro durou cerca de três horas e durante esse período alguns passageiros mais velhos ou que passavam mal foram sendo liberados. O rapaz que protagonizou o episódio, identificado como Willian, portava uma arma de brinquedo, uma faca, um taser, garrafas pet, gasolina e no momento em que desceu do ônibus e jogou um casaco em direção às autoridades, jornalistas e demais pessoas presentes no local, foi "neutralizado" com seis tiros, segundo o termo utilizado pelos policiais e pelo próprio governador do estado.

Após o assassinato do jovem sequestrador pela polícia militar, não faltaram pronunciamentos e declarações de autoridades e de populares sobre a "eficiência da polícia" durante a operação. Mas de todas as declarações, duas merecem aqui o nosso destaque no sentido de pensar o quanto determinadas lógicas nos atravessam: a primeira delas é a de uma figura pública que construiu sua trajetória política com discurso voltado à defesa dos chamados direitos humanos e a segunda é a de um familiar do rapaz assassinado.

Marcelo Freixo, que à época do episódio exercia mandato de deputado federal em um partido que se diz à esquerda no jogo político, usou suas redes sociais para afirmar que "a polícia agiu de acordo com o que prevê a lei e de forma técnica", segue sustentando que "a legislação autoriza esse tipo de ação em

situações críticas, em que há risco iminente à integridade de terceiros", e termina sua postagem dizendo que "o episódio deveria mostrar que a política de Segurança Pública pode e deve ser feita dentro da lei, o que não está ocorrendo nas favelas do Estado." O deputado tenta justificar o assassinato utilizando o respaldo legal e uma atuação que ele julga ter sido técnica, como se a polícia não fosse preparada exatamente para fazer o que ela faz. A crença na "boa polícia", ou pelo menos a declaração pública com esse intuito, segue tentando nos convencer que o problema não é a polícia, mas o que alguns chamam de violência policial. O seu discurso é a legitimação desse tipo de prática como a única possível e necessária, fechando o horizonte para a construção de outras abordagens deslocadas de uma violência que tem como meta a letalidade. Seu posicionamento considera um discurso que a polícia é imprescindível, só tem que trabalhar direito e reforça com isso a construção de uma necessidade da boa polícia.

Alexandre, primo de Willian, que acompanhou as negociações no local do sequestro, em entrevista[26] declarou que pediu desculpas aos reféns e afirmou que Willian "era uma pessoa tranquila, bom filho, ótimo sobrinho, ótimo primo. Só que ele desencadeou essa conduta dele. O que aconteceu hoje, era certo. Ele teve que pagar por isso. Graças a Deus que está chorando só a minha família, poderia estar chorando 37 famílias de trabalhadores como eu sou, como o pai dele é, como a mãe dele é" (sic).

As comparações com o famoso sequestro do ônibus 174[27] foram inevitáveis, só que desta vez, as comemorações com o desfecho do caso vieram acompanhadas de elogios de "especialistas" sobre a "melhoria e precisão" da abordagem policial, sendo que no caso do ônibus 174 houve a morte de uma passageira e a execução do jovem apreendido foi no camburão, por asfixia, e no episódio da ponte foi para "todo mundo ver e se regozijar" (Nu-sol, 2019). Ao descer

[26] Disponível em https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/08/20/sequestro-na-ponte-governo-do-rj-diz-que-vai-auxiliar-familia-de-sequestrador-no-enterro.ghtml , acessado em 01 de novembro de 2021.

[27] O referido sequestro foi o episódio em que um ônibus da linha 174 ficou detido por quase 5 horas no dia 12 de junho do ano de 2000, no bairro do Jardim Botânico, na cidade do Rio de Janeiro, sob a mira de um revólver, por Sandro Barbosa do Nascimento, sobrevivente da Chacina da Candelária. Ao sair do ônibus usando uma refém de escudo, ela foi alvejada por quatro tiros, da própria polícia. Com a refém morta, Sandro foi imobilizado enquanto uma multidão correu para tentar linchá-lo. Ele foi colocado na viatura com outros policiais segurando-o e acabou sendo morto por asfixia ali dentro. Os policiais responsáveis por sua morte foram levados a julgamento por assassinato e declarados inocentes.

do helicóptero que o levou até o local, o governador deu socos no ar e saltos eufóricos. A imagem traduziu o sentimento predominante.

Esse sequestro trouxe mais uma vez à tona o debate sobre segurança e o discurso violento de uma sociedade sedenta por mais punição, cuja lógica do castigo se fortalece. Enquanto isso, mortes, assassinatos, tragédias, chacinas permanecem ocorrendo. E a resposta é sempre a mesma: “punir mais, matar melhor” (Nu-sol, 2019). No mês anterior, em um intervalo de 80 horas, cinco jovens foram executados em comunidades onde havia operações policiais na cidade do Rio de Janeiro. Só que nesses casos, para o deputado defensor dos direitos humanos citado anteriormente, os assassinatos não ocorreram de “forma técnica”.

Assim, vemos líderes de movimentos sociais e de partidos considerados de esquerda reproduzindo determinados discursos, pois precisam da legitimação do poder estatal para disputar seus cargos e poder controlar as instituições. Nessa arena de disputa de espaço, em que diferentes grupos políticos se apresentam, apenas um fenômeno é capaz de abarcar adeptos em todos os campos em torno de uma solução para os nossos problemas: a criminalização de condutas impulsionada pela “crença em uma moral da punição como salvaguarda do Estado” (Passetti, 2020, p. 194).

Geralmente o debate na área da segurança pública gira principalmente em torno dos crimes relacionados à política de guerra às drogas e dos delitos contra o patrimônio, tais como furto e roubo, além dos homicídios. Essa gama de crimes tem sido historicamente utilizada para justificar a intensificação do controle social através, principalmente, do aumento do efetivo policial, alimentando o crescimento da demanda por maior repressão, de maior rigor punitivo e de maior intervenção do sistema penal. E a exploração dessa violência tem mobilizado cada vez mais a sociedade brasileira que, inflada pelo discurso punitivo, clama pela implementação de penas mais rigorosas.

Contudo, além de descartar a atualidade dessa pauta, cabe destacar também que ela foi acrescida por novas propostas criminalizantes que inundam o poder legislativo pelo país afora. Além de respostas a casos isolados nas situações que giram em torno dos crimes comuns, como no assassinato a facada do médico na Lagoa Rodrigo de Freitas em 2015[28] por exemplo, a criminalização de condutas tem

[28] Como resposta ao clamor público pela morte do cardiologista Jaime Gold, de 55 anos, esfaqueado na Lagoa Rodrigo de Freitas em junho de 2015, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de

sido um caminho adotado em muitos projetos de lei que enfatizam a necessidade de proteção às chamadas minorias. Novas demandas de movimentos políticos considerados de esquerda passaram a defender a criminalização da homofobia e do racismo, a qualificação do homicídio por razões de gênero, entre outras propostas que seguem nesta linha da desmedida ampliação do poder punitivo do Estado. Não cabe aqui desdobrar os argumentos dos que defendem a linha de pensamento que endossa a criminalização dessas condutas, mas nos interessa pensar no quanto esse movimento que referenda a punição como caminho a ser adotado tem sido encarado como inevitável.

Essa onda repressiva, deu ensejo ao que Maria Lúcia Karam (1996) chamou de esquerda punitiva, caracterizada por aqueles segmentos de diferentes movimentos sociais que promovem com seus discursos e práticas a expansão do direito penal. Segundo Karam (1996),

> inebriados pela reação punitiva, estes setores da esquerda parecem estranhamente próximos dos arautos neoliberais, apregoadores do fim da história, não conseguindo perceber que, sendo a pena, em essência, pura e simples manifestação de poder – e, no que diz respeito, poder de classe do Estado capitalista – é necessária e prioritariamente dirigida aos excluídos (p. 81)

Não percebem que cedendo a esse populismo penal, certos setores da esquerda caem na armadilha de reforçar a desigualdade social, contradizendo suas próprias premissas fundamentais de transformação social. A adesão aos anseios políticos que sustentam o recrudescimento do sistema penal por meio da tipificação de novas condutas e aumento das penas contribui sobremaneira para fomentar a exclusão social, especialmente dos pobres.

Karam (1996) questiona, então, a contradição da adesão de forças políticas que se dizem voltadas para a luta por avanços sociais “a um mecanismo tão eficaz de proteção dos interesses e valores dominantes de sociedades que supostamente deveriam ser transformadas” (p. 82-83) e afirma que uma esquerda adjetivável de punitiva, cultivadora da lógica “da repressão e do castigo, só fará reproduzir a dominação e a exclusão” (p. 92).

No entanto, a militância de alguns setores da esquerda brasileira segue defendendo a intensificação do direito penal como forma primária de resolver os

---

Janeiro – ALERJ aprovou em tempo recorde o Projeto de Lei Nº 7031/2015, que proíbe o porte de arma branca no território do Estado do Rio de Janeiro.

conflitos e garantir a almejada paz social, fazendo mover as máquinas que impulsionam um movimento crescente de judicialização da vida. Movimento que se sustenta pela comoção dos inúmeros casos de violência que se reproduzem no cotidiano, forjando um fenômeno que nos põe reativos aos fatos, pautando-nos pela produção de certo ressentimento. Assim, são os acontecimentos que nos motivam e não a nossa análise crítica sobre eles.

Podemos aqui listar uma série de episódios como por exemplo o caso do adolescente de 17 anos que, em junho de 2017, teve a testa tatuada com a frase “Eu sou ladrão e vacilão”, em uma pensão de São Bernardo do Campo, no ABC paulista, após ter sido acusado de tentar furtar uma bicicleta na região. Além de ter a testa marcada com uma tatuagem, o adolescente teve também o cabelo cortado e os pés e as mãos amarradas pelos agressores, um tatuador de 27 anos e o vizinho dele de 29 anos. A tatuagem foi filmada com o celular do próprio tatuador, compartilhada no WhatsApp e uma legião de apoiadores incumbiu-se de propagandear a violência pelas redes sociais como um troféu. Não bastasse o horror da atitude em si, o que chama atenção é que o flagrante caso de tortura foi celebrado por parte da população que relaciona a prática de determinados crimes com uma suposta impunidade recorrente no país e como um ato individual sem qualquer associação com as relações produtoras de desigualdades que produzem a criminalização de tais pessoas, em contraste com o olhar condescendente ou compreensivo para atos semelhantes cometidos por pessoas com inserções econômicas e raciais diferentes às de um jovem pobre e negro.

No decorrer dos últimos anos, inúmeras outras torturas cotidianas também ocorreram e algumas delas ganharam maior repercussão na mídia brasileira, levantando a mesma discussão: em 2013, o pedreiro Amarildo de Souza, de 47 anos, desaparecido e supostamente torturado e morto por policiais militares, após ser capturado durante operação cujo objetivo era prender traficantes; em 2014, a imagem de um adolescente acusado de furto e preso pelo pescoço em um poste por um grupo que se autodenomina justiceiro do bairro do Flamengo no Rio de Janeiro; em 2019, um rapaz de 17 anos foi chicoteado pelos seguranças de um supermercado de São Paulo após a tentativa de furto de uma barra de chocolate; também em 2019, outro rapaz, esse de 19 anos, chegou a ser morto por sufocamento por um segurança de um supermercado no Rio de Janeiro.

Sem atentarmos para o fato de que o Brasil alcançou até junho de 2019, de acordo com dados do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), uma população carcerária de 773.151 presos, número que triplicou[29] desde o ano 2000, seguimos cada vez mais crédulos da necessidade do aumento de penas e de leis mais rígidas, quando não muito na chamada 'justiça com as próprias mãos', como forma de resolver nossos conflitos. A repercussão da matança do início dos anos de 2017 e de 2019 em algumas das prisões brasileiras confirma a naturalização da violência da atual classe política brasileira, e por uma parcela considerável da sociedade, pela naturalização da violência. A morte de mais de 90 detentos em presídios de estados diferentes do norte do país em 2017 e a morte por enforcamento de 57 detentos em 2019 na mesma região insuflaram comentários racistas de autoridades, reverberando assustadoramente entre os discursos de diferentes segmentos da sociedade brasileira.

Vemos, deste modo, que a utilização da tortura como instrumento de exercício de poder é uma prática presente no contexto da sociedade em que vivemos, seja camuflada no interior de instituições, tais como prisões e hospitais psiquiátricos, seja deliberadamente realizada em locais públicos e/ou publicizada nas redes sociais e justificada por alguns como um 'mal necessário'. Essa "sinistra interiorização do Estado violento em nós" (Passos, 2009, p. 256) deve nos fazer lembrar o quanto de autoritarismo e violência estão presentes em nossos discursos e práticas e de que modo eles constituem alguns dos nossos modos de se relacionar com os impasses e situações conflituosas.

Safatle (2021) afirma que o Brasil é o único país latino-americano no que os casos de tortura hoje são mais numerosos do que durante a ditadura militar porque a Polícia Militar preservou seus hábitos. Para o filósofo, as estruturas institucionais de repressão foram mantidas, os parágrafos sobre segurança nacional da Constituição de 1988 foram cópia da Constituição de 1967 e a anistia foi negociada para proteger militares e torturadores civis e militares, ou seja, não houve Justiça de transição no Brasil, não houve responsabilização de crimes contra a humanidade, não houve responsabilização dos casos de tortura. E o resultado disso é que o país ainda mantém um aparato de polícia que segue o modelo militar de organização, ou seja,

[29] Disponível em https://www.gazetadopovo.com.br/republica/populacao-carceraria-triplica-brasil-2019/ , acessado em 20 de fevereiro de 2020.

hierarquia, centralização decisória e rigidez, com características para o enfrentamento bélico dentro das cidades, que nunca foi desativada.

Eis o paradoxo sobre o qual se voltam então as nossas análises: o que tem nos levado a ocupar mecanismos de participação para reivindicar mais leis e favorecer sistemas de julgamento e o poder punitivo do Estado que têm servido tão somente para nos constranger e nos oprimir? O olhar de estranhamento sobre esse movimento é o fio condutor da narrativa aqui construída, exatamente por entender que as leis e os discursos de ordem contribuem decisivamente para compor a esfera em que em nome da segurança se justificam práticas autoritárias para defender a democracia. Para Coimbra, Nascimento e Lobo (2008), hoje vivemos subjetividades que giram exclusivamente em torno da garantia de nossa segurança, por isso,

> clamamos pela humanização do Estado de exceção, pela reforma de seus dispositivos policiais e por mais leis, que em realidade nos tutelam e nos constrangem. Aí está a certeza da nossa segurança – a existência das leis que devem ser cumpridas. A transcendência da lei historicamente nos persegue, talvez por isso confundamos o legal com o legítimo, a moral com a ética. (p. 98)

De acordo com Passetti (2008) se consolida deste modo uma concepção de democracia, modificada dentro de uma sociedade de controle contínuo, na qual você tem que aprender a alterar a lei, gerar direitos e produzir adequações aos costumes vigentes. O neoliberalismo desse modo vai produzindo um desejo cada vez mais partilhado de se adaptar a um modo de vida que deve se enquadrar nos limites da lei e da norma, como se esta fosse a única garantia de preservar uma ideia de segurança que lhe é vendida. Vale destacar que essas promessas fomentam uma certa esperança, mas também o medo de se perder o pouco que se imaginou ter conquistado. Assim, a ameaça fragmentada e dispersa de um suposto desamparo faz com que o espaço público seja construído sobre o discurso do medo e de dispositivos de segurança.

Para Batista, V. (2003, p. 23) “a hegemonia conservadora na nossa formação social trabalha a difusão do medo como mecanismo indutor e justificador de políticas autoritárias de controle social.” Sua pesquisa mostra como o medo tem sido elemento fundamental para a consolidação de uma estrutura de sociedade na qual ele se torna a principal porta de entrada para determinados modos de governar que estarão a serviço do controle exercido geralmente pela repressão. Esse medo tem

se corporificado nas chamadas políticas públicas especialmente através da prática de ‘especialistas’ tais como antropólogos, sociólogos, políticos, psicólogos, que sustentam a construção dos “discursos que legitimam a crença na pena como rito sagrado de solução de conflitos.” (Batista, V., 2003, p. 107). Práticas essas que têm contribuído para a produção de corpos e mentes assujeitados a uma lógica penal por manter exatamente a necessidade de julgamentos, de sentenças, agora produzidos de maneira coletiva, democrática, inclusiva e participativa. São subjetividades que vêm sendo maciçamente produzidas como técnicas de governo das vidas, técnicas de tutela sobre as vidas, sendo que nesta “subjetividade moralista-policialesca-punitiva-paranoica, além da moralização que se apresenta através do julgamento, das prescrições, do clamor por mais leis, temos também a produção do policial em nós” (Coimbra, 2010, p. 188-189). Essas instituições com seus dispositivos de controle social e seu modo competente de funcionamento nos tornam vigias e polícias de todos e de tudo, afirma Coimbra (2010).

Ao propor uma análise da dimensão contextual em que irão se consolidar essas subjetividades, me contraponho a assumir a participação do que chamamos de sociedade civil como uma forma menos capturada. Pois assim como nos alerta Scheinvar (2009), por vezes, ao ocupar determinados lugares de poder instituídos, os agentes dos mecanismos democráticos não mudam a engrenagem da máquina, apenas alimentam o seu modo de funcionar. Assim, de acordo com Monteiro, Coimbra e Mendonça Filho (2006), há uma “ilusão de que se possa possuir o poder de Estado para usá-lo de uma outra maneira” (p. 11), ilusão que tem se atualizado especialmente através da crença na reformulação e no aperfeiçoamento das leis.

A Justiça do Rio de Janeiro condenou à prisão, em 17 de julho de 2018, 23 manifestantes que participaram dos protestos nas chamadas Jornadas de Junho, como ficaram conhecidas as diversas manifestações ocorridas por todo o Brasil em junho de 2013, pelos crimes de formação de quadrilha e corrupção de menores. Essa condenação utilizou como base os preceitos estabelecidos na Lei Antiterrorismo que define como atos de terror “incendiar, depredar, saquear, destruir ou explodir meios de transporte ou qualquer bem público ou privado”. Essa legislação estabeleceu penas ainda mais severas do que as estipuladas na Lei de Segurança Nacional, instrumento usado na ditadura contra movimentos e protestos políticos. Trata-se de uma lei sancionada em março de 2016 pela presidenta Dilma Rousseff, historicamente reconhecida por ter cometido atos análogos aos dos 23

manifestantes de 2013 e ter vivido na própria pele de efeito do autoritarismo e da repressão do período da história brasileira e latino-americana em que se utilizou oficialmente a tortura como técnica de governo para controle da população. A própria presidenta Dilma é chamada de terrorista por forças militares.

Na sentença, foram consideradas as acusações de posse de artefato explosivo, ações diretas de violência e dano ao patrimônio. O juiz considerou ainda que muitos dos réus têm "personalidade distorcida" e chamou o grupo de "associação criminosa armada com participação de menores", embora as pessoas condenadas não formassem um grupo e suas ações não fossem coordenadas. A sentença que condenou os 23, determinou penas entre 5 e 7 anos de detenção em regime fechado, mas o juiz não decretou a prisão preventiva dos condenados, o que permitiu que eles recorressem em liberdade até que um eventual recurso fosse julgado. Mas a decisão manteve as medidas cautelares a serem cumpridas pelos condenados enquanto não houvesse recurso. Uma delas foi a proibição de participação em novas manifestações e, desde então, um dos 23 condenados já havia sido chamado a prestar esclarecimentos sobre a participação em uma aula pública realizada nas escadarias da câmara legislativa da cidade do Rio de Janeiro, sob risco de perder a possibilidade de aguardar o recurso em liberdade. Em um tempo de tantas proibições, o efeito de um instrumento legal sancionado por um governo que se diz à esquerda ganhou força.

É interessante observarmos como se conjugam alguns elementos que dão condições de possibilidade para a emergência e consolidação deste movimento de criminalização de condutas, tendo em vista que a lógica do julgamento e do policiamento, ao incidir exatamente no ponto em que esse pedido de mais leis, ou essa crença na reformulação e no aperfeiçoamento das que já existem, não tem fortalecido a ampliação dos espaços de liberdade, mas sobretudo aumentado de forma significativa o poder punitivo de Estado, que se expressa não apenas pelo incremento do efetivo policial, mas sobretudo pela produção de uma subjetividade cidadã-policialesca, sendo as práticas do cidadão-polícia partes inseparáveis do exercício da governamentalidade neoliberal.

Trata-se do 'dogma da pena' atravessando a constituição do conjunto de dispositivos legais, respaldado exatamente por aqueles que dizem pleitear mais espaços de liberdade e participação, tornando "a segurança o referencial de organização política da vida pública em lugar da democracia" (Augusto, 2016b), ou

como temos experimentado, a democracia se dando pelo próprio parâmetro da segurança, em uma busca inquestionável de segurança, “essa deusa laica da política moderna e esse valor primeiro da política contemporânea” (Augusto, 2016b).

Observamos deste modo que o atual conservadorismo convoca a todos que participem de forma democrática dos espaços e dispositivos necessários para a manutenção da ordem, e nesse sentido, a atitude de julgamento se fortalece como uma prática da dita democracia, disseminando a necessidade de punição como algo indispensável à vida de todos, como ato necessário para o “bem comum”.

Deste modo, diante da pouca possibilidade em “transformar o funcionamento das máquinas estatais capitalísticas, mantém-se a crença na possibilidade de reformas através de intervenções nas formulações e implementações de políticas públicas vinculadas ao Estado” (Monteiro, Coimbra e Mendonça Filho, 2006, p. 11). Assim, a questão que nos orienta abre muitas outras com a força das seguintes interrogações propostas por Monteiro, Coimbra e Mendonça Filho (2006):

> Como pensar políticas públicas não mais reduzidas ao Estado, mas como afirmação de experiências diversas onde o público possa, de fato, ser a expressão da experiência do “comum” que faz advir outros e múltiplos modos de pensar, perceber, sentir, agir e viver? (p. 12)

Talvez a pista para a construção de uma resposta, assim como sugere Deleuze (2008 apud Souza, 2016), seja abrir mão da lógica molar da norma, da lei, da segurança, e buscar nos acontecimentos o impulso para transformações, sem querer com isso, descartar toda e qualquer molaridade, mas apenas para chamar a atenção de que ela não deve ser tomada como uma solução em si. Foucault ressalta que as leis não deixaram de proliferar, mas têm sido usadas cada vez mais como táticas pelos poderes de normalização, de tal forma que o filósofo afirma, no capítulo final de *A vontade de saber* (1988), que na época moderna a lei funciona cada vez mais como norma. Ou seja, não se trata mais apenas da lei garantindo o poder do Estado, mas a norma que possui um caráter regulador.

No entanto, nem toda sociedade é normativa. A norma é uma invenção da nossa sociedade e orienta a justificação para excluir o diferente tornando-o um fardo social e encaminhando-o a estabelecimentos especiais. Canguilhem (1978) procurou expor a ideia de como a norma surgiu a partir da forma negativa do anormal, ou seja, de como a ideia de indivíduo anormal é essencialmente anterior ao conceito de

homem normal. Podemos afirmar que a partir dessa negação se constituíram as condições de possibilidade para a emergência da concepção de 'homem normal'.

Porém, a norma em Foucault define-se por seu caráter produtivo e, nesse sentido, não se confunde com um princípio de separação entre o lícito e o ilícito nem com um dispositivo de mera repressão ou restrição, ou seja, não se confunde com a lei ou com a norma em um sentido exclusivamente jurídico. Cabem, na abrangência de seu significado, as normas de comportamento, as normas sociais, as normas de conduta, as normas que regulam os saberes, as normas que prescrevem ações e que, relativamente à época moderna, funcionam segundo as formas da disciplina dos corpos e da regulação da vida biológica das populações, ou seja, "a norma é o que se pode tanto aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar" (Foucault, 1999, p.302). Passetti (2017a) afirma que

> direito penal e normalizações andam lado a lado. Produzem penas e sanções, avaliam, dimensionam, educam, disciplinam, ressocializam, adequam e adaptam. Funcionam tanto em sociedades disciplinares, por vigilância e confinamentos, como ampliam seus raios em sociedades de controles com monitoramentos constantes a céu aberto em função de garantir a segurança de indivíduos e Estados (p. 164)

Assim, as atitudes de julgamento se consolidam e compõem as práticas participativas na democracia em que a "normalidade" institui-se como parâmetro para tirar a vida de diferentes segmentos da sociedade, entendendo com Foucault (1999) que tirar a vida não seja somente pelas formas diretas, mas também com as maneiras indiretas, como "o fato de expor à morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição, etc." (p. 306).

1.2 **Racionalidade penal e a capilarização das instâncias de julgamento**

Utilizamos, portanto, a noção de subjetividade tal qual a proposta por Guattari (Guattari e Rolnik, 2005), para entender que tudo que é produzido pela subjetivação capitalística resulta da "conexão direta entre as grandes máquinas de controle social

e as instâncias psíquicas que definem a maneira de perceber o mundo" (p. 35), ou seja, uma subjetividade de natureza fabricada, modelada, recebida, consumida.

Podemos então afirmar que somos feitos em meio à trama da produção de subjetividade, a produção de desejo e a produção social, pois estas são coextensivas, tratando-se desta forma de dimensões que fazem parte de uma mesma produção imanente. Assim, o desejo já não é entendido como "intrapsíquico" ou independente desse plano. Para Deleuze e Guattari (2010), a economia do desejo e a economia política são uma só: economia de fluxos.

O desejo, neste sentido, aparece como vetor estratégico para a consolidação das técnicas de poder e de governo, pois é aquilo que nos levará à ação, e pode ser produzido. Será desta forma, nos meandros dessa economia do desejo, que as técnicas de governo estarão cada vez mais direcionadas para a apropriação das aspirações da população, ou para a produção das mesmas, a fim de melhor torná-la objeto de tal modo que a população apareça "como consciente, diante do governo, do que ela quer, e também inconsciente do que a fazem fazer" (Foucault, 2008, p. 140).

Desta forma, levando em consideração a constante incidência de dispositivos de controle sobre a produção de subjetividades e na formulação e execução das políticas ditas públicas, cabe contextualizá-las como característica de um determinado tipo de sociedade, definido por Deleuze (1992) como sociedade de controle. Neste tipo de sociedade, os mecanismos de controle sobre o indivíduo são contínuos e cada vez mais sofisticados e invasivos, atingindo-o nos mais finos detalhes de sua existência.

Nesta mesma linha, Foucault é uma referência fundamental ao nos mostrar como as contingências históricas, sempre entrelaçando regimes de verdade, sistemas de poder e formas de subjetivação, estão produzindo a todo tempo experiências singulares, locais e datadas daquilo que somos. Aliados ao pensamento desses autores, passamos a compreender que no presente as lógicas de controle e disciplinar se sobrepõem e se articulam ao capitalismo.

Contudo, buscar a genealogia desta articulação por meio dos estudos desses autores é fundamental para avaliarmos de que forma ao longo da história foram se estabelecendo determinadas conexões de modo que alguns grupos pudessem assumir "a tarefa de interligar moral, produção capitalista e aparato estatal" (Foucault, 2015, p. 104) e compor as estratégias de assujeitamento e controle.

Nesta linha de análise, entre janeiro e março de 1973, Foucault apresenta o curso “A sociedade punitiva”, como parte do conjunto de estudos que lhe serviram de base para escrever o livro Vigiar e Punir em 1975. O referido curso promove o encontro entre a “Genealogia da moral” de Nietzsche e “O Capital” de Marx, ao oferecer um primeiro esboço do regime de verdade associado à forma jurídica e à política de confinamento que se generalizou na sociedade contemporânea: mais do que o estabelecimento prisão, trata-se de uma “forma-prisão” (2015, p. 77).

De acordo com Foucault (2015), desde o fim do século XVIII e início do século XIX na Inglaterra, alguns grupos assumiram explicitamente o objetivo de vigilância, de controle e de punição, e entre eles estavam as comunidades religiosas, as sociedades vinculadas de maneira mais indireta a comunidades religiosas, os grupos de autodefesa com caráter paramilitar e os grupos com caráter essencialmente econômico, uma espécie de polícia particular. Foucault (2015) ressalta que através desses grupos se consolidaram dois movimentos principais: a “junção entre moral e penal” (p. 100) e uma exigência de que essa moralização se deslocasse em direção ao Estado. Segundo o autor, essa exigência partiu das classes mais elevadas, que controlavam o poder, ao passo que as classes mais baixas e a classe operária passaram a ser o ponto de aplicação dessa moralização do sistema penal, exigindo-se que o Estado se tornasse o instrumento de moralização dessas classes especialmente pela polícia por ele instaurada e pelas leis por ele definidas. Porém, segundo Foucault (2015),

> é preciso observar que, por trás das proibições propriamente legais, percebe-se o desenvolvimento de todo um conjunto de coerções cotidianas que incidem sobre os comportamentos, os usos e os costumes, cujo efeito não é punir algo como infração, mas agir positivamente sobre os indivíduos, transformá-los do ponto de vista moral, obter uma correção. (p. 103)

Neste sentido, Foucault ressalta que “tal controle pressupunha antes a moralização do sistema penal, mas também pressupunha uma máquina penal propriamente dita: um mecanismo de penalização da existência” (2015, p. 177). Para o autor, “seria preciso enquadrar a existência numa espécie de penalidade difusa, cotidiana, introduzir no próprio corpo social prolongamentos parapenais, aquém até do aparato judiciário” (Foucault, 2015, p. 177).

O autor chama atenção para a emergência no século XIX de um sistema muito sutil que “comportava continuidade entre o punitivo e o penal, apoiando-se em

várias leis, medidas e instituições" (2015, p. 179). No entanto, essa continuidade que caracteriza para Foucault o que ele chama de sociedade punitiva,

> só é possível desde que haja uma espécie de vigilância geral, de organização não só de um controle ou de uma percepção, mas também de um saber sobre os indivíduos, de maneira que eles sejam submetidos a uma prova permanente, até o momento em que for preciso fazê-los passar para outro lado e submetê-los efetivamente a uma instância de julgamento (p. 179).

Para o referido autor, os mecanismos propriamente punitivos que penetraram o corpo social inteiro, promoveram a perfeita continuidade entre o punitivo e o penal, fazendo com que se constituísse "uma trama ininterrupta que prolonga a justiça até a vida cotidiana; como capilarização da instância de julgamento, idas e vindas perpétuas entre o punitivo e o penal" (2015, p. 178-179).

Assim, colocamos em análise a constituição de uma política punitiva, que tem se fortalecido em relações de poder constituídas por práticas ditas democráticas de participação, e dos arranjos subjetivos que vêm sendo engendrados a partir dessa política. Entender os meandros dessa política e pensar seus efeitos em nossa sociedade, em nossas composições subjetivas, no empobrecimento de nossas vidas, é sem dúvida lançar uma questão ético-política presente em nossas práticas cotidianas, mas sobretudo no modo de operar que tem constituído muitas lutas.

Assim, mais do que saber o como ou o porquê participar, ou principalmente questionar a que temos sido convocados a participar, cabe-nos pensar o que temos sido "levados a servir" (Deleuze, 1992, p. 226). O julgamento que incide em nossas relações e nos torna polícia ou juízes de nós mesmos tem nos levado a azeitar as engrenagens da máquina estatal que constitui o que chamamos de Estado policial, ao passo que se constitui de nossas práticas, para compor a política de uma sociedade de controle contínuo.

Interessa aqui uma análise dos efeitos provocados pelo biopoder, valorizando a importância de uma atitude crítica, diante dos dispositivos de controle presentes no contexto da democracia em que vivemos, de modo que nos apontem caminhos que não nos levem mais a aderir instantaneamente a movimentos reivindicativos conservadores, que acabam sempre por desembocar no Estado e em suas leis. É importante, deste modo, reiterar que assim como nos sugere Foucault (1994) em entrevista a Paul Rabinow,

> a liberdade dos homens não é jamais assegurada pelas instituições ou leis que pretendem garanti-la. É por essa razão que quase todas as leis e instituições podem ser subvertidas. Não porque sejam ambíguas, mas simplesmente porque liberdade é aquilo que deve ser praticado (p. 139).

2 **LIMITAÇÕES DA VIA INSTITUCIONAL**

Figura 2 -

Fonte: https://portaljovensac.blogspot.com/2014/07/opiniao-meus-sonhos-nao-cabem-nas-urnas.html

Um dos pressupostos mais básicos da concepção de cidadania que vem sendo amplamente difundido é a possibilidade de escolher os representantes através do voto direto. Em termos gerais, a democracia vem sendo apresentada como o governo do povo para o povo, baseada primordialmente no sistema de representação de acordo com o qual cada cidadão escolhe os seus representantes por meio das eleições. Mas esta formulação de governo pelo povo, que ressurgiu na América Latina como poder popular, pede que perguntemos: O que significa o povo governar? Ir às urnas e delegar a outrem a legitimidade da vida institucional? O que temos vivenciado como democracia não compreende a multiplicidade de segmentos sociais e de modos de vida que se expressam em seu contexto, resumindo essa complexidade na concepção de representação que se atualiza no processo eleitoral, processo no que vem se depositando, historicamente, toda a aposta por mudanças sociais. Cabe-nos colocar em análise então as forças que vêm compondo essa concepção de democracia que se encerra na representação.

Desde que comecei a votar aos dezesseis anos, meu domicílio eleitoral é na cidade de Nova Friburgo. Cidade serrana do interior do estado do Rio de Janeiro que exalta com certo orgulho, por parte de uma elite empresarial e das famílias consideradas tradicionais, ser uma colonização europeia, deixando invisibilizado seu histórico escravocrata e segregador na fundação da cidade. Único município brasileiro fundado a partir de um Decreto Real de D. João VI em 1818, Nova

Friburgo esteve entre as seis cidades do Brasil em que a disputa eleitoral municipal foi mais acirrada no ano de 2020. Além de Nova Friburgo (RJ), concorreram nas cidades de Campo Grande (MT), Contagem (MG), Curitiba (PR), Goiânia (GO) e Santos (SP), 16 candidatos a prefeito em cada uma delas. E entre essas, foi a cidade com o maior crescimento percentual do número de candidatos, contando apenas com seis concorrentes ao cargo na eleição anterior.

Há quem sustente que essa diversidade de projetos políticos almejando ocupar o executivo municipal seja uma característica do pleno funcionamento da democracia. Entretanto, se essa pluralidade de ideias fortalece o debate, e em tese, poderia enriquecer o processo de comparação e análise das propostas dos candidatos, um olhar mais apurado pode nos fazer enxergar apenas diferentes nuances de um mesmo teatro para nos manter distraídos (Comitê Invisível, 2016). Sem querer negar com isso as diferenças de perspectiva de cada projeto, chamo a atenção para o fato de que principalmente em um pleito municipal, elas são pequenas quando a questão é a possibilidade de mudanças reais que poderiam ser promovidas na vida das pessoas. Porque os atores políticos e os partidos diferem em discursos, mas concordam em manter o monopólio do poder dentro de um quadro de possibilidades preestabelecidas por eles mesmos.

Mesmo assim muitos dos que votam, elegem e até se mobilizam e se entusiasmam por aqueles nos que depositam esperanças, mudando vez por outra a aposta quando essa esperança supera o medo de mudança. Mas alguns reconhecem o colapso das estruturas de representação, por sua incapacidade de construir alternativas. Com a vida institucionalizada, com os limites da democracia representativa e as formas partidárias, os ímpetos na aposta por mudanças são arremessados “de volta ao medo. Desse medo surgem formas populistas ou carismáticas de uma política esvaziada, até mesmo de um verniz de representação.” (Negri e Hardt, 2014, p. 51). Não parece ter sido diferente nessa eleição em Nova Friburgo. O altíssimo índice de rejeição ao prefeito em exercício[30], que não inibiu sua tentativa de reeleição, pode ter sido um dos fatores que levaram tantas siglas partidárias a lançar candidatura própria. Em um contexto tão pulverizado como vinha

[30] Eleito no pleito municipal de 2016 para o mandato de 2017-2020, Renato Bravo do Partido Progressistas, derrotou com 29.046 votos (28,23%), o então deputado federal Glauber Braga do Psol que obteve 24.472 votos (23,79%). Na eleição de 2016, Nova Friburgo possuía 151.045 eleitores, de um total de 185.102 habitantes do município. Antes de se candidatar a prefeito de Nova Friburgo, Renato Bravo já havia sido vereador de Nova Friburgo por 2 mandatos entre 1983 e 1992.

se delineando desde as prévias ao período eleitoral, foram dispensados inúmeros esforços no sentido de formar o que se denominou como frente ampla progressista, entre os partidos que se declaram alinhados ao pensamento à esquerda do jogo político.

Um dos principais argumentos para a formação dessa frente seria a necessidade de barrar na câmara municipal e na prefeitura, o avanço do efeito do que se convencionou chamar de *bolsonarismo*. A cidade de Nova Friburgo tem por característica um eleitorado muito conservador, fazendo com que no segundo turno da eleição presidencial em 2018, Bolsonaro recebesse aproximadamente setenta e três por cento do total de votos válidos, enquanto que Haddad foi a opção para vinte e sete por cento. Na tentativa de surfar nessa onda, duas entre as dezesseis candidaturas à prefeitura, a de uma delegada e a de um empresário, diziam ter o apoio declarado do presidente e dos grupos políticos ligados a ele. E entre algumas das demais, mesmo não tendo essa relação direta, reproduziu-se uma estética e um discurso similar. No fim, a chamada frente progressista não aconteceu e o que prevaleceu foi a necessidade de protagonismo de cada uma das siglas e dos próprios nomes apresentados para o pleito. Os partidos envolvidos nessa discussão, entre eles o PT, PDT, PSOL e PV, lançaram suas próprias candidaturas e os outros partidos como PSB e PCB acabaram se coligando a duas dessas candidaturas majoritárias. O PSTU não participou da discussão, mas também lançou sua própria candidatura. E entre todas as candidaturas desse campo, as que se sobressaíram na disputa, foram: a do PDT, com a candidatura de um ex-deputado estadual[31], jornalista, e a do PSOL com a candidatura de um ex-vereador[32], bancário e sindicalista.

[31] Em 2012, Wanderson Nogueira se filiou ao Partido Socialista Brasileiro, visando uma vaga na Câmara Municipal de Nova Friburgo e foi eleito para a cadeira de vereador. Dois anos depois, em 2014, foi candidato a Deputado Estadual do Estado do Rio de Janeiro, em dobrada na região com o candidato a Deputado Federal Glauber Braga, ambos pelo PSB, para o mandato 2015–2019. Eleitos, Glauber e Wanderson anunciaram a saída do PSB, respectivamente em setembro de 2015 e em abril de 2016, e o ingresso no Partido Socialismo e Liberdade. Wanderson tentou o segundo mandato de Deputado Estadual nas eleições de 2018, mas não conseguiu se reeleger. Antes de terminar o mandato, no início de 2019, anunciou sua desfiliação do PSOL. Em 3 de fevereiro de 2020, foi eleito presidente do Partido Democrático Trabalhista de Nova Friburgo e no mesmo ano, se candidatou à prefeitura de Nova Friburgo pela coligação formada pelo PDT e PSB.

[32] Cláudio Damião, filiado ao PT desde 1995, foi vereador na Câmara Municipal de Nova Friburgo por dois mandatos, 2009 a 2012 e 2013 a 2016. Em março de 2016, se filiou ao Psol e nas eleições do mesmo ano, concorreu ao executivo friburguense, sendo candidato a vice-prefeito na chapa encabeçada pelo então Deputado Federal Glauber Braga. Na eleição municipal seguinte, Cláudio tornou-se o candidato a prefeito pelo partido.

Algumas outras candidaturas tiveram destaque. A de um deputado estadual que por ter sua imagem muito ligada à do governador, acabou não conseguindo a adesão que se esperava por ter sido encaminhado na mesma época, o impeachment do chefe do executivo estadual na ALERJ, por denúncias de corrupção na saúde no contexto da pandemia. A do presidente da câmara municipal que, apesar do apoio de parte do empresariado, teve sua história vinculada ao grupo político do prefeito em exercício. A de um médico reconhecidamente assistencialista no modo de operar sua clínica em serviços públicos, que teve a candidatura em queda acentuada após denúncias públicas de recebimento de apoio financeiro de fontes ligadas a grupos da baixada fluminense conhecidos como milícias. E a de um jovem vereador diretamente ligado a grupos evangélicos, no exercício de seu segundo ano do primeiro mandato, que se destacou como um dos líderes de oposição na câmara ao governo municipal da época. As demais eram encaradas como sem chances reais de vitória eleitoral.

Um período que transcorreu de forma completamente atípica em seu formato, não só pelas precauções exigidas para se evitar o contágio do coronavírus, mas também pela crescente indisposição da população com “a política”, teve como resultado a eleição de um prefeito com 22.227 votos, em um universo de 151.502 mil eleitores, o que representa aproximadamente 23% do total dos votos válidos, 15% por cento do total de eleitores aptos a votar e 11% por cento da população geral da cidade. Cabe destacar que 13% dos votantes anularam ou votaram em branco, e aproximadamente 42 mil pessoas não foram às urnas votar, ou seja, 28% dos eleitores da cidade. Venceu a recusa em participar do pleito identificado pela mídia hegemônica como “festa da democracia”.

Assim que foi encerrada a etapa eleitoral municipal de 2020 no Brasil, o país constatou que essa foi a realidade em inúmeros municípios brasileiros cujo recorde de votos não foi para nenhum candidato ou partido, mas para as abstenções. Algumas análises apresentadas apontaram a pandemia como justificativa para esse percentual. No entanto, mesmo que o contexto da crise sanitária tenha inibido uma parte das pessoas a irem votar, os números mostram que desde o início dos anos 2000, a quantidade de eleitores ausentes, mesmo com a obrigatoriedade do voto, só aumentou. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) informou que o índice de abstenção no primeiro turno das eleições municipais do ano de 2020 foi de aproximadamente 23%. Nas duas eleições municipais anteriores, a abstenção no primeiro turno foi de

17% em 2016 e de 16% em 2012. Na eleição presidencial de 2018, a abstenção no primeiro turno ficou em 20%. E as estatísticas apontam que as abstenções não param de subir desde o começo do século sugerindo uma tendência crescente.

Pesquisadores do Nu-sol (2020b) questionam se esta ausência estaria indicando algum protesto em andamento e qual seria. Apontam que mesmo com a ampliação de estudos acerca da abstenção, a permanência do voto obrigatório reintroduzido pela ditadura civil-militar e assimilado por todos os governos do chamado período de retomada da democracia, impede uma compreensão mais clara sobre quem são as pessoas que não se apresentam à convocação eleitoral. O voto obrigatório foi instituído em 1932 no governo de Getúlio Vargas e levado adiante pela ditadura civil-militar e o Código Eleitoral, ainda em vigor no país, foi promulgado pouco tempo após o golpe de 1964 (Lei n. 4.737, de 15 de Julho de 1965). E essa obrigatoriedade do voto no Brasil, em meio ao crescimento de taxas de transmissão pela Covid-19, escancarou ainda mais a sua estupidez e violência. Ainda assim, os altos índices de contaminação e contágio não impediram que milhões de brasileiros saíssem às ruas para o exercício daquilo que é considerado como sua cidadania. Umas por crerem na democracia e no voto, outras compelidas pela ameaça de punições, outras porque não querem dar mais dinheiro em tributo ao Estado, mesmo que seja um valor mínimo, outras simplesmente por não crerem na democracia representativa e no sistema eleitoral. Além disso, o que se viu foram candidatos e candidatas provocando aglomerações pelas ruas das mais variadas cidades, argumentando que o voto é um direito do cidadão, ao mesmo tempo em que condenavam as aglomerações por outros motivos, em uma demonstração de "cuidado" com a saúde da população (Nu-sol, 2020b).

O resultado numérico da eleição em Nova Friburgo, assim como no Brasil em geral, pode nos dar pistas sobre o contexto que vivemos e a crescente descrença e absoluta insatisfação com o sistema representativo, mas para além dela, cabe-nos qualificar a análise do pleito da cidade serrana com algumas ponderações sobre a vitória do candidato do partido Republicanos, agremiação ligada à Igreja Universal do Reino de Deus, de modo que nos auxilie a entender algumas das engrenagens que têm sido acionadas no contexto eleitoral atual. Com uma campanha de pouquíssimos recursos, pelo menos os que foram declarados, investiu-se em um discurso que afirmava a opção por não usar verba pública do fundo eleitoral, não fazer alianças com outros partidos e não distribuir material impresso de campanha

pelas ruas. De alguma forma, tentou-se construir uma imagem de *outsider*, pois não parecer político nos moldes tradicionais tem angariado cada vez mais adeptos nas eleições em geral. A fabricação do que podemos denominar como anti-sistêmico *fake*[33] tem crescido no que alguns chamam de falência da representação, ainda que ao tratar como falência tenha que se supor que um dia essa representação tenha funcionado. E aliado a isso, a consolidação de um projeto de poder que aposta na ascensão de segmentos religiosos ocupando o espaço da política institucional como uma das vertentes que tem se fortalecido nesse movimento de moralização da política.

Nas eleições de 2020, o Republicanos elegeu 211 prefeitos e 2604 vereadores em todo o país. No geral, quase 5.000 candidatos a prefeitos e vereadores em todo o país se autodeclararam evangélicos, de um total de 11 mil candidaturas explicitamente ligadas a grupos religiosos. No Congresso Nacional, a bancada evangélica saltou de 27 deputados em 1994 para 195 deputados federais e 8 senadores em 2018. Esses atores políticos reivindicam a recuperação de uma pretensa ordem, da previsibilidade, da segurança e de uma suposta unidade que teria sido destruída por governos anteriores. Mais do que um mero recurso retórico, trata-se de um sentimento compartilhado entre pessoas que reconhecem como legítimo um conjunto de valores morais que elas acham necessário ser recuperados.

A imagem dessa pretensa unidade cristã, mais abrangente e robusta do que a evangélica, é mobilizada para a implantação de uma agenda que consolida um certo cristianismo como segmento que acolhe populações vulneráveis ao mesmo tempo que busca cercear liberdades, atuando também em frentes que buscam restringir alguns direitos. É inegável que as igrejas acabam desempenhando uma rede de acolhimento mais imediato que promove o conforto para inúmeras situações de miséria a que é submetida uma parcela considerável da população. Acontece que, por outro lado, as sucessivas intervenções como as ocorridas no Plano Nacional de Direitos Humanos, capitaneadas por católicos e evangélicos, além da implantação de políticas públicas orientadas por convicções religiosas, como no caso das comunidades terapêuticas para tratamento em dependência química, são alguns dos

[33] Expressão utilizada em dezembro de 2020, pela professora Camila Jourdan do Departamento de Filosofia da UERJ, em participação na reunião do grupo de pesquisa orientado pela professora Estela Scheinvar, para designar o papel assumido por candidatos que afirmam não se enquadrar no perfil do político tradicional para angariar votos do eleitorado avesso à política partidária.

exemplos de que o segmento religioso promove esse “acolhimento” a partir de sua perspectiva limitada e enquadrada nos preceitos morais de seus próprios credos.

De acordo com o levantamento[34] realizado pelo Instituto de Estudos da Religião, coordenado pela pesquisadora Lívia Reis, aproximadamente 12 mil candidatos usaram filiação religiosa nas urnas antepondo aos seus nomes próprios a designação de padre ou pastor. Embora esse número indique um crescimento significativo de 24% em relação às eleições municipais anteriores, ele não reflete o total das candidaturas com identidade religiosa. O candidato do Republicanos em Nova Friburgo, por exemplo, não usou nenhum nome religioso na urna. Mas, ao mesmo tempo, mobilizou todo aparato institucional em sua campanha, o que incluiu divulgação da candidatura nas mídias e redes sociais de pastores e das igrejas e participação em cultos, inclusive em templos de outras denominações do mesmo segmento religioso pelo município.

E apesar da estratégia eleitoral de utilizar o nome religioso nas urnas não garantir qualquer efetividade, ela não diminui sua importância como fenômeno a ser analisado. Essa crescente reivindicação de uma identidade cristã por parte das candidaturas nos oferece alguns elementos para compreensão do momento político que atravessamos. Saímos de um Brasil com menos de 10% de evangélicos em 1990 para um país que caminha para uma minoria católica prevista a partir de 2032. As consequências dessa transformação social sem precedentes são inúmeras. Uma delas é o aumento da representatividade desses grupos em diversas esferas da vida política brasileira e uma ressonância cada vez maior dos valores desses grupos religiosos, tipicamente mais conservadores em questões como direito ao aborto, homossexualidade, métodos contraceptivos e uma lista enorme de debates que são abordados pela perspectiva de princípios morais. Os fiéis evangélicos são também mais propensos a seguirem recomendações dos pastores quando vão às urnas de acordo com pesquisa realizada pelo Datafolha[35] que mostra que esse segmento tem duas vezes mais chances de votarem em candidatos apoiados pela igreja do que eleitores católicos.

Não foi diferente com o candidato evangélico na eleição municipal em Nova Friburgo. Com apenas quatro anos de vida pública, seu mandato de vereador foi

---

[34] Disponível em https://www.iser.org.br/projeto/eleicoes-2020-monitoramento-de-candidaturas-religiosas/, acessado em 13 de novembro de 2021.

[35] Disponível em https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2017/10/1930455-para-votar-19-dos-brasileiros-com-religiao-seguem-indicacao-da-igreja.shtml , acessado em 15 de julho de 2020.

marcado por uma destacada oposição ao governo municipal. Fato que o ajudou a ampliar a adesão de parte dos descontentes servidores públicos à sua candidatura, para além de sua já consolidada base eleitoral evangélica. E a análise territorial por região de votação sugere uma ramificação da igreja, especialmente nas áreas periféricas da cidade, nas que o resultado foi mais expressivo, lhe garantindo a vitória.

Só que este fenômeno não aconteceu da noite pro dia, essa expansão das igrejas neopentecostais no Brasil se consolidou de fato no início do primeiro mandato do governo Lula. Desde a vigência do novo Código Civil brasileiro houve uma mobilização entre os evangélicos para alterar a lei nos artigos 44 e 2.031, principalmente no que diz respeito ao tratamento dado às instituições religiosas e aos partidos políticos. Em consequência disso, surgiu o projeto de lei proposto pelos evangélicos cujas instituições religiosas e partidos seriam regulados pelos seus próprios estatutos, garantindo assim a autonomia administrativa e financeira sobre as atividades dessas instituições.

Assim, ao sancionar, em 22 de dezembro de 2003, uma alteração desses artigos do Código Civil, aprovado pelo Congresso em 2002, mas proposto pelo próprio Executivo, o então presidente Lula acabou com o temor de líderes religiosos de que as igrejas seriam fechadas. Essa mudança legislativa movimentou uma votação expressiva dos evangélicos em seu favor. O partido Republicanos foi da base aliada dos governos de Lula e Dilma, rompendo com a última apenas em 2016, quando apoiou seu *impeachment.*

O Código Civil previa prazos para a adequação de partidos políticos, associações, empresas e igrejas a uma série de exigências. Entre elas, a transparência na contabilidade e a fixação de critérios mais nítidos para exclusão e inclusão de membros. A lei sancionada por Lula em 2003 não fala de liberdade religiosa, mas dá essa almejada autonomia a igrejas e partidos ao livrá-los dessas exigências.

Além de não pagarem impostos sobre aluguel de imóveis, bens em nome da entidade e serviços prestados, entidades religiosas também não sofrem tributação. Para a reforma de um templo, por exemplo, todo o material adquirido e serviço contratado pela organização religiosa são isentos de impostos. Como os templos de qualquer culto não são comerciais e se mantêm por meio de doações, a imunidade tributária permite que o valor arrecadado seja utilizado de forma mais ampla,

destinando-o para projetos sociais, obras no imóvel, compras de equipamento para os cultos, promoção de eventos, campanhas políticas, e assim por diante.

Segundo Raphael Corbi e Fabio Sanches, em artigo publicado[36] no Jornal Digital Nexo, essa política[37] que proíbe a taxação de impostos sobre templos está diretamente relacionada à acentuada expansão das organizações religiosas em décadas recentes, especialmente das (neo)pentecostais. E a análise dos dados sobre abertura de templos e sobre resultados de eleições para deputado federal entre 1994 e 2018 mostra que a fração de votos recebidos por candidatos da bancada evangélica aumentou, em média, 3 pontos percentuais em um dado município após a abertura, na mesma localidade, de um templo pentecostal que inclui, entre outras denominações, a Assembleia de Deus e a Igreja Universal - o que, em termos relativos, é equivalente a 40% da fração de votos recebidos por candidatos evangélicos naquele município.

De forma mais direta, a análise dos dados mostra que além de existir uma relação entre abertura de templos pentecostais e votos recebidos por candidatos ligados à bancada evangélica, é razoável supor que os subsídios tributários estejam, em última instância, por trás da expansão do número de congressistas diretamente associados às igrejas evangélicas. Assim, essa política de subsídios concedidos a grupos religiosos tem consequências que vão muito além das finanças públicas, pois os impactos sobre as finanças públicas, em termos mais precisos, são bastante reduzidos. Mas por outro lado, os reflexos desses subsídios são cada vez mais claros na política nacional, tanto no Congresso quanto nas prefeituras, nos governos estaduais e na própria Presidência. Outro aspecto que chama a atenção no contexto atual é a parceria entre o tráfico, as milícias e as igrejas pentecostais. Pesquisadores como o professor José Cláudio Souza Alves, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ e a professora Christina Vital da Cunha, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense –

[36] Disponível em https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2021/O-Congresso-e-as-isen%C3%A7%C3%B5es-tribut%C3%A1rias-das-igrejas , acessado em 06 de agosto de 2021.

[37] Os benefícios fiscais da política de taxação de impostos sobre templos passam por abertura de uma conta bancária que permite aplicações financeiras isentas de IR e IOF, até nos termos do artigo 150 da Constituição, imunidade, a templos de qualquer culto, para todos os impostos que incidam sobre o patrimônio, renda ou serviços relacionados com suas finalidades essenciais, as quais são definidas pelos seus próprios criadores, tais como IPVA, IPTU, ISS, ITR. Além das vantagens extra tributárias, pois templos são livres para se organizarem como bem entenderem, o que inclui escolher seus sacerdotes, que uma vez ungidos, adquirem privilégios como a isenção do serviço militar obrigatório e direito a prisão especial.

UFF, têm mostrado em seus estudos que as milícias do Rio se articulam cada vez mais. De acordo com o levantamento[38] realizado pela Rede Fluminense de Pesquisas sobre Violência, Segurança Pública e Direitos Humanos, as igrejas evangélicas pentecostais estão sendo utilizadas para azeitar a relação da milícia com líderes políticos e influenciar desde associações de moradores até casas legislativas. Assim, faz-se imperativo entendermos mais a fundo as ramificações desse fenômeno sobre aspectos públicos e privados da vida dos brasileiros.

Na eleição de Nova Friburgo, não se via campanha ostensiva na rua, apenas uma adesão orgânica maciça às redes sociais do candidato e aos grupos religiosos. Grupos entre os quais se veicularam inúmeros ataques homofóbicos ao candidato do PDT, que havia feito declarações públicas sobre sua homossexualidade no período anterior às eleições. O candidato do PDT terminou em segundo lugar, logo atrás do candidato eleito e com uma distância significativa para o terceiro lugar. A análise das pesquisas apontava que a decisão do voto de grande parte do eleitorado iria ocorrer nos últimos dias. A rejeição à política teve como um dos efeitos, o desinteresse da população em geral por acompanhar a campanha e em uma disputa tão fragmentada, conseguiu a maioria dos votos, o grupo com uma base eleitoral mais consolidada. Além disso, a maciça veiculação de uma *fake news* relacionada à questão da sexualidade do candidato que despontava na única pesquisa registrada e veiculada nos meios de comunicação locais, produziu um debate moral sobre sua vida pessoal que parece ter sido um dos fatores que contribuíram para uma aposta em um candidato mais conservador na reta final da decisão do voto.

Mas ainda assim a surpresa com o resultado foi unânime. Um voto absolutamente silencioso para uma figura pública até então muito pouco conhecida, um fenômeno que lembrou a sensação da vitória eleitoral do último governador do estado do Rio de Janeiro, um juiz de direito sem projeção que se aliou ao sentimento que foi produzido para embalar a campanha presidencial de Bolsonaro. O número alto de candidatos na eleição de Nova Friburgo inviabilizou a realização de debates em tv aberta, pela dificuldade em se estabelecer regras que contemplassem uma dinâmica razoável para a transmissão. Os poucos e longos debates promovidos, aconteceram em formato virtual e em veículos de menor relevância e pouca

[38] Disponível em https://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,milicias-do-rio-mantem-parceria-com-policia-faccoes-e-igrejas-pentecostais-aponta-estudo,70003488831 , acessado em 10 de janeiro de 2021.

audiência. E os enfrentamentos basicamente se limitaram a divergências entre os candidatos dos mesmos campos, de um lado, a disputa para herdar o voto conservador do eleitor de Bolsonaro, e de outro, uma reivindicação de legitimidade daquele candidato que melhor representasse o campo da chamada esquerda, evitando que os votos migrassem para o candidato que, entre aqueles considerados à esquerda, era o mais moderado, mas que era quem aparecia na frente da pesquisa e que por isso convocava para o chamado voto útil. Enquanto se tentava enquadrar candidatos na polarização produzida entre os campos que dizem ser esquerda e direita, sem chamar muita atenção, o candidato que sutilmente se dizia contrário ao sistema, teve a vitória eleitoral nesse contexto fragmentado.

A opção de análise por esse recorte espaço-temporal, não se dá apenas por se tratar da localização de onde exerço diretamente o direito de escolher os representantes no considerado rito democrático chamado eleição. Ocorre também pela minha relação direta ao longo do tempo com a estrutura partidária e com a construção de diferentes candidaturas na cidade, apesar do desconforto crescente e contínuo com o passar dos anos em relação a esse modo de atuar politicamente. Além de compartilhar com a imensa maioria da população, o mesmo sentimento de falta de legitimidade dessa “representação”, participar da estrutura político-partidária no decorrer do tempo me fez entrar em contato com engrenagens e modos de operar que se distanciam daquela atitude ingênua do engajamento na militância que me fez interessar por política. Uma atitude orientada por um certo modo de entendimento da noção de política impregnado pela expectativa de que a mudança geral do estado de coisas passava necessariamente pela ocupação de lugares em que se pressupõe serem os de maior exercício de poder.

A eleição de 2020 foi mais um dos momentos em que essa expectativa se atualizou em mim, pois todas as vezes que algo de nefasto se apresenta como alternativa para ocupar os lugares de poder institucional, eu sucumbo ao medo dos efeitos dessa possibilidade e aposto na crença de que há projetos menos conservadores, de que podem ser feitas apostas menos reacionárias, no meu caso sempre localizadas no campo que chamamos de esquerda. Na maioria das vezes, acreditamos que há diferenças significativas entre as perspectivas de mundo dos grupos políticos que se lançam em uma campanha eleitoral, mas a questão que se pretende pensar aqui é que mesmo os grupos que dizem combater as práticas autoritárias também podem reproduzi-las.

As duas candidaturas em disputa pelo voto do campo da esquerda, que se destacaram na eleição de 2020, em Nova Friburgo, são provenientes da cisão de um mesmo grupo que, na eleição anterior, havia apoiado a candidatura do então deputado federal Glauber Braga do Psol, considerada à época como favorita. Na ocasião, seu vice era Cláudio Damião e sua candidatura tinha o apoio irrestrito do então deputado estadual do Psol, Wanderson Nogueira. Na eleição seguinte, a disputa entre Cláudio e Wanderson, que encabeçaram candidaturas próprias à prefeitura de Nova Friburgo, foi marcada por uma característica hostilidade entre os grupos que reivindicavam a legitimidade do nome que melhor representasse os anseios do campo da esquerda naquele contexto. Faz parte do jogo o surgimento de divergências de posicionamentos e que elas ocasionem reconfigurações na correlação de forças entre os campos políticos mais diversos. Mas o que se coloca em análise aqui é que a perspectiva moral de atuação que se julga predominar nos campos considerados de oposição à esquerda pode, por vezes, ser a mesma que constitui as estratégias de atuação política da própria esquerda e que acaba constituindo seu modo de operar em diversas situações e ocasiões. A paixão que nutrimos pelos nossos idealismos por vezes nos cega e nos impossibilita de colocar em análise as práticas que se instituem em nome daquilo que acionamos para combater o que sem perceber acabamos reproduzindo. Não nos damos conta da moral entranhada em nossas práticas quando resolvemos reagir ao que entendemos como conservadorismos.

A relação que estabeleci com Glauber e Wanderson ao longo dos anos de militância política me levaram à função de coordenação da construção do programa de governo de ambos, sendo nas eleições municipais de 2016 na campanha do Glauber e de 2020 na campanha do Wanderson, além da parceria e amizade que se consolidaram pela convergência da perspectiva ética da maneira de encarar a própria vida. Acontece que estar no meio desse fogo cruzado, no qual a disputa pelo poder, aguçou posicionamentos autoritários e fomentou certas práticas que acabou colocando, especialmente os dois, como rivais, reforçou o meu questionamento sobre as inúmeras limitações da via institucional como disparadoras para minhas análises sobre as práticas que se instituem em nome da democracia.

Assim como Castells (2018), compartilho da análise de que a escolha eleitoral acaba se limitando às opções que já estão enraizadas nas instituições e nos interesses criados na sociedade, com obstáculos de todo tipo aos pequenos grupos.

Esse mesmo autor afirma que a política se profissionaliza, e os políticos se tornam um grupo social que defende seus interesses comuns acima dos interesses daqueles que eles dizem representar, formando uma classe política, que, com honrosas exceções, transcende ideologias e cuida de seu oligopólio. Além disso, os partidos, como tais, experimentam um processo de burocratização interna, limitando à renovação à competição entre seus líderes e afastando-se do controle e da decisão de seus militantes. E mais, uma vez realizado o ato da eleição, dominado pelo marketing eleitoral e pelas estratégias de comunicação, com escasso debate e pouca participação de militantes e eleitores, o sistema funciona autonomamente em relação aos cidadãos. Tão somente tomando o pulso da opinião, nunca vinculante, através de pesquisas cujo desenho é controlado pelos que as encomendam. Ou seja, não é um erro técnico das campanhas, não é uma questão de como fazê-las direito, trata-se de toda uma estrutura que se consolida exatamente pelo efeito de uma lógica de Estado como concentração de poder, coerção, hierarquia, judicialização.

Além desse que tem sido o modo usual de funcionamento, alguns processos eleitorais utilizam mais diretamente outras instituições, como no caso da eleição presidencial brasileira de 2018, em que se mobilizou também o aparato judiciário para tirar do jogo um candidato, além da ameaça nesse caso das Forças Armadas em relação ao Supremo Tribunal Federal nas vésperas da realização do segundo turno[39]. Os grupos que dominavam o aparelho de Estado utilizaram estruturas institucionais para mobilizar setores da população para uma mascarada luta contra a corrupção e algumas figuras que estavam no poder foram sendo descartadas. Usou-se no primeiro momento uma oligarquia tradicional, criando as condições para que Michel Temer assumisse com a deposição da presidenta Dilma Rousseff. Depois se tirou essa oligarquia tradicional para que entrassem os militares numa composição com setores do poder judiciário. O juiz Sergio Moro, que condenou Lula à prisão e o retirou da eleição daquele ano, assumiu o Ministério da Justiça e Segurança Pública,

[39] Em 3 de abril de 2018, véspera do julgamento do Habeas Corpus do ex-presidente Lula pelo Supremo Tribunal Federal, o então comandante das Forças Armadas, general Eduardo Villas Bôas, publicou em sua conta no Twitter: "Nessa situação que vive o Brasil, resta perguntar às instituições e ao povo quem realmente está pensando no bem do país e das gerações futuras e quem está preocupado apenas com interesses pessoais?" Depois, em entrevista à *Folha de S.Paulo*, disse que pretendia "intervir" caso o STF concedesse o HC. "Temos a preocupação com a estabilidade, porque o agravamento da situação depois cai no nosso colo. É melhor prevenir do que remediar", disse. Em momento posterior, o comandante do Exército nos governos Dilma Rousseff e Michel Temer revelou que as postagens foram articuladas em conjunto com o Alto Comando da instituição.

junto a mais de seis mil militares que passaram a ocupar cargos civis em diferentes áreas no governo Bolsonaro. Ou seja, aos poucos foram sendo retirados os elementos do que se entende por “normalidade” democrática e os personagens foram mudando, passando de uma mão a outra os cargos institucionais do governo federal, até encontrar um grupo que melhor atendeu o avanço da agenda ultraneoliberal naquele momento. Não há contradição entre o liberalismo e o autoritarismo, pois quando a burguesia vê seus privilégios (econômicos ou morais) ameaçados ela recorre ao fascismo para assegurá-los. O vazamento das imagens da reunião ministerial[40] do governo Bolsonaro, em 22 de abril de 2020, deixou isso claro e escancarou as vísceras de um certo Brasil “redescoberto”. A ocasião que coincidiu com a data em que a história oficial marca como do descobrimento do Brasil, embora tomada pela reprodução das falas e posicionamentos de um governo fascista, mostraram que mesmo quando é tudo escancaradamente desvelado, não é o suficiente para a população mudar a chave de leitura de um contexto. Não é apenas a constatação de fatos, mas a produção de modos de subjetivação construída por veículos que aderem a certos discursos e acabam contemporizando o horror das engrenagens de uma certa “representação” que constitui o modo de funcionamento do país desde sempre.

A representação, então, produz para excluir, ou seja, funciona pela exclusão em massa daquilo que não se pretende que seja representável. Para muitos anarquistas, se trata de uma “falha” constitutiva, ou seja, não pode ser corrigida como se promete em determinados discursos. Mas a recorrente frustração das esperanças que são alimentadas por essa denominada representação vem erodindo a sua suposta legitimidade, ao mesmo tempo que a resignação vem sendo acompanhada pela eclosão de focos de indignação diante dos fatos cotidianos quando acontece então o insuportável. Observamos nesse sentido, que inúmeras

[40] O ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou a divulgação do vídeo da reunião ministerial do dia 22 de abril, realizada pelo Governo Federal, que foi mencionada pelo ex-ministro da Justiça Sergio Moro como prova de que o presidente Jair Bolsonaro tentou interferir na Polícia Federal. Na reunião pouco foi comentado sobre o combate ao novo coronavírus. Com palavrões, gritos e ofensas aos poderes, a reunião escancarou as intenções do Governo, com o ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles dizendo que é preciso "passar a boiada" nas leis ambientais, quando Jair Bolsonaro expôs seu desejo quanto ao estatuto do desarmamento ao afirmar que "é escancarar a questão do armamento aqui. Eu quero todo mundo armado”. No vídeo o presidente afirma que trocaria quem fosse preciso para que sua família não fosse investigada pela Polícia Federal.

revoltas, ainda que invizibilizadas, estão em curso, especialmente daqueles que não se percebem, ou que não desejam, ser “representados”.

A emergência da revolta por conta do assassinato racista de João Alberto em Porto Alegre[41], na véspera do dia da Consciência Negra, mostrou que existe uma insurreição latente de muitas forças dispostas a resistir. Num episódio de retaliação e resposta imediata que nos obriga a lembrar da rebelião ocorrida na cidade de Minneapolis nos EUA, após a morte de George Floyd[42], inúmeros corpos revoltados, sobretudo de pessoas pretas e periféricas, demonstraram que é possível se rebelar mesmo na época em que mais se tenta pacificar, apaziguar, cooptar as lutas que é nas eleições.

As cidades com os protestos mais combativos nesse período entre o primeiro e o segundo turno da eleição para prefeito em 2020, especialmente as capitais Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro, foram as que enfrentaram as disputas eleitorais mais acirradas nas urnas. Essas disputas entre os partidos da política institucional têm sido pautadas também pelo debate a respeito de respostas para essa revolta que se expressa nas ruas e elas têm ocorrido na direção de atender uma demanda de criminalização das diversas formas de lutas, geralmente enquadradas como baderna, vandalismo, em que o candidato tem que passar pelo crivo do eleitor que referenda o discurso daqueles que apresentam a repressão pela polícia como solução para o que consideram desordem. Além disso, por outro lado, manifestações também podem ser rapidamente canalizadas e transformadas em capital político para as figuras públicas que querem levar os “anseios da rua” para dentro de seus gabinetes em ano de eleição e esse é o risco da parlamentarização das lutas.

---

[41] João Alberto Freitas, de 40 anos, foi espancado e morto por dois seguranças que permaneceram por mais de cinco minutos sobre seu corpo atirado no chão do estacionamento de uma unidade do Carrefour, na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, na noite do dia 19 de novembro de 2020, véspera do Dia da Consciência Negra. De acordo com testemunhas, João foi agredido após um desentendimento com uma funcionária, mas a truculência da abordagem não se trata de um simples incidente, e sim de um padrão racista de resposta aos conflitos quando se trata de pessoas negras envolvidas.

[42] A morte de George Floyd em maio de 2020, um homem negro, de 40 anos, causou uma onda de indignação em todo o estado de Minnesota, nos Estados Unidos, depois da divulgação de um vídeo que mostra um policial branco ajoelhado no pescoço dele por mais de 8 minutos. O episódio lembrou o que aconteceu com Eric Garner, um negro que morreu ao ser preso, em 2014, em Nova York. Garner repetiu "Não consigo respirar" 11 vezes, a mesma frase dita por George Floyd, na ocasião de sua morte. A frase tornou-se um grito de guerra nas manifestações sobre a brutalidade policial contra negros.

Ainda no contexto das eleições municipais de 2020, a pandemia foi usada para que os governos avançassem exatamente com as medidas de isolamento e repressão. Agentes públicos de uma ponta a outra do tabuleiro político, lançaram mão dos aparatos jurídicos, policiais e militares para fortalecer os controles sobre as condutas, produzindo corpos amontoados, seja pelas consequências do contágio com o vírus, seja pela permanente ação da polícia nas favelas, e um sufocamento contra aqueles que conseguiram se manter vivos. E essa não é uma situação que expressa uma exceção, um desvio, ela faz parte justamente do que chamamos de Estado Democrático de Direito.

Em meio a essas duas formas de apaziguamento das lutas, a eleitoral e a sanitária, foram sendo produzidos alguns tensionamentos que nos convocaram a pensar sobre quando seria o momento ideal, a hora "certa", de ir para as ruas e partir para a ação, fosse de solidariedade com os mais afetados pelo contexto da pandemia, fosse de resistência contra os que conduzem o sistema que nos oprime. Mas mesmo diante de toda a tentativa de controle, a solidariedade e a revolta eclodiram em corpos de grupos explorados e excluídos, apesar das inúmeras manifestações contrárias a essa eclosão, sobretudo de expoentes da esquerda ligados à luta institucional, por entender que ela precisaria se dar de forma "organizada".

No Brasil, apesar das milhares de mortes por covid subnotificadas e concentradas na população negra e periférica, e das outras milhares de pessoas mortas pela polícia no Brasil durante o mesmo período, antifascistas, motoboys, mulheres, indígenas e o povo preto pobre, mostraram que também há disposição em nosso território para o enfrentamento e para a resistência.

No final de maio de 2020 mobilizações organizadas por torcedores de futebol associados às torcidas antifascistas aconteceram em algumas cidades. Foram ações que se propunham a afastar das avenidas os bolsonaristas vestidos com a camisa da seleção brasileira e em uniformes verde-e-amarelo, mas uma parte desses manifestantes acabou sendo atraída em ano eleitoral para os palanques dos que se auto proclamam progressistas. Em meio às manifestações, centrais sindicais, partidos de esquerda e frentes unificadas mudaram o local de realização dos atos e passaram a associá-los aos protestos antirracistas nos EUA. Assim, em pouco tempo essas ações que tinham os bolsonaristas como alvo perderam força. Em julho do mesmo ano, entregadores de aplicativos realizaram duas paralisações nacionais

contra as plataformas e essa mobilização, que se expressou em protestos físicos, contou com adesão em vários Estados brasileiros. O movimento tinha como pautas a melhoria das condições de trabalho e de remuneração para a categoria e rejeitava dizer que tinha "lideranças", e por isso não falava em nome de associações, sindicatos, partidos e afins. As decisões eram tomadas em grupo por meio de votações e as tratativas ocorreram basicamente pelos grupos de WhatsApp de entregadores. A grande adesão afetou a dinâmica dos pedidos em restaurantes e nas plataformas.

Pela américa latina alguns outros exemplos também seguiram os anos seguintes ao de 2019, ano em que eclodiram inúmeras manifestações, sendo inspiradores como o do povo chileno, que não deixou as restrições impostas pela pandemia interromperem a sequência de rebeliões contra o neoliberalismo, levando milhares de pessoas às ruas, alguns revoltados contra as autoridades e outros reivindicando uma nova Constituição, pois a atual naquele momento era a mesma da ditadura Pinochet. Em maio de 2021 o país escolheu os parlamentares que ficaram responsáveis por escrever a nova constituição. No Peru, Manuel Merino foi deposto em novembro de 2020 em decorrência de manifestações que também clamavam por uma constituinte tendo em vista que a que estava em vigor era a mesma da ditadura Fujimori. Na Colômbia, o governo de Ivan Duque, depois de reprimir lideranças camponesas, também foi alvo da insatisfação. Na Guatemala, o estopim para as movimentações foram cortes, em plena pandemia, no orçamento destinado à saúde. No Haiti, uma greve geral foi organizada contra a política de Jovenel Moise. No México, com mais intensidade desde setembro de 2019, as manifestações frente ao aumento das violências e execuções de mulheres e meninas foram incansáveis nos protestos contra a polícia e o governo de Andrés Manuel López Obrador. Nos primeiros meses de 2021, foi o Paraguai que assistiu ao clamor indignado de sua população contra a maneira como o presidente Mario Abdo tratou o novo coronavírus. Nos EUA, os movimentos negros e anticapitalistas incendiaram delegacias e prédios no país inteiro, em resposta ao já referido assassinato de George Floyd, organizando zonas livres de polícia quando autoridades mandavam todos “ficarem em casa”. Mesmo diante da devastadora pandemia, o ano de 2020 nas Américas também foi marcado por inúmeros protestos nas ruas, e apesar das muitas diferenças entre as manifestações relacionadas, elas expõem que, mesmo diante de recomendações e protocolos adotados por

autoridades no combate a Covid-19, as ruas seguem sendo o espaço fundamental no qual uma situação política pode ser deslocada ou radicalmente barrada (Nu-sol, 2021b).

Apesar disso, não faltaram julgamentos às atitudes dos que assumiram os riscos de ocupar as ruas e realizar alguns atos no Brasil nesse período. Em um contexto de crises sobrepostas, observamos aqueles que se colocam como inimigos da ordem estabelecida, aqueles que dizem ser seus defensores e aqueles que são seus falsos críticos, entre os quais se multiplicam aqueles que pretendem se apropriar da rebelião para implementar reformas aos sistemas e então perpetuá-los.

Mas o desencanto em relação à forma como muitos segmentos da população vivem a chamada democracia é profundo. E o que se percebe é que cada vez menos gente acredita nessa forma de democracia, a democracia representativa, ao mesmo tempo que se reproduzem enfaticamente em determinados segmentos alguns discursos em sua defesa, sobretudo na esquerda institucional brasileira que vem fazendo uso de um discurso que exalta a democracia como solução para as questões políticas que o país vem vivendo, sem qualificar o que chama democrático. Há um dogmatismo diante do reino absoluto principalmente das democracias parlamentares, representativas, mas é preciso interrogar essa retórica e saber a serviço de que setores sociais ela trabalha, qual a correlação de forças em jogo e quais os seus efeitos na vida da população.

Partimos do ponto de que democracia é o ideal político considerado como o mais universal de nossos dias**.** O coletivo Crimethink (2021) relembra que George Bush o usou para justificar a invasão do Iraque; Obama parabenizou os rebeldes da Praça Tahrir por levarem-na ao Egito; o movimento Occupy Wall Street alegou tê-la destilado em sua forma mais pura. Por aqui, acompanhamos Bolsonaro afirmar que no Brasil só existe democracia com o consentimento dos militares. Ou seja, da República Popular Democrática da Coreia do Norte até a região autônoma de Rojava, praticamente todo governo e movimento popular diz ser democrático. Mesmo alguns dos levantes recentes que vêm sendo deflagrados ao redor do mundo são pautados pelo discurso democrático. E não só a democracia representativa, mas também as experiências de democracia direta em diversos movimentos, como na Espanha**,** Grécia**,** Bósnia**,** Estados Unidos**,** Eslovênia e a revolução social do povo curdo em Rojava, no norte da Síria. Desde a virada do século, vimos inúmeros novos movimentos que prometem a “democracia real”**,** em

contraste com instituições ostensivamente democráticas que são descritas como elitistas, coercitivas e alienadoras. Mas alguma dessas experiências democráticas podem nos dar a inclusão e a liberdade que associamos com essa palavra? (Facção Fictícia, 2018).

O conceito parece ter sido esvaziado, todos dizem defender a democracia, mas o que cada um entende por democracia é diferente. Um conceito pode ter sentido mesmo sem condição necessária e suficiente, mas a questão em análise aqui é que a noção de democracia tem significado qualquer coisa, tornou-se trivial. David Graeber (2015) afirma que o termo 'democracia' mudou desde que começou a ser usado e que

> um dos motivos que nos fazem achar tão difícil reconstruir a história dessas sensibilidades democráticas e as formas cotidianas de organização e de decisão que elas inspiraram é o fato de estarmos acostumados a contar a história de uma maneira muito peculiar. É uma história que realmente só tomou forma com a Primeira Guerra Mundial, quando universidades dos Estados Unidos e de algumas partes da Europa começaram a difundir a noção de que a democracia era parte intrínseca do que eles chamavam de 'civilização ocidental'. A própria ideia de que existia uma coisa chamada 'civilização ocidental' era, na época, relativamente nova: a expressão não teria feito sentido na época de Washington ou Jefferson. De acordo com essa nova versão da história, que logo se tornou o evangelho dos conservadores americanos, mas é amplamente aceita por todos, a democracia é um conjunto de estruturas institucionais, com base no voto, que foi 'inventada' na Grécia Antiga, e de alguma maneira se manteve incorporada a uma grandiosa tradição que viajou da Grécia a Roma, depois para a Inglaterra medieval, passou pela Itália renascentista e, finalmente, se instalou no Atlântico Norte, que escolheu como Lar (p. 173-174).

Acontece que a democracia é tão antiga quanto a própria história e não foi inventada na Grécia como se costuma repetir. A palavra "democracia" foi inventada na Grécia Antiga, mas em grande parte por pessoas que não gostavam muito dela. Para Moraes (2020), a democracia em Atenas se efetivou enquanto democracia, excluindo a grande massa popular das decisões e participações políticas. Esse lado da democracia ateniense, de uma sociedade controlada por uma minoria que mantinha a maioria na linha, pois temia uma revolução do *demos*, ou seja, do povo, contava com mais de 350 mil habitantes, entre os quais apenas 20 mil eram considerados cidadãos e os outros 330 mil eram escravos. Sendo que sem os escravos, os 20 mil atenienses não poderiam ficar deliberando diariamente em praça pública.

A forma democracia nunca foi realmente “inventada”. Também não surge a partir de nenhuma tradição intelectual em particular. Não é nem mesmo um modo de governo, ela é apenas a crença de que os seres humanos são fundamentalmente iguais e que a eles deve ser permitido gerir seus assuntos coletivos de forma igualitária, usando os meios que lhes pareçam mais favoráveis. É isso e também o enorme trabalho de construir acordos com base nesses princípios (Graeber, 2015).

Na atualidade a noção de democracia é assunto recorrente e está indiscutivelmente sendo debatida, seja na universidade, nos telejornais, ou nas conversas informais. Mas para além de um debate histórico-semântico sobre a concepção, nos importa aprofundarmos aquilo que temos vivenciado em nome da democracia e os possíveis desdobramentos dessa experiência.

Especialmente na universidade, no campo das chamadas ciências humanas, há muito se discutem as diferentes concepções de democracia, suas variantes e diferentes configurações. Os pós-estruturalistas, por exemplo, afirmam que é no contexto das democracias liberais modernas que se construiu uma identidade política baseada “em uma série de oposições binárias” (Peters, p. 41, 2000), tais como cidadão/não-cidadão, e no quanto isso têm produzido como efeito a exclusão de certos grupos sociais. Contudo, algumas correntes desse pensamento pós-estruturalista estão mais “interessadas em examinar como essas fronteiras são socialmente construídas e como elas são mantidas e policiadas” (p. 41). Da mesma forma, a desconstrução dessas hierarquias políticas que se baseiam em oposições binárias e o questionamento das noções de representação e de consenso têm sido questionados também pelas chamadas “filosofias da diferença” e por outras linhas de pensamento, tais como a dos anarquistas.

Entretanto, apesar de algumas dessas análises promoverem o questionamento dos valores supostamente universais de uma cultura eurocêntrica que nos subjetiva, Rolnik (1992) nos chama a atenção para um fato: nos habituamos tanto a estimar a conquista da democracia como alvo por excelência de uma vontade política de melhorar a qualidade da existência individual e coletiva, que com isso acabamos não considerando que essa melhora possa implicar mais do que a conquista do que se diz ser uma democracia. Aprendemos a ter horizontes políticos extremamente limitados e uma noção bastante restrita das possibilidades humanas e com isso, acabamos não pensando sobre as práticas que se instituem e são consideradas como democráticas e que, por essa condição, seriam supostamente

menos autoritárias e mais horizontalizadas. Em nome dessa conquista de mais espaços democráticos, ou da garantia daquilo que se acredita ter conquistado como democracia, Augusto (2017) afirma que o que se institui como prática política

> é a renovação do desejo e da fé nos dispositivos de segurança estatal, tornando esquerda e direita um bloco indiscernível de adoradores do Estado. Enquanto, de um lado, os sacrifícios – das políticas de austeridade, tidos como incontornáveis, como os cortes orçamentários em políticas sociais – fazem com que todo o campo político identificado à esquerda se ajoelhe diante do Estado como grande provedor, expondo a sacal nostalgia da seguridade do Estado de Bem-Estar Social e a defesa de interesses corporativos, de outro lado, a situação de crise justifica um investimento (político e econômico) quase ilimitado no aparato de segurança, que vai da proliferação de leis de contenção e decretos de Garantia de Lei e Ordem (GLO), em geral justificadas pelo combate ao terrorismo, até a renovação das polícias, com novas táticas e equipamentos de controle de distúrbios urbanos – medidas que, em geral, são relacionadas aos que se identificam com a direita, ampliando o racismo de Estado e satisfazendo os desejos fascistas que tendem a se ampliar em momentos de crise.

Deste modo, para Augusto (2016b), os regimes ditos democráticos configuram na prática o que ele chama de regimes securitários estatais, em que se cumpre uma série de normatividades ditas democráticas, nas quais as decisões que realmente importam são garantidas com uso da força e legitimadas por consenso forjado ou não. A democracia, assegurada por um Estado de direito, promovido pelo Estado-policial, é tida como o melhor dos regimes, mas permite que as piores violências, que os maiores massacres, aconteçam em seu nome e em nome da justiça e da segurança.

Trata-se, portanto, de uma análise que foge ao consenso geral, no qual se naturaliza uma noção de democracia como se esta fosse menos capturada. A aprovação, portanto, não é a de um conjunto específico de instituições ou procedimentos de tomada de decisão, mas a da associação da democracia com liberdade, igualdade e solidariedade. Sem nos aprofundarmos sobre o modo como tem se configurado esta forma de se organizar, a reivindicação por mais espaços democráticos e as manifestações em sua defesa não têm nos permitido enxergar o seu avesso. O que se coloca em análise aqui é a naturalização de certos modelos de sociedade como se estes fossem os únicos caminhos a serem seguidos.

Para Rolnik (1992) precisamos repensar o sentido dessa palavra na atualidade, o que “nos leva forçosamente a nos interrogarmos sobre a própria ideia

de "democracia", na intenção de problematizá-la, enriquecê-la ou, quem sabe, reinventá-la". Ou simplesmente, como fizeram os anarquistas espanhóis do GAC (Augusto, 2016a), "afirmar-se contra a democracia, seus métodos de convocação e governo plenamente ajustados aos modos de vida do capitalismo e as formalizações autoritárias de suas leis" ou afirmá-la simplesmente como "a necessária luta contra o Estado, contra todo e qualquer Estado" (Gallo e Carvalho, p. 559, 2019).

No entanto, como bem questionaram Gallo e Carvalho (2019), "haverá possibilidade de lutas democráticas contra o despotismo deste Estado que nos assombra e nos coloniza?" (p. 559). Ou apresentando o questionamento por outro ângulo, "poderia agora, subitamente, o Estado retirar-se?" (Segato, 2012) ou "poderia alguma forma de democracia nos salvar da democracia?" (Crimethinc, 2017, p. 129).

Acontece que "quando alguém questiona a sabedoria convencional – segundo a qual o atual sistema econômico e político é o único possível –, é imediatamente instado a fornecer a arquitetura detalhada do funcionamento de um sistema alternativo" (Graeber, 2015, p. 273). Ou seja, sempre haverá alguém para perguntar o que colocar no lugar, mas para Passetti (2017a, p. 169), "não há lugar a ser preenchido, mas sim como produzir e ocupar o vácuo", pois se trata de uma "heterotopia de percurso" (Passetti, p. 169, 2017a). Talvez por não sermos capazes de conceber esse vácuo, ocupar esse vazio, é que se insiste e almeja alcançar um lugar supostamente existente, a utopia do lugar ideal, e a essa transformação que se alcançaria com essa conquista alguns deram o nome de revolução.

Mas o que seria uma revolução? Costumávamos pensar que sabíamos. Graeber (2015) relembra que historicamente foi se construindo o entendimento de que as revoluções seriam a tomada de poder por algum tipo de força popular com o objetivo de transformar a natureza do sistema político, social e econômico do país onde se dá, em geral seguindo um sonho visionário de uma sociedade justa. Mas hoje vivemos em uma época em que, mesmo que exércitos rebeldes realmente invadam uma cidade ou uma grande revolta derrube um ditador, é pouco provável que uma mudança assim aconteça. Quando transformações sociais profundas realmente acontecerem, o mais provável é que tenham uma forma totalmente diferente, como vem ocorrendo, por exemplo, com a ascensão do feminismo. "Não que sonhos revolucionários não existam mais. Mas os revolucionários

contemporâneos raramente pensam que podem torná-los realidade por meio de um equivalente moderno da tomada da bastilha" (Graeber, 2015, p. 184).

Ibáñez (2018) afirma que temos sido historicamente pautados por essa "pretendida pertinência libertária do conceito de revolução" (p. 80). Sobretudo quando nos limitamos a esse entendimento de revolução como a prática de tomar o aparelho de Estado para fazer dele um outro uso. Para este mesmo autor, "o conceito de revolução tem sido fundamentalmente útil, de um modo histórico, para os desígnios da burguesia e, de um modo mais geral, para os projetos de qualquer tentativa de poder político" (Ibáñez, p. 79, 2018), inclusive algumas revoluções acabaram refazendo a soberania e levando um novo tirano ao poder, às vezes até pior do que o anterior, mas o que não podemos fazer é viver esperando que uma grande revolução aconteça.

Temos inúmeras contradições, limitações e dificuldades da vida diária, mas a gente tem que buscar viver o mais próximo possível daquilo que a gente acredita, e isso por si só já carrega um enorme potencial revolucionário, porque senão permaneceremos sempre aguardando o governo que faz esse jogo de alternância de poder entre grupos políticos identificados como de direita e de esquerda. Mesmo os movimentos apresentados como novidade política, especialmente os denominados antiglobalização, seguem oscilando "entre uma contestação radical da ordem e lutas por reformas pontuais" (Augusto, 2018, p. 182) e funcionando "como insumo para reformar discursos políticos, à direita e à esquerda" (Augusto, 2018, p. 182). Não se nega com esses movimentos, "a potência de resistência e a possibilidade de produzir focos de experiências que escapam e rompem com essa oscilação" (Augusto, 2018, p. 182), mas "de que serve afirmar a legitimidade das aspirações das massas se o desejo é negado em todo lugar onde tenta vir à tona na realidade cotidiana?" (Guattari, p. 15, 1985). Assim, afirma Augusto (2017) que a potência libertária do que se pode produzir nos movimentos de resistência está não apenas na recusa do Estado, mas na declaração de guerra às tecnologias de governo de si e dos outros. Nesta direção, Butler (2018) questiona:

> ainda que venhamos a entender e enumerar as necessidades do corpo em nome das quais as pessoas travam lutas políticas, estamos afirmando que a luta política atinge seus objetivos quando essas necessidades são atendidas? Ou também lutamos para que os corpos floresçam e para que as vidas se tornem vivíveis? (p. 147).

Guattari (1985) apresenta então a necessidade de construirmos uma concepção de revolução que seja molecular, através do que ele denomina de pulsações políticas do desejo, uma micropolítica do desejo que

> não mais se proporia a representar as massas e a interpretar suas lutas. Isso não quer dizer que ela condene, a priori, toda ação de partido, toda ideia de linha, de programa, ou mesmo do centralismo: mas ela se esforça para situar e relativizar sua ação, em função de uma prática analítica, opondo-se passo a passo aos hábitos repressivos, ao burocratismo, ao maniqueísmo moralizante que contaminam atualmente os movimentos revolucionários. Deixaria de se apoiar em um objeto transcendente para ter segurança: não mais se centraria num só ponto: o poder do Estado – a construção de um partido representativo capaz de conquistá-lo, no lugar das massas. Ela investiria, ao contrário, uma multiplicidade de objetivos ao alcance imediato dos mais diversos conjuntos sociais. E a partir do acúmulo de lutas parciais – e esse termo já é um equívoco, pois elas não são parte de um todo já constituído – que poderiam desencadear-se lutas coletivas de grande envergadura. (p. 176)

Para Guattari (1985), não se trata então de reduzir mecanicamente a problemática das situações concretas a uma simples alternativa de classes ou de campos e de pretender encontrar todas as respostas, a partir da ação de um partido revolucionário único, mas sim de uma multiplicidade do que ele chama de grupelhos que viriam substituir as instituições da burguesia; a família, a escola, o sindicato, o clube esportivo, etc, que “se multiplicassem ao infinito” e que “aceitassem ser o que são, lá onde são” (Guattari, p. 17, 1985).

2.1 **A luta do nosso tempo é a luta dos modos de subjetivação**

Existe uma necessidade urgente de abandonarmos essa “utopia a ser buscada como a concretização de *um outro mundo possível*” (Augusto, 2017), pois segundo Jacques Mesrine (apud Comitê Invisível, 2016) “não há outro mundo. Há simplesmente uma outra maneira de viver”. Precisamos, deste modo, reconhecer, ou melhor, demarcar “essa diferença entre mudar o mundo, construir uma nova vida no mundo, e mudar a vida, transformá-la no sentido ético e estético” (Augusto, 2018, p. 178). Mas essa vida transformada no sentido ético e estético não é mais um nicho de mercado que pode ser facilmente capturável, trata-se de uma forma de vida e isso significa necessariamente ser anticapitalista.

E para que de fato ocorra uma mudança efetiva da nossa maneira de viver, Rolnik (1992) sugere três eixos principais nos quais há de se operar alguns deslocamentos: uma mudança na concepção de alteridade, na qual fosse possível uma abertura para sua dimensão invisível de caos e de devir-outro; uma mudança na prática do pensamento em que se pudesse ativar a potência de acesso ao invisível e de apreensão por afetos e sensações e uma mudança no estatuto da consciência que deixaria então de ser totalizante/totalizadora promovendo a ativação de sua potência de se deixar desestabilizar pelas diferenças.

Deste modo, poderia ocorrer uma mudança no modo de subjetivação que predominou na modernidade, marcado pela hegemonia de um certo vetor que Rolnik (1992) chamou “de "homem da moral", na qual a nossa subjetividade deixaria de se limitar ao vetor desse homem da moral para ativar um outro vetor, que ela chamou de “homem da ética””.

Ética para esta autora teria a ver com a ativação de um vetor da subjetividade que afirma a potência criadora da vida, “daí porque chamá-lo de “ético”, ou seja, “o que define esse vetor é ter o caráter criador da vida como critério de valor e não qualquer espécie de forma que a vida tenha tomado ou venha a tomar.” Para Rolnik é necessário então ativar o homem da ética, ressuscitá-lo (e às vezes até suscitá-lo, de tão inexistente) para aquém e para além do homem da moral, pois o homem da ética é o que permite a encarnação das diferenças que se engendram em nosso inconsciente em um novo modo de existência, tanto no sentido de fazer novas composições quanto no de desmanchar composições vigentes (Rolnik, 1992).

Já o homem da moral seria aquele que reconhece os códigos, o conjunto de valores e regras de ação vigentes na sociedade em que estamos vivendo, guiando nossas escolhas, ou seja, o homem da consciência que opera nosso funcionamento no mundo. No entanto, não se trata de negar a existência do homem da moral, mas o problema que se coloca para Rolnik (1992) diz respeito à superação de uma subjetividade restrita ao vetor desse homem da moral.

Para Rolnik (1992) a reivindicação por melhores condições de existência passa a ser questionável quando se reduz a luta por cidadania ou disputa por direitos, “pois luta por direito em nossa sociedade é sempre luta pela vida” (Passetti, 2017a, p. 169), ou seja, questiona-se a reivindicação quando essa está sob o domínio de uma ditadura do homem da moral, pois para ela

> essa reivindicação em nada garante a abertura para a alteridade enquanto caos onde se engendram diferenças e enquanto devir-outro que se faz como expressão dessas diferenças, abertura tão essencial para a afirmação da vida em sua potência criadora. Esse tipo de abertura é a que o vetor homem da ética ativa na subjetividade: abrir-se para a alteridade da perspectiva desse homem é abrir-se para a virtual diferenciação engendrada no encontro com o outro, tornar-se um veículo de atualização dessa diferença, um veículo de criação de novos modos de subjetivação, novos modos de existência, novos tipos de sociedade (Rolnik, 1992).

Ou seja, o que pode operar um deslocamento na situação pela qual estamos passando é essa criação de novos modos de subjetivação através do "fortalecimento e/ou a criação de condições que viabilizem essa ampliação da subjetividade para aquém e para além do homem da moral, através da ativação do homem da ética, para que possa desenvolver-se uma nova atitude política" (Rolnik, 1992). Para Pierre Dardot e Christian Laval em entrevista para Andrade e Ota (2015), essa nova atitude política,

> não consiste apenas em se defender contra um ataque ou uma agressão, mas em coproduzir novas regras e, assim, produzir-se a si mesmo nessa coprodução e por meio dela. Não se derrota determinada lógica de práticas senão constituindo outra lógica de práticas. A questão é saber como essa constituição, que implica o confronto com a lógica dominante, pode se efetuar sobre o próprio campo das práticas. (p. 296)

Nesta direção, as grandes mobilizações observadas no Brasil e em outros vários países nos últimos anos impulsionaram "os acomodados a constatar os limites da democracia representativa e participativa" (Passetti, 2017a, p. 168) e trouxeram à tona a necessidade de reinventar a própria luta, ou seja, algo que envolve a subjetivação, isto é, a produção de si na luta e por meio dela. A esse movimento de reinvenção de si e das lutas, Dardot e Laval (Andrade e Ota, 2015) dão o nome de emancipação, mas para eles "é preciso questionar a diferença que separa a emancipação como redução, retorno ou retomada da essência humana e a emancipação como produção de si na e pela luta". (p. 310). Para Dardot e Laval, "a resistência não está essencialmente condenada a ser puramente reativa; ela pode e deve assumir um caráter ativo sob pena de se deixar aprisionar à lógica do poder vigente" (Andrade e Ota, 2015, p. 296).

Assim, seguindo as críticas de Foucault, Dardot e Laval (Andrade e Ota, 2015) reelaboram a concepção hegemônica de emancipação, afirmando que "emancipar-se não pode consistir nem em encontrar uma essência que se tornou

estranha, nem em se liberar de toda forma de poder" (p. 305). Para esses autores, "a esquerda deve fazer seu luto de uma tal emancipação, considerada total e não parcial, que permitiria ao homem reapropriar-se de sua própria essência, destruindo todas as variedades de 'alienação'" (Andrade e Ota, 2015, p. 309). Propõem então que o horizonte da emancipação seja a instituição do que eles denominam de comum. Mas "qual é o princípio desse comum?", indaga-nos Dardot e Laval (Andrade e Ota, 2015). Para eles

> é um princípio político, o que nos leva a não nos satisfazermos com concepções técnicas, jurídicas e econômicas existentes, todas mais ou menos marcadas por uma marca reificadora e naturalista. O comum não depende da consideração de uma essência ou da natureza da coisa a pôr e a gerir em comum. Para nós, o comum não é uma coisa, não é um bem; é tudo o que, em um dado momento, uma coletividade decide compartilhar. Ele não deve ser buscado nem na condição humana, nem na natureza dos bens, nem em uma criação social espontânea ou econômica. O comum é uma questão de instituição. Ou, em outras palavras, ele não é um dado, ele é objeto da atividade política tal qual nós a entendemos. Não é aquilo que é naturalmente comum, mas o que fazemos com que seja comum por um ato político, por um ato instituinte (p. 313).

Pelbart (2010) reforça a ideia de "uma resistência vinda, não como antes, de uma classe, um partido, um sindicato, um grupo, uma minoria, mas de uma singularidade qualquer, do qualquer um", na qual se opera um "deslocamento, a saber, falar mais em estar-em-comum, estar-com, para evitar a ressonância excessivamente plena que foi ganhando o termo comunidade, cheia de substância e interioridade, ainda cristã" (Pelbart, 2010). Para esse autor, devemos

> postular o comum mais como premissa do que como promessa, mais como um reservatório compartilhado, feito de multiplicidade e singularidade, do que como uma unidade atual compartida, mais como uma virtualidade já real do que como uma unidade ideal perdida ou futura." (Pelbart, 2010)

Guattari (1985) fala em "recuperar um mínimo de identidade coletiva" a partir do que ele chama de grupo de base, mas sem a pretensão megalomaníaca característica dos movimentos sociais tradicionais, mas sim com "um sistema de controle ao alcance da mão; assim, o desejo em questão poderá talvez fazer valer sua palavra, ou estará talvez mais em condições de respeitar seus compromissos militantes" (p. 17).

Jourdan (2018b), chama a atenção para o fato de que a possibilidade da vivência coletiva talvez seja a principal dimensão que perdemos no nosso modo de

vida atual do capitalismo tecnológico, juntamente à temporalidade e talvez por causa mesmo dessa sua dominação. A autora afirma que somos seres sociais, mas de uma sociabilidade fundante, o que significa dizer que não somos jamais separados uns dos outros, mas nos damos pela partilha, pela linguagem que nos transpassa, pela relação, pelo estar-com o outro. Segundo ela é a relação que nos possibilita e isso é de tal maneira fundamental que mesmo o individualismo reinante nada mais é do que um fenômeno social: “somos socialmente individualizados como não-sociais, mas apenas assim somos porque esse é o modo de vida no qual estamos inseridos. Não é de se estranhar que vivamos na angústia, em uma existência que nega sua própria condição” (Jourdan, 2018b, p. 167-168).

Dardot e Laval (2015) afirmam que a nova razão política seria para eles a “razão do comum” e só podem se constituir a partir de “situações do comum”, sobre as quais é preciso trabalhar e criar ativamente. Mas que essa criação “não pode ser obra do governo como instituição; ela só pode se dar por meio do trabalho coletivo, engajando todos que participam na coprodução de novas regras ou normas” (Dardot e Laval, 2015, p. 295), sendo este o sentido do “comum” como princípio político.

Para Jourdan (2018b), as insurreições contemporâneas são potentes porque trazem esta condição à tona. Sentir-se novamente fazendo parte de algo, não como um acidente, mas como constituinte. Não se trata apenas de participação política, mas de retomada de uma constituição fundamental. Uma verdade ética que não se estabelece na relação entre um sujeito e objeto previamente dados, mas que forja a própria relação e, a partir dela, os polos relacionados. Nessa direção, a autora afirma que a representação é mais do que um sistema macropolítico, é também um sistema ontológico-epistêmico e que

> deste sistema ontológico-epistêmico deriva também certa maneira de compreender a ética, centrada no sujeito moral, nos imperativos da racionalidade; uma ética que se apresenta pelo modelo do sistema jurídico, da lei, às quais corresponderiam os princípios morais primeiros, universais, inquestionáveis. Entender, portanto, a ruptura com a representação em sua dimensão ética implica entender também a ruptura com este dualismo e com o sujeito transcendental que o constitui (Jourdan, 2018b, p. 159-160)

Jourdan (2018b) afirma ainda que, as verdades éticas não são, assim, verdades sobre o mundo, mas as verdades a partir das quais nele permanecemos. São verdades que nos ligam a nós mesmos, ao que nos rodeia e à relação de uns com os outros. Elas nos introduzem de imediato numa vida comum, a uma

existência não separada, sem consideração pelos muros ilusórios do nosso Eu. Como muito bem expressa o Comitê Invisível (2016), não se trata aqui de uma verdade derivada da essência subjetiva de um sujeito cartesiano, nem da essência objetiva do real nele mesmo, mas de uma verdade que se instaura em ato na revolta, por forjar aquilo mesmo que chamamos a partir de então realidade. Colocar essas insurreições contemporâneas neste âmbito é resgatar o que elas têm significado para a micropolítica, enquanto revoltas éticas: “um desacordo sobre o que é viver” (Jourdan, 2018b, p. 169). São rupturas com os pressupostos da representação, isto é, com o dualismo cartesiano e a crença em um sujeito e objeto independentemente dados. Esta relação interna entre nós e o mundo “introduz uma proposta ética coletivista, do comum, do “eu sou porque nós somos”, em contraposição ao individualismo reinante” (Jourdan, 2018b, p. 169).

Para Pelbart (2010), o que vivemos hoje é exatamente uma crise desse “comum”, pois o que assegurava alguma consistência ao laço social e parecia garantir aos homens um contorno comum, entraram em colapso, desde a esfera denominada pública, até os modos de associação consagrados, comunitários, nacionais, ideológicos, partidários, sindicais. Para este autor, estamos em meio a “espectros do comum” entre os quais ele relaciona a mídia, a encenação política, os consensos econômicos consagrados, mas igualmente as recaídas étnicas ou religiosas, a invocação civilizatória calcada no pânico, a militarização da existência para defender a “vida” supostamente “comum”, ou, mais precisamente, para defender uma forma de vida dita “comum”. E nos chama a atenção para o fato de que

> essa “vida” ou “forma de vida” não é realmente “comum”, que quando compartilhamos esses consensos, essas guerras, esses pânicos, esses circos políticos, esses modos caducos de agremiação, ou mesmo esta linguagem que fala em nosso nome, somos vítimas ou cúmplices de um sequestro (Pelbart, 2010).

Mas para Pelbart (2010), esse comum que é visado pelas capturas e sequestros capitalísticos, é o mesmo que os extrapola, fugindo-lhe por todos os lados e todos os poros. Assim, Gallo e Carvalho (2019) sugerem a necessidade de organização de novos agenciamentos a partir da pluralidade de relações advindas da multiplicidade de singularidades. “Singularidades que se agenciam e produzem coletivos – produzem um comum que, no entanto, não é universalizável, mas

sempre local, variável, multicentrado, acontecimental" (Gallo e Carvalho, p. 559, 2019).

Para Deleuze (1992) então, nos falta acreditar no mundo, no entanto para ele "acreditar no mundo significa principalmente suscitar acontecimentos, mesmo pequenos, que escapem ao controle, ou engendrar novos espaços-tempos, mesmo de superfície ou volume reduzidos" (218). Deste modo, se dá para falar em "reinvenção da democracia", seria algo desta ordem, ou seja, "desejar essa condição que nos obriga a nos diferenciarmos de nós mesmos: uma espécie de amor pelo desconhecido e pela incerteza criadora" (Rolnik, 1992), pois segundo Deleuze (1992), "é ao nível de cada tentativa que se avaliam a capacidade de resistência ou, ao contrário, a submissão a um controle. Necessita-se ao mesmo tempo de criação *e* povo" (p. 218).

A questão é que o nosso horizonte político, a nossa referência de funcionamento da democracia, virou uma eleição. E por mais que de imediato possa sugerir alguns ganhos, esses têm sido cada vez mais limitados, pois as composições com as forças mais conservadoras acabam não só dando o tom dos governos eleitos, como lhes favorecendo. Então, se as instituições e procedimentos que são associados à democracia representativa não são, de fato, democráticos, ou são, no máximo, uma realização muito limitada dos valores que eles dizem incorporar, porque se ao invés de apostarmos na sua reinvenção mais uma vez, não deixássemos "o nosso objetivo ser a liberdade, a liberdade em si"? (Crimethinc, 2017, p. 81).

3 O ROMPIMENTO (OU NÃO) DA CUMPLICIDADE EM TORNO DO ESTADO

Figura 3 -

Fonte: https://www.facebook.com/oestadoevandalo/photos/a.1379172568981678/1379172578981677/

Apesar de toda crítica ao Estado como operador dos mecanismos de assujeitamento, controle e opressão de parcela significativa da população, o campo da esquerda, sobretudo aquele ligado às lutas que ocorrem no âmbito da institucionalidade, segue apostando firmemente nesta via como principal meio de transformação social. Problematizar até que ponto essa relação das esquerdas com o Estado vem conseguindo intervir nos modos de produção de subjetividade dominante é uma tarefa que nos convoca principalmente a perguntarmos se esta aliança não vem apenas azeitando a máquina estatal, e com isso servindo como apaziguador das insurgências e dos próprios movimentos sociais (Lacaz, 2021). Foucault (2008b), nessa direção, faz uma importante análise do modo como esse algo chamado Estado começou a entrar efetivamente na prática refletida dos homens, e nos convoca a pensar que

> o problema é saber em que momento, em que condições, sob que forma o Estado começou a ser projetado, programado, desenvolvido, no interior dessa prática consciente das pessoas, a partir de que momento ele se tornou um objeto de conhecimento e de análise, a partir de que momento e como ele entrou numa estratégia meditada e concertada, a partir de que momento o Estado começou a ser invocado, desejado, cobiçado, temido, repelido, amado, odiado pelos homens. (p. 330)

Mas para compreendermos o que Foucault entende por Estado é necessário, antes de qualquer coisa, desdobrar alguns dos postulados sobre poder que marcaram a posição tradicional da esquerda e que Foucault “se contenta em sugerir o abandono” (Deleuze, 2006, p. 34). Vale ressaltar que não existe em Foucault uma teoria geral sobre o poder, o filósofo desenvolve uma analítica sobre o poder e não uma teoria sobre o mesmo.

Deste modo, no decorrer de sua obra, Foucault mostra que o poder “é menos uma propriedade que uma estratégia, e seus efeitos não são atribuíveis a uma apropriação” (Deleuze, 2006, p.35) de uma classe que o teria conquistado, pois para Foucault (2015, p. 207) o “poder é algo exercido em toda a espessura, em toda a superfície do campo social, segundo todo um sistema de intermediações, conexões, pontos de apoio, coisas tênues como família, relações sexuais, moradia, etc.

Também para Foucault (2015), o poder não está localizado no Estado, pois para este autor, “o aparelho estatal é uma forma concentrada, ou mesmo uma estrutura de apoio, de um sistema de poder que vai muito além” (p. 209), ou seja, “o próprio Estado aparece como efeito de conjunto ou resultante de uma multiplicidade de engrenagens e de focos que se situam num nível bem diferente e que constituem por sua conta uma ‘microfísica do poder’” (Deleuze, 2006, p. 35).

Foucault também refuta a ideia de que “o poder encarnado no aparelho de Estado estaria subordinado a um modo de produção, tal como a uma infraestrutura” (Deleuze, 2006, p. 36), pois para ele “o poder é de fato um dos elementos constitutivos do modo de produção e funciona no cerne deste” (Foucault, 2015, p. 210) e não em posição de exterioridade em relação a outros tipos de relação.

Além desses postulados, Deleuze (2006) afirma que para Foucault o poder não teria uma essência e nem seria um atributo, mas o conjunto das relações de forças, “que passa tanto pelas forças dominadas quanto pelas dominantes, ambas constituindo singularidades” (p. 37), e ressalta que para este autor, mais do que agir por violência ou por ideologia, “o poder ‘produz realidade’, antes de reprimir. E também produz verdade, antes de ideologizar, antes de abstrair ou de mascarar” (p. 38).

Assim, ao apresentar em linhas gerais o que Foucault pensa sobre o poder, recorremos então ao questionamento do próprio autor para desdobrar o seu pensamento sobre o Estado. Como se interroga e argumenta Foucault (2008b):

> E se o Estado não fosse mais que uma maneira de governar? Se o Estado não fosse mais que um tipo de governamentalidade? E se, de fato, todas essas relações de poder que vemos se formarem pouco a pouco a partir de processos múltiplos e bem diferentes uns dos outros, e que pouco a pouco se coagulam e fazem efeito, se essas práticas de governo fossem precisamente aquilo a partir do que se constitui Estado? Haveria de dizer, nesse momento, que o Estado não é na história essa espécie de monstro frio que não parou de crescer e de se desenvolver como uma espécie de organismo ameaçador acima de uma sociedade civil. Tratar-se-ia de mostrar como uma sociedade civil, ou antes, simplesmente uma sociedade governamentalizada instituiu, a partir do século XVI, certa coisa, certa coisa ao mesmo tempo frágil e obcecante que se chama Estado. Mas o Estado nada mais é que uma peripécia do governo, e não o governo que é um instrumento do Estado. Ou, em todo caso, o Estado é uma peripécia da governamentalidade. (p. 331)

Assim, em vez de assumir o Estado como instituição dada e desde sempre conhecida em suas funções e características próprias, as quais seriam, supostamente, sempre as mesmas ao longo da história, Foucault procurou compreender a governamentalidade como o princípio geral de orientação das práticas de governamento relativas aos fenômenos da população. No curso *Segurança, Território e População* (2008b), ele faz uma análise de como a ação governamental passou da disciplina corporal na sociedade disciplinar para a ação sobre o conjunto da população enquanto objeto de políticas governamentais. População entendida como um sujeito de necessidades que deve ser conduzida pelo governo, no qual o mesmo mudou o foco de sua atuação do território para a população.

Com a introdução da concepção de governamentalidade na aula de 1 de fevereiro de 1978, Foucault (2008b) privilegia um sentido específico da noção de governo. O que importa para ele é pensar o Estado a partir dessa noção de governo das coisas e das pessoas, impondo deste modo um deslocamento no eixo da pesquisa que vinha desenvolvendo sobre a relação entre poder soberano, território e dispositivos de seguridade, que a partir de então, se converteu numa discussão das relações entre Estado, economia política e os problemas da população.

Com a noção de governamentalidade, Foucault tratou das políticas administrativas estatais, colocando de lado a figura de um Estado que se

apresentava até então como onipotente e onipresente, capaz de controlar todos os recantos da vida social. Essa recusa se deu em nome da ideia de que os poderes se exercem por meio de técnicas difusas e discretas de governamento dos indivíduos em diferentes domínios.

Assim, ao trazer para a análise política a dimensão dos micropoderes, Foucault não teve a intenção de diminuir a importância e eficácia do poder exercido pelo Estado, pois para esse autor (2008b), "não há, entre o nível do micropoder e o nível do macropoder, algo como um corte, ao fato de que, quando se fala num, [não] se exclui falar do outro" (p. 481). No entanto, questiona que ao se insistir de forma exagerada sobre a função do Estado e de seus aparelhos, pode se arriscar a deixar escapar todos os mecanismos e efeitos de poder que não passam diretamente pelo aparelho de Estado, pois são esses mecanismos que com frequência sustentam, reconduzem e dão o máximo de eficácia aos Aparelhos de Estado, sejam eles repressivos ou positivos. Para Foucault (1995),

> é certo que o Estado nas sociedades contemporâneas não é simplesmente uma das formas ou um dos lugares – ainda que seja o mais importante – de exercício de poder, mas que, de um certo modo, todos os outros tipos de relação de poder a ele se referem. Porém, não porque cada um dele derive. Mas, antes, porque se produziu uma estatização contínua das relações de poder (apesar de não ter tomado a mesma forma na ordem pedagógica, judiciária, econômica, familiar). Ao nos referirmos ao sentido restrito da palavra "governo", poderíamos dizer que as relações de poder foram progressivamente governamentalizadas, ou seja, elaboradas, racionalizadas e centralizadas na forma ou sob caução das instituições do Estado. (p. 247)

Foucault (2008b), deste modo, apresenta uma perspectiva metodológica na qual ele pretende "substituir o ponto de vista interno da função pelo ponto de vista externo das estratégias e táticas" (p. 158), e com isso discutir as condições de possibilidade da emergência do Estado. Essa aposta metodológica não desconsiderou sua importância, mas contribuiu para que uma certa "cumplicidade em torno do Estado fosse rompida" (Deleuze, 2006, p. 40).

No entanto, esse rompimento com relação à abordagem mais tradicional da concepção de Estado não deixou de pautar sua relevância na análise do contexto em que vivemos, muito pelo contrário, os estudos de Foucault nos fazem problematizar, sobretudo, o que há de Estado em nós, ou seja, entendendo-o como o modo privilegiado de subjetivação e de assujeitamento. De acordo com o autor, essa racionalidade incide não somente no modo como nos constituímos, mas

também sobre o modo como conduzimos grande parte das lutas, especialmente aquelas travadas no campo da identificada como esquerda institucional.

Mas para isso, é importante retomarmos a ideia de razão de Estado para Foucault e de que o surgimento dessa nova racionalidade própria ao Estado moderno foi capaz de manter, ampliar e fortalecer a ação do próprio Estado. Foucault entende como razão de Estado o conjunto de prescrições que organizam instituições, distribuem espaços e regulamentam comportamentos, provocando uma série de efeitos sobre o real. Nesse sentido, a nova racionalidade presente na razão de Estado produziu inúmeros efeitos práticos sobre a vida das pessoas, entre os quais a naturalização da atitude de delegar a condução de nossas vidas a outrem, o que consequentemente alterou a própria configuração do Estado.

É importante ressaltar que Foucault (2008b) realizou uma genealogia das práticas do Estado, mas não do Estado enquanto máquina burocrática, pois para este autor “o Estado é uma prática” (p. 369). Nesse sentido, são as práticas do Estado que são ampliadas e complexificadas no período moderno. E são as práticas dos homens que são analisadas por Foucault. Uma segunda característica da razão de Estado é que ela é o modo de operar do Estado, ou o que permite que o Estado possa ser mantido e consequentemente ampliado. A razão de Estado é a finalidade do próprio Estado, não existe nenhuma outra finalidade externa ou superior, ou seja, é um fim em si mesma.

Nesta direção, podemos afirmar que o Estado segue sendo continuamente utilizado como referência e servindo como parâmetro para grande parte das lutas para a manutenção de mais Estado. Parâmetro esse que por vezes pode definir o que seja considerado como “a” luta, apenas aquela que reivindica mais Estado. Por outro lado, vemos ser questionada uma ideia de revolução como necessidade de mudança de concepção das bases de Estado para manter o Estado, sendo transmutada e experimentada como revoltas, insurreições, ou simplesmente eclodindo por meio da constituição de outros modos de ser e existir nesse mundo. Movimentos esses que tecem, em meio à luta, um plano comum, em uma reinvenção contínua das formas de resistência.

Trata-se dos modos de resistência que subvertem essa razão de Estado que vem se apresentando historicamente como o mecanismo de produzir a necessidade de mais Estado, e encaram essa demanda por ser governado como algo não natural. O Estado acaba tornando tudo Estado, ou seja, estatiza os nossos modos

de vida. Nesta direção, retomamos o questionamento de Foucault (1995) quando indaga que “talvez, o objetivo hoje em dia não seja descobrir o que somos, mas recusar o que somos” (p. 239). Mas “um contra o que somos, não no sentido de reformar ou melhorar uma condição de vida ou do pensamento, mas uma recusa ao eterno” (Passetti, 2020, p. 196), a tudo que nos aprisiona e nos faz acreditar que as coisas sempre serão assim do jeito que nos foram apresentadas.

Assim, Foucault (2008b) chama a atenção para esse processo de subjetivação a que estamos sendo historicamente submetidos e nos questiona: “por quem aceitamos ser conduzidos? Como queremos ser conduzidos? Em direção ao que queremos ser conduzidos?” (p. 260). Deste modo, essas perguntas nos levam mais do que a respostas, pois que principalmente a outros questionamentos sobre o que nos leva a manter a lógica de sermos conduzidos de algum modo, e o que nos faz não enfrentar possibilidades outras de resistência ao poder como conduta, criando e construindo nesse sentido modos de se conduzir e não de se deixar conduzir. Lacaz (2021) afirma que “inúmeros saberes, modos de vida e organização social foram reprimidos ou abolidos (e ainda o são) em nome da SUPREMACIA da forma-Estado em suas alianças com o capitalismo ou com o socialismo” (p. 73). Deste modo, a questão que queremos enfatizar é a naturalização da premissa de sermos governados, já que nem sempre esse foi modo que prevaleceu sobre os processos de subjetivação.

3.1 Aliança que sustenta o golpe de Estado permanante

Mesmo com o surgimento de alguns focos de resistência, tais como a ação das torcidas de futebol antifascistas, protestos antirracistas e algumas ações de juventude contra os cortes na educação, não ocorreram grandes mobilizações de massa no Brasil no ano de 2020, como as que vinham se dando em diferentes países da América Latina, a despeito das condições sanitárias de avanço do contágio pelo coronavírus no continente. Apesar do sentimento de que o presidente do país havia passado de todos os limites ser atualizado a cada dia de uma forma mais grosseira e dantesca, isso parecia apenas alargar o entendimento do que era um limite suportável e ao mesmo tempo distanciar a percepção do que poderia ser

uma situação intolerável a mobilizar o conjunto geral da população para o enfrentamento, a suscitar a revolta mesmo em meio à pandemia.

Acontece que, além da naturalização dos absurdos que se expressavam por discursos e ações dos que ocupavam os mais altos cargos no executivo federal brasileiro, a pacificação das lutas, entendida aqui como a maneira pela qual o governo garante a segurança da lei e da ordem, se acirrou e esse movimento foi referendado também por algumas forças ligadas ao campo da esquerda político-partidária e de movimentos sociais.

O período da pandemia foi o que se tentou criar um consenso, sobretudo entre os dirigentes partidários, líderes sindicais e de movimentos sociais, de que era necessário aguardar a vacinação para organizar protestos e promover ações de ocupação em massa das ruas. Mas diante da realidade que vinha se configurando, foi sendo cada vez mais difícil sustentá-lo. A vacinação não avançou, o isolamento social foi sabotado pelo próprio governo federal e alguns governos locais, o SUS[43] não foi fortalecido como se esperava, o auxílio emergencial não foi renovado, faltou insumos básicos na rede de saúde pública, como no caso escandaloso do colapso de abastecimento de oxigênio em Manaus[44], os profissionais que atuavam na linha de frente chegaram à exaustão. Enfim, a espera custaria mais vidas do que o risco de contágio em aglomerações para manifestações poderia ocasionar. Se intensificaram então, as vozes clamando pela necessidade de um enfrentamento que pudesse alterar o quadro que se agravou, ou ao menos que o amenizasse, mas junto delas, outras vozes que insistiam em dizer que não era o momento adequado. Em artigo publicado no Jornal O Dia nas vésperas da primeira mobilização deste período, marcada para o dia 29 de maio de 2020, o vice-presidente nacional do PT, Washington Quaquá, questionou a coerência da convocação para os atos, comparando-a aos atos bolsonaristas que haviam se intensificado naquele mesmo período, e afirmou que se desse pouca gente teria um "péssimo efeito político"[45].

---

[43] SUS é uma sigla que significa Sistema Único de Saúde, o sistema de saúde pública do Brasil que foi criado pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela lei nº 8.080/90, sendo este sistema regido por alguns princípios e diretrizes que são: universalidade, integralidade, equidade, descentralização e comando único, regionalização, hierarquização e participação popular.

[44] O colapso do sistema de saúde da cidade no início do ano de 2021, com falta de oxigênio para pacientes e a explosão do número de mortes, foi o estopim para a instalação da CPI da Covid no Senado em abril do mesmo ano. Para especialistas em infectologia, o relaxamento das medidas de isolamento social associado a uma situação de alta vulnerabilidade social e à interpretação equivocada sobre a imunidade de rebanho, levaram a cidade à uma segunda onda da doença.

[45] Disponível em https://odia.ig.com.br/opiniao/2021/05/6153935-washington-quaqua-e-coerencia-que-se-chama.html , acessado em 20 de agosto de 2020.

Em um primeiro momento, o Partido dos Trabalhadores não aderiu, bem como grande parte das outras organizações político-partidárias, além da postura de alguns jornalistas, intelectuais e formadores de opinião ligados ao campo da esquerda, de condenação pública com os que se juntaram aos atos naquele momento. Mas a partir da constatação da grande adesão voluntária aos atos, as forças políticas que inicialmente haviam boicotado, também foram para as ruas disputar os rumos do movimento. Assumir o protagonismo nessas manifestações é considerado pela estratégia partidária como uma excelente oportunidade de aumentar o capital eleitoral de suas siglas e de seus expoentes mandatários.

E nesta oportunidade, a disputa pelo protagonismo foi mais uma vez enredada pelos mesmos trâmites burocráticos que configuram uma certa forma de se manifestar em um Estado Democrático de Direito. No dia 21 de julho ocorreu em São Paulo uma reunião de diversos movimentos sociais e partidos políticos, com órgãos públicos e as forças policiais para organizar esses atos que vinham ganhando força. Constavam entre os presentes representantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), do Partido dos Trabalhadores Socialistas Unificados (PSTU), da União Nacional dos Estudantes (UNE), Bengalas Voadoras, CSP Conlutas, União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo (UMES) e do Partido da Causa Operária (PCO).

A ata[46] registrada neste encontro apresentou aspectos de uma reunião que alinhou questões que ultrapassaram as exigências constitucionais para o exercício da chamada livre manifestação, as quais já são exigências que limitam, inibem e impedem movimentos de oposição que não estejam sob o controle do Estado. O acordo firmado nessa ocasião explicitou que não apenas se aceita o controle do que é uma manifestação de oposição, como também se propõe o aumento de regras para coibir o mais possível tudo que escape ao governo instituído.

Os movimentos e partidos acordaram, nesta ocasião, a possibilidade de punição com multa, estipulando a proibição de que manifestantes com posicionamentos políticos opostos ocupassem o mesmo espaço ou organizassem atos simultâneos, norma que passou a funcionar a partir daquele momento em diante como norma. Isso configurou um cerceamento que não permitiria que os

[46] Em ANEXO I.

chamados atos fascistas e intolerantes fossem impedidos de ocorrer por qualquer contramarcha que os repudiasse ou os atacasse, mesmo sendo atos que defendem a perseguição às minorias. Mas ao mesmo tempo, há uma imposição no sentido de que qualquer grupo que se manifeste no mesmo local comungue da mesma perspectiva de atuação política, o que termina por colocar todos os partidos e movimentos como equivalentes, ignorando que existem níveis e formas de oposição, pacificando-se a multiplicidade das forças políticas e modos de luta, como se não-oposto momentaneamente, ou apenas toleráveis, significasse o mesmo, ou igual.

O registro oficial dessa reunião nos permite então destacar alguns aspectos extremamente relevantes para situarmos a presente criminalização de algumas formas de luta[47], principalmente a dos grupos anarquistas, autonomistas, adeptos de ações diretas e diversidade de táticas nas manifestações de rua. Um processo histórico de criminalização e perseguição política, que se acirrou ainda mais depois das manifestações de junho de 2013, e que complementa o espetáculo jurídico-midiático que trata o tema da segurança como prioridade, com massiva participação das redes sociais digitais. Um fenômeno que vem orientando o debate e pautando a atuação de figuras públicas da política institucional nas últimas décadas. O documento que foi gerado com o registro da referida reunião é público e essa comunicação de manifestações de rua à polícia é uma rotina burocrática das representações sindicais, partidárias e de alguns movimentos sociais, e esse episódio mostra como isso se tornou algo reproduzido de forma naturalizada no cotidiano de suas formas de atuação, reduzindo sua forma política a apenas uma imensa burocratização das lutas e de uma forma geral até da própria maneira de conduzir a vida. Além disso, essa reunião, os termos da citada ata e as reações às contestações sobre esse acordo nas redes sociais digitais, deixaram evidente que essa iniciativa foi aliada da polícia no governo das ruas e que essas manifestações também acabaram sendo novamente capturadas pela disputa eleitoral que visa o controle da máquina estatal.

No ano anterior, em 2020, quando as torcidas denominadas antifascistas decidiram confrontar os eventos bolsonaristas que passaram a ser semanais na Avenida Paulista, alguns líderes de movimentos sociais e representantes de partidos também já tinham acenado nessa direção ao encontrar com a polícia para a

[47] Um trabalho mais aprofundado sobre o tema é o de Marestoni (2019).

organização dos atos visando evitar esses confrontos. Nessa ocasião especificamente, a negociação foi articulada por Guilherme Boulos, líder do Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST) e figura importante da Frente Povo Sem Medo e do Partido Socialismo e Liberdade, tendo sido candidato a presidente da República nas eleições gerais do Brasil em 2018 e a prefeito do município de São Paulo na eleição municipal de 2020. Ele negociou um acordo com a Polícia Militar do estado de São Paulo que consistia em um revezamento dos protestos ocorridos na Avenida Paulista, o que contribuiu para o enfraquececimento da luta antifascista gerando um efeito de desânimo da movimentação que alguns consideram que tinha um enorme potencial para enfrentar o bolsonarismo na rua e, de algum modo, enfrentar o fascismo celebrado por esses grupos.

Já no episódio de julho de 2021, o que podemos constatar no acordo dos partidos com a polícia, é apenas mais um dos desdobramentos dessa disposição para a barganha e para a negociação que vem ditando o modo de operar da luta institucional. O documento deixou claro que os envolvidos, ao assinar o acordo, aceitaram referendar a criminalização das táticas que eles não controlam, e ajudaram, com isso, a barrar a espontaneidade da revolta e a imprevisibilidade das manifestações populares. Essas organizações mediadas pela polícia se constituem como a polícia que atua pela paz e em nome da democracia e do governo das ruas. Ao se aceitarem equivalentes no repúdio aos atos que consideram “violentos”, então atribuídos à tática de infiltração, repetindo o discurso que, desde 2013, separaram os “verdadeiros manifestantes” dos “ilegítimos”, vemos que o que eles realmente têm em comum é uma arrogância de achar que sabem como as lutas devem ser, um amor pelo Estado que se expressa por essa aliança indiscriminada com a polícia, além da crença absoluta na via eleitoral como única saída para os nossos impasses. O crescimento do número de detidos a cada ato expressa alguns dos efeitos gerados pela ativação desse modo de operar, sobretudo do discurso fundamentado na dicotomia produzida entre “pacíficos” e “vândalos”.

No dia 18 de março, o manifestante Rodrigo Pilha foi levado para o complexo penitenciário da Papuda, no Distrito Federal, por portar uma faixa com a inscrição ‘Bolsonaro genocida’. Durante o período em que ficou detido, sofreu torturas e maus tratos, rotineiros no conjunto do sistema carcerário do país. Pilha só foi solto no dia 10 de julho, depois de iniciar uma greve de fome. Foi aberto um processo contra ele.

No dia 3 de Julho, em São Paulo, na manifestação nacional organizada contra o governo de Bolsonaro houve muita violência policial com investidas da tropa de choque da Polícia Militar reforçada pelos seguranças do metrô. O tatuador Matheus Machado, 25 anos, foi preso, juntamente com outros três manifestantes. Estes três últimos foram soltos no dia seguinte, depois de passar por violências e maus tratos da repressão policial. Matheus continuou preso até o dia 13 de julho, sob a acusação de haver agredido e furtado o capacete de um segurança. E mesmo com provas testemunhais e materiais que não havia acontecido, ele também respondeu a processo.

Ainda em Julho, quatro dias após o episódio do incêndio na estátua de um símbolo do extermínio indígena e de negros no Brasil, duas pessoas foram detidas em São Paulo como suspeitas de atearem fogo na estátua do bandeirante Borba Gato. Galo e Géssica tiveram mandado de prisão expedido pela Justiça no âmbito da investigação policial sobre o fogo colocado em pneus em volta da estátua, na zona Sul de São Paulo, no dia 24 do referido mês. Galo apresentou-se à polícia e assumiu ser um dos autores do protesto. Já sua esposa, Géssica, afirmou que não esteve no ato, mas a polícia insistiu em dizer não saber se era verdade. Embora possuíssem residência fixa, não tivessem antecedentes criminais e estivessem colaborando com as investigações, a Polícia Civil de São Paulo entendeu que era necessário prender os dois para que as investigações pudessem continuar, e a Justiça autorizou a prisão.

Meses atrás desse episódio do incêndio da estátua, começou a circular um vídeo de um entregador de aplicativos, falando que não era "empreendedor", mas sim trabalhador explorado e debatendo a necessidade de se organizar e lutar por melhoria nas condições de vida e trabalho da categoria. Esse trabalhador era o próprio Paulo Galo que se tornou um dos expoentes da luta dos entregadores. Morador da periferia, politizado, com excelente oratória, teve papel ativo na organização do movimento de entregadores antifascistas, no breque dos apps e no apagão dos apps, e embora o movimento fosse ainda incipiente, sua movimentação em torno da organização da luta dos trabalhadores gerou preocupação das empresas Uber, Ifood, Rappi e outras.

Assim, o poder econômico dos administradores dessas empresas teve grande influência sobre o governo do estado de São Paulo para manter Galo preso utilizando o envolvimento no incêndio como pretexto para isso. A prisão de Galo

também foi uma ação para tirá-lo de circulação, uma perseguição política por conta de sua atuação no movimento, tornando claro que todas as ilegalidades do processo não foram apenas por causa do incêndio na estátua.

As prisões de Galo, Matheus, Pilha e inumeráveis outras, se inserem no aprofundamento da ofensiva do Estado em reprimir violentamente as lutas e todas as pessoas consideradas como indesejáveis, naquele momento pelo hiper militarizado governo Bolsonaro, mas que não traduzem uma característica exclusiva de um governo em específico. No decorrer das nossas análises, pudemos constatar que a governamentalidade neoliberal militarizada também fez parte do governo Lula e Dilma e a comparação displicente pode nos fazer esquecer que o que se promoveu para garantir a gestão da miséria e a neutralização das lutas, pouco se diferencia dos governos desses dois grupos políticos que se dizem opostos, não porque comungam de ideais semelhantes, mas porque atendem aos mesmos interesses de controle do Estado.

Todas essas prisões, respaldadas por uma velha narrativa reacionária de criminalizar ações diretas, autônomas, combativas, antifascistas e anticapitalistas, ocorreram por esses atos terem se tornado indesejáveis ao se colocarem contra: a necropolítica do genocídio que já havia causado mais meio milhão de mortes somente no Brasil, em julho de 2021, em decorrência do contágio pelo vírus; a exploração descomedida das formas contemporâneas de trabalho; o aumento exponencial da letalidade e da violência policial que se direcionou especialmente à população periférica, mesmo em meio a uma crise sanitária sem precedentes; o agravamento do encarceramento em massa, do racismo estrutural e do genocídio institucional do povo negro e dos povos indígenas.

Acontece que a narrativa condenatória às manifestações fora do controle das forças governamentais e de uma moral obediente, reiteradamente veiculada pela mídia hegemônica, também é incorporada, quando não muito construída, por grande parte das esquerdas institucionais, sempre com a alegação da necessidade de que os protestos sejam pacíficos, de que a luta seja “organizada”, e da busca de viabilidade para as chamadas frentes amplas que possibilitem as mais variadas alianças cujo objetivo é justificado por algum “bem maior”, atualmente apresentado pela urgência da necessidade de defesa de uma noção transcendente de democracia. A tentativa de barrar atitudes contestadoras por parte dos governos e da sociedade não são feitas apenas com violência explícita, agora ocorrem também

por ações suaves cujas características são próprias da racionalidade neoliberal, da luta pela democracia e da garantia dos direitos. Em artigo[48] publicado no blog da editora Boitempo, Jones Manoel, que se destaca como figura influente do Partido Comunista Brasileiro e atuante nas redes sociais digitais, propõe “refletir sobre as tarefas imediatas e a situação dos comunistas nos atos de rua e movimento de massas”, se referindo diretamente à participação da militância partidária na retomada dos atos de rua no período pandêmico. Sua análise concentra críticas às ações diretas dos anarquistas e autonomistas e afirma que o PCB “não criminaliza qualquer ação, mas não participa de ações como a quebra de vidraças de bancos em protestos”. Avalia que para as ações diretas serem eficazes é necessário o que ele chama de radicalismo de massa, e que não vê utilidade “na prática e na maneira como está sendo feita”, pois para ter “efeito prático”, essas ações deverão acontecer “em uma escala de massas e não em pequenos grupos”.

Essa interlocução das esquerdas institucionais com o aparato repressivo para combinar o formato e o caráter ‘bem comportado’ das manifestações é o tipo de prática centralizadora e aparelhista que tem acontecido há anos. E não é novidade que tenhamos naturalizado esse pedido de permissão à polícia para nos manifestar. Isto não ocorreu apenas em julho de 2021, em São Paulo, quando houve a já referida reunião conjunta entre alguns representantes de grupos que se reconhecem como de esquerda, a Secretaria da Segurança Pública e a PM do Estado. Aconteceu também em Belo Horizonte, em 2013 e 2014, quando as esquerdas institucionais constituíram uma ‘Comissão Sintética’ com a Polícia Militar, a Polícia Civil, a Guarda Municipal e o governo Antônio Anastasia, na época no PSDB, e se comprometeram a garantir a ordem nas manifestações das Jornadas de Junho e da movimentação de grupos anti-copa, bem como em diversas outras oportunidades em que as lutas que ocorrem na esfera da institucionalidade azeitam o funcionamento da máquina do Estado produzindo uma necessidade de proteção pela polícia apresentada como justificativa para a defesa do direito democrático à livre manifestação.

Ao se aliarem à polícia na gestão das massas populares, ao partilharem da separação entre “bom” e "mau" manifestante, ao assinarem um documento pelo qual pretendem terminar um ato com hora marcada, ao marcharem em ordem

[48] Disponível em https://blogdaboitempo.com.br/2021/08/11/tres-notas-sobre-a-acao-dos-comunistas-nas-ruas-e-no-movimento-de-massas/ , acessado em 27 de outubro de 2021.

previamente comunicada às autoridades competentes, as forças que compõem a luta institucional no campo identificado como de esquerda referendam a governamentalidade do Estado, da que nada pode fugir ao planejado e a que se pretende que seja controlável. A segurança que essas forças gostariam de ter é a mesma daqueles que temem uma modificação radical do estado de coisas atualmente vigente, fazendo parecer que o que querem é apenas evitar a força da revolta popular que pode ser ingovernável. Se tornam, desta maneira, ativamente coniventes às práticas do Estado, pedem por ele para garantir que nada fuja ao controle, chegando a assumir certos compromissos, desde os que envolvem ações mais simples, como os que exigem que vias públicas não possam ser obstruídas sem diálogo prévio entre organizadores de atos e autoridades policiais, até os que contribuem diretamente para aniquilar resistências aos modos de governo, como assinar o documento que referenda a criminalização de ações diretas.

O que restaria de potência em um ato que não pudesse surpreender nem incomodar, que não pudesse ocorrer sem prévia negociação entre burocratas partidários e burocratas armados? Assinando um documento como a ata da reunião de São Paulo, ocorrida em julho de 2021, como se pudessem controlar e conter o inesperado sempre presente em um protesto, partidos políticos e movimentos sociais se colocam em total acordo com a repressão policial, justificada pela necessidade de garantia ao direito à livre manifestação. Dessa forma, preparam o terreno para que qualquer ação para além da acordada, passe a ser tratada como caso de polícia a ser investigado pela justiça, tudo devidamente respaldado pelo bem da democracia. São as forças ligadas ao campo da esquerda investindo mais uma vez em sua vocação legalista e na crença em um Estado cada vez mais punitivo.

Acontece que essa vocação das esquerdas para o investimento na lei e no Estado, além de referendar inclusive o uso dessa força bruta estatal, contribui para a construção e utilização de instrumentos legais que teriam por base a promoção do que dizem ser a liberdade, embora funcionem efetivamente com a atribuição de limitá-la. Liberdade e prisão se apresentam como as duas facetas de um mesmo mecanismo, pois não é possível haver liberdade sem que haja prisões. Com isso, as prisões se tornam a maneira de controlar as liberdades, sendo que o Poder Judiciário, com sua pretensa neutralidade, é quem decide sobre elas nesse sistema liberal.

O conceito de liberdade nas sociedades liberais é constituído e dirigido, então, por um discurso jurídico, e possui um sentido metafísico e histórico, que às vezes se inscreve sob uma lógica mecanicista na qual o indivíduo teria soberania e controle de suas decisões, pulsões e cálculos. No liberalismo, a liberdade então é alcançada pela lei, estabelecida com base nessa ideia de autonomia, em que se priorizam as habilidades atribuídas aos processos de desenvolvimento humano que conduzem à centralidade da razão e ao controle das paixões. Os que ainda não alcançaram ou estão fora do alcance de tais habilidades são percebidos como incivilizados, carentes de controle e necessitados de tutela (Aguiar, Fonseca e Daros, 2018).

Foucault (2008a) contrapõe o discurso liberal de que todo mundo é livre, afirmando que a liberdade não é algo da ordem do universal, pois se trata sempre de uma relação entre governantes e governados e afirma que a promoção dessa liberdade se torna um ponto indispensável à própria governamentalidade, pois

> agora só se pode governar bem, se efetivamente, a liberdade ou certo número de formas de liberdade forem respeitados. Não respeitar a liberdade é não apenas exercer abusos em relação à lei, mas é principalmente não saber governar como se deve. A integração das liberdades e dos limites próprios a essa liberdade no interior do campo da prática governamental tornou-se agora um imperativo (Foucault, 2008b, p. 475).

Dessa maneira, ao produzir a liberdade, o liberalismo a organiza e a limita. A liberdade é necessária então para o funcionamento do liberalismo, pois este a consome e por isso necessita produzi-la, ou seja, produzir normas, padronizações, um modo certo e errado de se comportar no sistema liberal. “A liberdade liberal é uma máscara jurídica e ideológica tensionada pelas contradições de classe e pelos circuitos de violência aplicada contra setores da sociedade” (Coletivo Centelha, 2019, p. 25). Nas palavras de Foucault (2008a),

> a nova arte governamental vai se apresentar, portanto, como gestora da liberdade, não no sentido do imperativo "seja livre", com a contradição imediata que esse imperativo pode trazer. Não é o "seja livre" que o liberalismo formula. O liberalismo formula simplesmente o seguinte: vou produzir o necessário para tornar você livre. Vou fazer de tal modo que você tenha a liberdade de ser livre. Com isso, embora esse liberalismo não seja tanto o imperativo da liberdade, mas a gestão e a organização das condições graças às quais podemos ser livres, vocês vêem que se instaura, no cerne dessa prática liberal, uma relação problemática, sempre diferente, sempre móvel, entre a produção da liberdade e aquilo que, produzindo-a, pode vir a limitá-la e a destruí-la (p. 86-87).

Essa perspectiva nos leva a pensar o que implica, então, associarmos tão frequentemente a palavra democracia à noção de liberdade ou a questionar assim

como fez o coletivo Crimethinc (2017): “que mal pode vir de usar o discurso da democracia para descrever o objeto de nossos movimentos por libertação?” (p. 197). Questionamentos esses que nos fazem refletir principalmente sobre que tipo de anseios estariam implicados em idealizarmos a democracia como uma forma de governo e que tipos de práticas têm sido promovidas em sua defesa. Acontece que o que temos experimentado como democracia insiste em nos fazer crer que existem atalhos eleitorais para essa liberdade em uma sociedade constituída por um Estado liberal.

Contudo, para Crimethinc (2017, p. 38), “a verdadeira liberdade não é uma questão de quão participativo é o processo de responder perguntas, mas de até onde podemos definir as perguntas nós mesmos – e da possibilidade de impedirmos que as outras pessoas imponham suas respostas sobre nós”. Ou na mesma direção, como questiona David Graeber (2015), e “se liberdade fosse a capacidade de decidir ao que aspiramos buscar, com que pessoas e que tipo de compromisso desejamos ter com elas nesse processo?” (p. 290). Ou seja, todo o questionamento não é para que tenhamos que eliminar o que chamamos de liberdade, mas, apenas que não podemos dizer que ela tenha que “se limitar a certas fronteiras” (Aguiar, Fonseca e Daros, 2018)

Ou seja, nenhum conjunto de procedimentos deveria institucionalizar a experiência de liberdade que é a de pegar nossos destinos em nossas próprias mãos, coletivamente, criando “um contexto social no qual ninguém seja capaz de acumular poder institucional sobre outras pessoas” (Crimethinc, 2017, p. 72). Mas estamos tão acostumados a encarar o modo de funcionamento da representação como um modelo natural da experiência chamada democrática que negligenciamos a possibilidade de existência de outras formas de conduzir as nossas próprias vidas. Mas ainda assim, outras formas de vida estão sendo inventadas, criadas cotidianamente.

No entanto, assim como Foucault (2010) nos alerta para não nos apaixonarmos pelo poder, também “não devemos nunca nos enamorar muito de um método de tomada de decisão – seja a democracia parlamentar ou assembleias baseadas no consenso – de forma que nos induzam a aceitar injustiças em seu nome” (Crimethinc, 2017, p. 203). O que temos vivenciado no contexto das chamadas democracias liberais representativas, reproduz uma retórica e institui práticas que legitimam a consolidação de regimes repressivos, e em certos

contextos, de um nacionalismo xenofóbico. E por mais que essas práticas que se dão no contexto dessas chamadas democracias possam chocar algumas pessoas que pressupõem que elas andam de mãos dadas apenas com as políticas consideradas por alguns como progressistas, estamos entrando em uma era na qual o discurso da democracia tem sido utilizado para fazer avançar pautas cada vez mais reacionárias. E isso não deveria nos surpreender, pois foi através da própria democracia que figuras históricas como Adolf Hitler chegaram ao poder. Num mundo globalizado, a democracia é o sistema que promete igualdade, liberdade e autodeterminação ao mesmo tempo em que legitima a repressão, o controle e a xenofobia. É mais urgente que nunca atualizarmos o vocabulário com o qual descrevemos aquilo a que nos opomos na ordem estabelecida e o tipo de mundo onde queremos viver (Crimethinc, 2017).

Inúmeras têm sido as manifestações de insatisfação com essa ordem estabelecida e a expressão delas aponta que mais do que a atualização semântica dos termos que designam o mundo que vivemos, o que se afirma na revolta, na insurreição, é a necessidade de instituirmos outras práticas, inventarmos juntos o mundo que almejamos. Contudo, enquanto lutas de toda ordem e intensidade balançam as democracias existentes hoje, os riscos dessa discussão também aumentam, pois se insistirmos em "substituir a ordem estabelecida com uma versão mais participativa da mesma coisa, vamos acabar exatamente onde começamos, e outras pessoas que compartilham da nossa desilusão vão se sentir atraídas por alternativas mais autoritárias" (Crimethinc, 2017, p 10).

O que temos observado, nessa direção, é a emergência de movimentos conservadores que pleiteiam por mais repressão e controle, performando encenações democráticas de liberdade mas que expressam palavras, gestos e atitudes fascistas. "A moderação democrática-liberal-capitalista-securitária entregou a palavra insurreição para os fascistas?", questiona Acácio Augusto em sua rede social[49]. Em janeiro de 2021, um episódio chamou a atenção do mundo. Depois de mais de dois meses de tentativas frustradas de mudar o resultado eleitoral das eleições americanas de 2020, que foram desde ações judiciais que alegavam fraude até pressão sobre autoridades para recontar os votos, o candidato republicano derrotado, Donald Trump, convocou seus apoiadores e os aliados que

[49] Post publicado no perfil @acacio1871, na rede social Twitter, em 06 de janeiro de 2021.

transformaram a última etapa da eleição presidencial em um grande espetáculo que culminou na invasão do Congresso, interrompendo a contagem dos votos e forçando a evacuação da imprensa e dos legisladores. A invasão ao Capitólio, como é chamada a sede do Congresso americano, entrou para a história dos EUA como uma afronta à democracia. Essa sessão conjunta do Congresso, estabelecida pela Constituição para contagem e confirmação dos votos do colégio eleitoral na eleição dos Estados Unidos, acontece há mais de 130 anos, mas na ocasião da invasão, essa sessão terminou com cinco mortes, entre as quais a de um policial espancado, a de uma mulher baleada e a de três manifestantes por emergências médicas.

No Brasil, alguns meses antes, na noite do dia 13 de junho de 2020, um grupo de manifestantes apoiadores de Bolsonaro já havia simulado um bombardeio com fogos de artifício ao Supremo Tribunal Federal. Pela manhã desse mesmo dia, o grupo que se intitulava "300 do Brasil" foi retirado pelo governo de Brasília do acampamento que haviam organizado na frente da Esplanada dos Ministérios. O grupo, que tinha um histórico de ameaças e hostilização à imprensa, ganhou projeção nacional com esse acampamento realizado por manifestantes que pediam o fechamento do Congresso Nacional e a saída de ministros do Supremo Tribunal Federal. Uma das organizadoras do grupo, a YouTuber Sara Giromini, conhecida como Sara Winter, foi alvo de operação da Polícia Federal no âmbito do inquérito que apurava *fake news*, operação que foi autorizada pelo ministro do STF, Alexandre de Moraes. Na autorização para essa investigação, o STF ressaltou que a Constituição brasileira veda o "financiamento e a propagação de ideias contrárias à ordem constitucional e ao Estado Democrático" e a "realização de manifestações visando ao rompimento do Estado de Direito". Em entrevista[50] para a BBC News, Sara diz que "nós dos 300 não acreditamos em intervenção militar, mas sim em intervenção popular, ou seja, a ideia de que todo poder emana do povo, como prevê o Artigo 1 da Constituição Nacional". Na ocasião da operação da Polícia Federal, Winter ameaçou o referido magistrado pelas redes sociais e coordenou uma manifestação em frente ao STF na madrugada do dia 31 de maio, na qual os manifestantes que foram para a frente da Corte, na Praça dos 3 Poderes, vestiam máscaras e empunhavam tochas nas mãos em uma estética que lembrava o grupo supremacista branco Ku Klux Klan, que persegue negros nos Estados Unidos no

[50] Disponível em https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52634816 , acessado em 28 de outubro de 2021.

século passado. Sara que foi uma das fundadoras da variante brasileira do grupo Femen, organização internacional de luta feminista, no passado defendia pautas tais como a construção social dos gêneros e a legalização do aborto.

O que se destaca então é que de um espectro a outro do jogo político as práticas são justificadas pela defesa do que dizem ser valores democráticos. Valores que têm sido intensamente convocados nesse momento de acirramento dos binarismos, em que "toda essa mutação subjetiva foi completamente encerrada em polarizações" (Lazzarato; Roque, p. 398, 2017), inclusive no interior das próprias lutas no campo considerado de esquerda. Para Lazzarato e Roque (2017),

> houve um crescimento impressionante dos movimentos de minorias, cujas causas e discursos permearam a sociedade. Uma contradição se instalou, então, entre esses grupos e outros, de tendência marxista, que não legitimam tanto a questão das minorias, seja ela feminista, negra ou LGBT. A força subjetiva desses movimentos não pode ser menosprezada se quisermos construir vetores de transformação para uma luta anticapitalista. Mas para que isso efetivamente tenha lugar, é preciso inventar, ao mesmo tempo, meios para impedir uma recaída no indivíduo. Não se trata de um problema de resolução simples, porque, do outro lado do espectro, o dos movimentos universalistas classicamente anticapitalistas, não se presta atenção suficiente à produção de subjetividade, isto é, aos modos de existência experimentados (p. 397)

"Quantos mecanismos foram sendo inventados ao longo dos séculos para manter no garrote índios, negros, subalternos, serviçais, trabalhadores, mas também mulheres, gays, loucos, blasfemos, rebeldes de toda estirpe?", questiona Pelbart (2019, p.127). A homofobia, o racismo, o sexismo, o heterossexismo, o classismo, o militarismo, o cristianocentrismo, o eurocentrismo são efeitos do exercício de poder que historicamente se estabeleceu entre uns modos de vida sobre outros e renascem dos privilégios do novo capitalismo colonial, masculinizado, branqueado e heterossexualizado. Desse modo, alguns movimentos de esquerda que se orientam pelos parâmetros tradicionais de luta, sobretudo os que são majoritariamente influenciados pelo pensamento marxista,_caracterizam os novos processos de resistência, reduzindo-os a suas categorias mais familiares como 'revoltas camponesas', 'luta anti-imperialista', 'luta de classes', 'luta por democracia', 'luta de nações oprimidas', sem considerar o conteúdo epistemológico que se produz nos movimentos que se reinventam cotidianamente.

Assim, para além da reinvenção dos modos de luta é necessário também se "redesenhar o campo das possibilidades de vida" (Pelbart, p. 14, 2016), pois "as

necessidades foram historicamente produzidas pela retirada dos homens de seu mundo" (Comitê Invisível, p. 255, 2016) e "são aquilo com que a economia gratificou o homem enquanto preço do mundo do qual ela o privou" (Comitê Invisível, p. 255, 2016).

> Se por vezes temos a impressão que todos almejam o mesmo, dinheiro, conforto, segurança, ascensão social, prestígio, prazer, felicidade, há momentos em que fica claro que esta é uma miragem enganosa, disseminada pela cultura midiática e publicitária, por um suposto consenso capitalista que camufla formas de vida em luta, não apenas classes em luta, com todas as segmentações e heranças malditas, escravistas, racistas, elitistas, etc., mas também conflitos entre modos de existência que colidem, formas de vida distintas em embate flagrante, anseios plurais. É fácil constatar que modelos de vida majoritários, por exemplo o da classe média tomada como padrão, propagada como um imperativo político, econômico e cultural, de consumo desenfreado, e que se impôs ao planeta inteiro, dizima cotidianamente modos de vida "menores", minoritários, não apenas mais frágeis, precários, vulneráveis, mas também mais hesitantes, dissidentes, ora tradicionais como o dos quilombolas ou indígenas ora, ao contrário, ainda nascentes, tateantes, ou mesmo experimentais. (Pelbart, p. 13-14, 2016)

E são esses modos de vida experimentais, ainda nascentes, aos que precisamos estar atentos. Há de se construir uma forma de resistência "que não seja somente política, mas que seja também econômica, social e cultural." (Rolnik, p. 4, 2016). Ou seja, para Pelbart (2016)

> toda a questão é como alargar o campo da política, ou pensar a dimensão política das formas de vida, e da sensibilidade que lhes corresponde, ou, para formulá-lo de maneira ainda mais precisa: como pensar a política à luz dessa questão das formas de vida que lhe antecedem? Talvez Foucault continue tendo razão: hoje em dia, ao lado das lutas tradicionais contra a dominação (de um povo sobre outro, por exemplo) e contra a exploração (de uma classe sobre outra, por exemplo), é a luta contra as formas de assujeitamento, isto é, de submissão da subjetividade, que prevalecem (p. 16).

É necessário deste modo que os movimentos de liberação contemporâneos sejam capazes de apreender os novos dados de subjetivação coletiva e fazer com que essa subjetivação se dê de maneira de fato libertária, desenvolvendo referências de liberação, criando novos espaços de liberdade, propondo novos horizontes à subjetivação, fora dos marcos tradicionais e conservadores, e, em particular, nos convocando ao constante exercício da prática refletida da liberdade diante do "caráter circunstancial das alianças" (Foucault, 2006), reinventando os modos de se fazer política. Mas acontece que mesmo aquilo que se apresenta como novidade pode estar atravessado por uma série de concepções que vêm

sendo reproduzidas em nossos discursos e práticas e nos fazem cair nas armadilhas que nos mantem presos a possibilidades limitadas de existência e formas de viver. Em palestra proferida em evento virtual[51], Galo - que foi preso por incendiar a estátua do Borba Gato em São Paulo - traz uma perspectiva do que ele vivencia no seu local de moradia e apresenta a partir disso seu modo de entendimento do que sejam algumas frentes de luta possíveis:

> "… fico feliz de estar aqui, me sinto camarada de todos aí, certo mano, na caminhada, aí na luta. A luta é um barato que nóis não consegue fazer sozinho né, mano? É um conjunto de várias ideias, de várias coisas né mano? Igual… eu gosto muito dessa ideia de que a esquerda não é um bloco homogêneo, não é uma coisa só, né? A esquerda é uma coisa diversa, mano. Cê tá ligado? O que eu procuro na esquerda, o que eu tenho procurado na esquerda, é um caminho… como é que eu posso dizer assim, mano? É um caminho contra… simplificando a ideia, eu sempre vou pelo caminho simples da coisa assim, né mano, é um caminho contra o patrão mesmo, assim diretamente falando é um caminho de ser contra o patrão, eu acredito na força da classe trabalhadora e acredito que a classe trabalhadora por si só, ela consegue se organizar, ela não precisa de um patrão ali, cê tá ligado? Não que a gente não precise de gente que saiba administrar, que saiba mexer com dinheiro, que saiba fazer entrada e saída de caixa, sabe mano? Uma fábrica ela não vai ser composta apenas do cara que faz o barril de plástico, né mano? Uma fábrica, ela vai ser composta por vários trabalhadores. Mas uma coisa que eu gosto é de pensar que a força do trabalho é a força intelectual junto da força braçal. Sabe? Da força física que a gente faz, conectada com a força intelectual, esse conjunto dá a força de trabalho. Então não consigo ver diferença de um médico para um lixeiro, de um engenheiro para um mecânico, de um advogado para um metalúrgico, cê tá ligado? Todos tão trabalhando, todos tão dando a sua contribuição pra gente poder seguir em frente, cê tá ligado? Como faz pra trazer a esquerda para as quebradas, cê tá ligado? Pra onde eu tô. Esse é o grande desafio. Eu já desisti disso. Eu não tenho que trazer a esquerda para a quebrada, é a esquerda que por si só tem que vir aqui, tá ligado? Essa é a caminhada. E aí eu busco me organizar aqui com meus camaradas, com meu povo, meu pessoal, a partir dos mecanismos que já tem aqui. Eu desisti dessa coisa de querer criar um barato grande pra caber as pessoas porque o povo da gente é muito grande, precisa de um barato muito grande pra caber as pessoas. Não mano, as coisas já está acontecendo. Aqui na minha quebrada tem dois jovens, o Tiago e o Gabú, eles ensinam Muay Thay, eles são bancários, aí eles fazem uma vaquinha no trabalho deles lá, arrecada um dinheiro e traz aqui pra quebrada, e monta esse centro aí que ensina o pessoal a lutar Muay Thay. E aí você tem o Dega, o Dega é o cara que organiza o futebol de varja, e esse pessoal trabalha de graça, muito louco isso! Você tem a Ana que faz as hortas comunitárias aqui, ela é vegana, aí ela acredita muito nessa coisa da boa alimentação, de como é importante a gente se alimentar bem, então ela fica nesse corre, sabe? Tem o Saulo que é da educação, professor tal, de escola pública, tá sempre dando os papos mil grau, tá sempre pelos bar aqui da quebrada. Ou seja, não tem o que ser criado, tem o que ser potencializado. Tem que pegar esses componentes e potencializar eles.

[51] Abertura da reunião mensal de articulação para formação de centros socialistas, realizada por plataforma digital em 11 de setembro de 2021. Transcrição integral do vídeo para fins exclusivamente didáticos. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=IwuyZEbHzLI , acessado em 05 de novembro de 2021.

Uma coisa eu já aceitei. Nois vai fazer a revolução mancando. Essa é a verdade, parça. Nois não vai fazer a revolução em plenas condições, mano. Porque a gente toma tanta porrada na vida, mano. É tanta coisa que acontece com nóis, mano, que é quase que impossível chegar em pé de luta, íntegro, cê tá ligado? bem assim, a gente vai fazer a revolução mancando. E quando eu digo que a revolução é mancando, quando você vim aqui no meu bairro onde eu moro, as pessoas… vai ter homofobia, vai ter racismo, vai ter uma coisa de odiar a política, e é muito louco isso, passou, não é nem mais um ódio ao político, virou um ódio à política. Porque até o momento que eu via nas pessoas que elas estavam com ódio de político, sabe, tipo eu odeio o Lula cara, o Lula roubou! Eu falava po meu, esse papo é estranho, mas, po é foda né mano, vamos seguir... Agora já não é mais o eu odeio o Lula, o Lula roubou, fulano roubou, não sei o que, é uma coisa de eu não gosto de política, eu não me envolvo com política, eu não quero saber de política. Aí você fala humm aí o bagulho ficou sério, agora o barato tá louco mesmo, a gente vai precisar cair pra dentro. Hoje meu trabalho aqui na minha quebrada e em outras comunidades é mostrar que não tem como não fazer política, tudo é política, cê ta ligado? tudo é política! E aí é muito louco porque quando eu comecei a organizar os entregador, pra fazer a caminhada, greve, dos entregador antifascista, a maioria dos entregador me xingava, falava assim: esse Galo aí é um pilantra, meu! Esse Galo aí amanhã vai se lançar vereador e vai abandonar nós, mano. Tá usando nós, ele vai trair nóis, ta usando nois como escada. E a minha vontade, mano, é que esse não fosse o pensamento geral dos meus camaradas, cê tá ligado? Eu queria que o pessoal entendesse a política, entendesse qual tabuleiro nois tá, que jogo que é, que tipo de estratégia que nois tem que traçar, e que tipo de peça que nois pode ser. Eu queria que dos entregadores surgissem vereadores, deputados, governadores, presidente… eu queria que fosse assim, mano, mas a coisa não tá assim. E aí, você precisa analisar a coisa ao seu redor pra poder se posicionar da forma correta. Eu decidi que eu vou fazer essa política de rua por muito tempo, mano. Porque eu sei que quando esse meu camarada chega ni mim e fala: é Galo, você vai usar isso aqui como trampolim, é quase como um pedido de socorro do cara, sabe? É quase como um: pô Galo, não abandona nois, porque o cara não entende o que é aquilo lá. O cara não entende o quanto é importante um Glauber Braga, o quão importante é uma Sâmia, o quão importante o Lula, o quão é importante vários parlamentares que estão aí dentro da caminhada, o Eduardo Suplicy, o quão é importante isso aí pra nois, ter isso daí lá dentro porque senão fudeu, mano! Senão a boiada passa memo. Não só a boiada, a motociada, a facistada, tudo passa, mano. Se não tiver uns cara mil grau igual Glauber lá que aponta o dedo na cara e fala vai gangster, certo? Tem que ter um dos nossos pra pá nas ideia! Só que infelizmente, infelizmente é isso mano, o povo não entende, o povo não tá entendendo, e não é que o povo não entende porque o povo não consegue entender, é que existe um processo de desinformação muito forte ao redor deles, mano, pra poder dizer que é isso, política é uma merda, não faça política, aí favelado, não faça política, política é uma coisa ruim, sabe? Mas esse pessoal que fica instruindo as pessoas a não gostar de política, é muito louco, né? Eles amam política! Eles amam fazer política. Mas eles ficam dizendo pra gente não gostar! Por que? Então hoje em que eu acredito, mano? No poder da pergunta! Antes da gente fazer a ação do Borba Gato, a gente saiu pela cidade fazendo pergunta: quem foi Borba Gato? Colocando lambe lambe pela cidade e perguntando quem foi Borba Gato. Eu acho que depois da chegada da internet, mano, a internet é muita informação ao mesmo tempo, sabe mano? Ou seja, você chega na periferia e vai tentar fazer o trabalho de base e aí o cara tá lá… tá lá numa ideia de que tem os illuminati, os illuminati vai dominar o mundo, a china comunista vai dominar o mundo, ele tem várias teoria da conspiração, de várias coisas que ele foi bebendo dentro da internet, dentro de outras informação, da televisão e tal, e aí,

> mano, o copo dele tá cheio, mano, ta cheio de um monte de informação zuada. E aí quando você chega pra trazer uma informação nova, aí você chega e apresenta tipo o centro socialista, você apresenta a revolução periférica, você apresenta os entregadores antifascistas, que são nomes diferentes mas é uma luta igual, são nomes de movimentos diferentes mas é a mesma luta, todo mundo trabalhando pra contribuir para o processo revolucionário. Quando você traz essa informação, o copo das pessoas está tão cheio que essa informação não cai dentro, essa informação começa a transbordar de tão cheio que esse copo tá, ou seja, não tem espaço pra um centro socialista se o cara tá achando que o mundo vai ser invadido pelos illuminati, que a terra é plana, que a China tem um plano de controle de dominação, e que o PT tá fudendo com tudo e quer tirar o… sabe, mano? Ou seja, o copo da pessoa tá cheio então qual que é o primeiro trabalho? Esvaziar o copo! Antes da construção, pra mim vem a desconstrução e se tem uma coisa potente para esvaziar o copo das pessoas é fazer pergunta, mano! Não é chegar com as respostas, é chegar com as perguntas.” (SIC)

A fala do Galo está imersa em um jogo de captura que oscila entre a aposta potente na micropolítica, nos modos miúdos de se fazer política no cotidiano, e a crença inabalável na representação que considera a necessidade de centralidade de ação no Estado. Sua intervenção nos faz pensar no quanto vamos criando situações, produzindo um pensamento, em que limitamos as apostas sempre a partir das nossas referências de ação, e levanta o questionamento de até onde a gente sustenta uma radicalidade. Assim, mais do que o futuro da revolução, é importante atentarmos para o devir-revolucionário das pessoas, diria Deleuze (1990). Rolnik (2016) afirmou que

> se o destino das assim chamadas “revoluções do século XX” foi por nós vivido como uma traição que nos deixou perplexos e decepcionados é, em parte, porque ainda mantínhamos a crença de que um dia existiria um *grand finale* que designávamos pelo nome de Revolução, herdeira da ideia monoteísta de paraíso (p. 6)

“A verdade é que a gente duvidava do entendimento comum sobre o que uma revolução realmente implica.” (Crimethinc, 2017, p. 86). Deste modo, é importante analisar como temos sido “privados, continuamente, da revolução enquanto processo” (Comitê Invisível, p. 13, 2016), e com isso, impedidos de enxergar o quanto as formas de resistência se reinventam e o quanto cada um de nós pode se recriar no tecer contínuo das lutas diárias.

> Embora não estejamos, sem dúvida, nem na aurora de uma nova era nem no crepúsculo de um tempo passado, podemos, talvez, começar a discernir o rachar desse espaço de interioridade que foi uma vez seguro, o desconectar de algumas das linhas que formaram esse diagrama, a possibilidade de que, mesmo que não possamos desinventar a nós mesmos, possamos ao menos reforçar a questionabilidade das formas de

> ser que têm sido inventadas para nós e começar a inventar a nós mesmos de forma diferente (Rose, 2001, p. 199).

DILUINDO DICOTOMIAS NO CAMPO DA POLÍTICA

A América Latina vivenciou, em meio a um período de ofensiva neoliberal no continente no início do século XXI, um ciclo de processos políticos centrados na luta eleitoral, que se diziam renovadores. Trata-se de um momento social e político em que representantes reconhecidos como de esquerda ocuparam espaços na institucionalidade democrática burguesa e instalaram governos por meio dos quais as forças populares conseguiram fazer avançar, ainda que timidamente, algumas de suas próprias causas. As demandas dessas forças populares foram ganhando uma ampla dimensão política e fomentando o desejo em ocupar lugares em espaços institucionais nunca antes ocupados. Começaram pela conquista de prefeituras, depois vieram os governos estaduais e passaram a eleger bancadas expressivas de deputados e senadores, até que, a partir da eleição presidencial de Hugo Chavez, a esquerda chegou ao governo. Logo se seguiram Lula, Evo Morales, Nestor Kirchner e outros tantos.

Apesar dessas experiências eleitorais de representantes considerados populares e apresentados como alternativa à lógica estrutural do capital, esta pesquisa conduz ao questionamento sobre a consolidação dessas forças denominadas publicamente como alternativas, sobretudo por darem mostras de terem favorecido apenas uma mudança no ritmo da investida do neoliberalismo no continente, e não o seu fim. Se consolidou nesse período uma correlação de forças que permitiu um Estado burguês com tentativas de grupos políticos do campo da esquerda de aparecer na sua grande maioria como uma versão *light*, uma esquerda que deixasse explícito que não seria uma ameaça ao sistema.

Ainda assim, nesse intervalo o imperialismo estadunidense buscou se fortalecer e, pouco a pouco, instalou o cerco a esses governos chamados progressistas, até colocar no foco dos seus objetivos a expulsão das esquerdas desses lugares de poder. Foram quase duas décadas muito tensas e a pandemia se instaurou em 2020, exatamente no contexto em que esse ciclo político perdeu força no continente e que a condição imposta pelo que se denominou como crise sanitária nos atravessou como um analisador histórico das nossas mazelas.

Nesse período, de acordo com o relatório do Latinobarômetro[52], a insatisfação dos latino-americanos com a política partidária e institucional cresceu, o estado de descontentamento social com relação aos efeitos do que foi apresentado pelos governos como solução para a situação pandêmica aumentou e as elites que escancararam o seu desprezo pela desigualdade que se acirrou nessa conjuntura foram questionadas por focos de resistência que se espalharam pelo continente.

Porém, a democracia segue sendo posta como ideal de organização política, parâmetro da idealização de um modo coletivo de vida quando na verdade ela tem um efeito desmobilizador. As pessoas que são diretamente afetadas pela repressão e pelo controle do Estado e toda a política de assujeitamento por ele promovida, especialmente os pobres e miseráveis, continuam aceitando as políticas que perpetuam as diversas violências das quais elas mesmas são os alvos. Ao mesmo tempo, percebemos a eclosão de muitos movimentos expressando de diferentes maneiras a sua revolta como resposta aos efeitos dessas mudanças estruturais da nova fase de globalização capitalista, apontando com isso que estamos vivendo, desde a última década, períodos de grandes atribulações e profundas incertezas, caracterizando uma época de transição, em que as tendências antigas vão se transfigurando e algumas novas estão se formando.

Pesquisadores de diferentes áreas afirmam que esse é um momento de crise. Sob tal perspectiva, o paradigma da crise passa a ser o norte para pensar em possibilidades de mudanças. Experimentamos assim, movimentos que se anunciam como resistências, mas que podem também estar codificados por esse mesmo signo da tal crise que se "alarga e passa a habitar as mais diversas práticas sociais: crise dos paradigmas, crise da representação, crise da escola, crise dos partidos, crise do hospital, crise da universidade..." (Augusto, 2016a, p. 58). Mas a que têm servido todas essas crises? A quem interessam?

Não se trata de negar os impasses da vida contemporânea, nem os problemas no modo como tem se organizado a nossa sociedade, mas de avaliarmos o quanto "tivemos uma fé cega na crise, uma fé tão cega e tão antiga que não percebemos a ordem neoliberal fazer da crise uma peça-chave do seu arsenal." (Comitê Invisível, p. 23, 2016). O capital, longe de temer essas tais crises, hoje se

[52] Disponível em https://brasil.elpais.com/internacional/2021-10-15/latinobarometro-reflete-o-descontentamento-social-pela-pandemia.html , acessado em 20 de dezembro de 2021.

esforça para produzi-las, consolidando uma espécie de “triunfo do capitalismo de crise” (Comitê Invisível, p. 27, 2016).

Assim, apesar de terem sido apresentadas durante toda a modernidade como naturais, que surgiam de maneira inesperada ou até mesmo de forma cíclica, as crises vêm sendo produzidas para impor a necessidade de uma decisão que supostamente colocasse um fim na insegurança geral das situações apresentadas como críticas. Ou seja, a crise não é algo a ser combatido pelas práticas de governo, pois há muito ela se tornou a própria prática de governo. Foucault (2008a) já havia nos mostrado que a crise é a forma de governar na racionalidade neoliberal. As tais crises na atualidade são desencadeadas para que se possa introduzir a solução

Previne-se, desta maneira, “por via da crise permanente, toda e qualquer crise efetiva” (Comitê Invisível, p. 26-27, 2016). O que significa que essa crise que aparece diariamente nos jornais não passará, ela permanecerá nos assombrando como forma de justificar todas as políticas chamadas “de austeridade"[53] e de segurança. Haverá sempre uma restrição na previdência a fazer, uma periferia ou um país a ocupar, um limite de direitos a impor, um segmento da população a prender, uma “gordura” orçamentária a cortar em uma “reestruturação permanente de tudo” (Comitê Invisível, p. 26, 2016), afinal de contas, “manter a miséria e oferecer uma saída possível é o grande recurso do capitalismo” (Comitê Invisível, p. 158, 2017). E com isso, tanto os que se localizam à direita quanto á esquerda do espectro institucional do Estado vendem promessas de seguro, encarceram em massa, inserem em diferentes módulos de proteção, prometem possibilidades de vida que dizem afastar o que são considerados como riscos.

Neste sentido, para os neoliberais, o discurso da crise promove também um momento que cria oportunidades, inovação, empreendedores, em que só os melhores, aptos, mais motivados, os mais competitivos sobreviverão (Comitê Invisível, 2016). Augusto (2016a) aponta que “na racionalidade neoliberal, analisada por Foucault, o empreendedorismo se democratiza e passa a ser uma exigência subjetiva de sobrevivência na gestão que cada um é capaz de fazer de si como capital humano” (p. 58). Nesta mesma linha, Roque (2017) afirma que a subjetividade do projeto neoliberal é o “empreendedor de si” que sustenta a sociabilidade contemporânea fundada na concorrência e no sucesso individual,

[53] Para maiores detalhes sobre o assunto no contexto brasileiro consultar Dweck, Oliveira e Rossi (2018).

minando cada vez mais com isso a possibilidade dos laços sociais serem fortalecidos pela dimensão coletiva da nossa existência.

Para os autores Dardot e Laval (2016), “a racionalidade neoliberal produz o sujeito de que necessita ordenando os meios de governá-lo para que ele se conduza realmente como uma entidade em competição” (p. 328). Assim, eles reafirmam em seus estudos que nos ciclos de crise, a forma de mediação que se consolidou não foi exatamente a propriedade, pois também para eles a base das relações vem sendo fundada na concorrência.

No entanto, a consolidação do modelo neoliberal só poderia ocorrer mediante transformações profundas na própria subjetividade, guiando as ações dos sujeitos modernos a partir da racionalidade que moldasse sua conduta individual, ou seja, constituindo desse modo um governo de si mesmos. Seguindo Foucault, os autores Dardot e Laval (2016) chamam atenção para o fato de que a sociedade liberal, ainda no século XIX, era dotada de uma racionalidade governamental, que levava ao governo de si e das ações em conjunto com uma governamentalidade. Para Dardot e Laval (2016), “a grande inovação da tecnologia neoliberal é vincular diretamente a maneira como um homem ‘é governado’ à maneira como ele próprio ‘se governa’” (p. 332-333), constituindo dessa forma um modo de governar que se dirigia ao próprio indivíduo e refletindo com isso na ação coletiva e social.

Entender a sociedade da competição e a ascensão do neoliberalismo, em meio às relações individualizantes e individualizadas que o alimentam, é essencial para Dardot e Laval (2016), pois apenas dessa forma é possível entender as questões que afetam nossa condição social e humana refletida na capacidade de nos reconhecermos enquanto seres coletivos e na dificuldade de construir um ethos comunitário da multiplicidade, não reproduzindo o primado do sujeito narcisista (Jourdan, 2018).

Para esses autores, foi o sucesso de ações e pensamentos específicos prescritos pelos vários tipos de liberalismo que perpassaram o século XIX, que entraram em choque na primeira metade do século XX e levaram à ascensão de algo completamente distinto: o neoliberalismo. O sucesso do neoliberalismo dependeu tanto das condições e materialidade históricas, como do tipo de pensamento, associação e identificação coletivas que provocaram em cada indivíduo, seja na forma geral de sociedade, construída em torno da identificação

pela concorrência, seja na esfera do pensamento social que corrobora este tipo de sociedade, mas que também justifica sua necessidade prática.

Sendo assim, há sutilezas que estão fora do entendimento de uma economia infra estrutural totalizante, pois uma economia neoliberal é resultado de uma sociedade neoliberal baseada em uma racionalidade neoliberal; tanto no governo de nós mesmos, como no manejo das teorias que a justificam e corroboram. Esta dimensão capilarizada diz sobre as formas de exercício de poder e controle que o neoliberalismo exerce nos níveis macro e micropolíticos.

O capitalismo se apresenta como sistema hegemônico que transcende as relações econômicas, entendendo que as subjetividades viraram o alvo preferencial do governo neoliberal e a “crise” se consolidou como técnica política de governo. Os discursos da crise, seja do capitalismo ou da democracia, surgem acompanhados de tecnologias de governo, não para declarar seu fim, mas para perpetuá-las por meio de reformas. E a racionalidade liberal democrática que promove essas reformas permeia tanto as forças do campo da esquerda quanto da direita, de forma que estas se deem de modo indissociável de uma ideia de segurança. Com isso, após o ciclo progressista vivido pela américa latina, observamos nos últimos anos a ascensão de forças reativas conservadoras, reforçando ainda mais o aparato da estrutura neoliberal no Brasil e em outros países sul americanos.

Rolnik (2018) chega a afirmar que o capitalismo financeirizado precisa de subjetividades rudes no poder, consolidando a aliança entre neoliberalismo e conservadorismo, para impor a instalação de um Estado neoliberal e liquidar as conquistas consideradas democráticas, neutralizando seus protagonistas, ou seja, anulando os movimentos sociais e as organizações consideradas de esquerda. Políticas como a desregulação de diferentes esferas, medidas de austeridade, privatizações e o desmantelamento dos serviços públicos têm sido fortemente estimuladas, enquanto programas estatais, atividades sindicais, movimentos sociais, têm sido alvo de ataques. A tendência generalizada do capitalismo nessas democracias liberais-parlamentares é a “junção de brutalidade política e neoliberalismo econômico” (Coletivo Centelha, 2019, p. 19), e nesse contexto ele radicalizou-se de modo ainda mais incisivo.

Por sua vez, se acentua uma tendência em certas análises do campo considerado de esquerda, que insiste “obsessivamente em torno da questão da crise da democracia, tendo como foco o Estado e a pergunta de como reformá-lo para

melhor representar o povo" (Rolnik, 2018, p. 121). A lógica que prevalece nos pedidos por mais democracia, sobretudo aqueles que foram analisados no decorrer deste escrito e que compõem certas práticas do que é definido como esquerda institucional, foi aqui encarada como uma espécie de avesso da própria condição democrática no contexto da sociedade brasileira. Entendendo esse avesso não como contrário, mas como as costuras da bainha de uma peça de roupa que sustentam o formato do vestuário e que apesar de presentes ficam encobertas. O avesso integra a parte fundamental da condição de existência de uma relação como a democrático-burguesa. Algumas práticas da esquerda institucional constituem, então, essa esfera do que estamos chamando de avessos da democracia quando reforçam a lógica do Estado e andam de mãos dadas com ele, sobretudo ao se aliarem à polícia no governo das ruas ou quando se mostram incapazes de enfrentar a função estratégica que o capital desempenha na política eleitoral. Uma aliança com a polícia e com a política, apresentados aqui como os dois principais pilares[54] da democracia brasileira, razão pela qual foram assumidos nesta pesquisa como um analisador da cooptação da militância por determinados aparelhos de Estado que fazem dela instrumento daquilo que ela própria diz confrontar. O desejo de revirar esses avessos não tem o intuito de revelar aquilo que não se quer mostrar, a partir de uma atitude moral de apontar para um modo de funcionamento como se fosse um erro, nem de busca por uma legitimidade, mas sim de tensionar práticas naturalizadas que se reproduzem em muitas lutas e mobilizações, fazendo-as ruir, desmanchar, provocando com isso rupturas, esgarçamentos, abrindo brechas para a imaginação e chamando a atenção para a necessidade de invenção de outras práticas para além dessas que foram sendo historicamente centralizadas no Estado. Assim como o Coletivo Centelha (2019), também entendo que

> A crise social no Brasil hoje não se resume a novos perigos e à violência desmesurada. Ela é também a expressão do esgotamento profundo dos modos de organização das lutas e das mobilizações. Ela é uma crise de imaginação política, de medo diante das possibilidades da imaginação. Não

[54] Polícia e Política seguem firmes sendo os dois principais pilares de sustentação do discurso institucional e analítico da democracia brasileira. Em dezembro de 2021, a Comissão Mista do Congresso Nacional aprovou uma proposta de Orçamento da União para o ano de 2022, que previa um fundo eleitoral muito acima do patamar das últimas eleições presidenciais e, a pedido do governo, reajustes apenas para as carreiras da Polícia Federal (PF), da Polícia Rodoviária Federal (PRF) e do Departamento Penitenciário Nacional (Depen). Embora muitos grupos políticos de oposição ao governo discordassem da distribuição orçamentária, seus discursos são de defesa da importância de tais corporações.

> se trata apenas de esperar por novos líderes, de fazer partidos voltarem “às bases” ou de resistir em nossos espaços. Agora, começa um dos mais duros exercícios, a saber, essa mistura de consciência do colapso de nossas forças e da possibilidade de sua reconstrução (p. 95).

Compartilho com Lacaz (2021) certa compreensão sobre o que dizem alguns companheiros(as) de diferentes trincheiras quando acenam para a possibilidade dessa reconstrução ocorrer a partir da criação de brechas a serem inventadas no próprio aparelho de Estado, por meio de políticas públicas, fortalecendo e ampliando serviços, ou por meio de disputas para ocupar espaços na institucionalidade, elegendo representantes populares a cargos no legislativo, executivo, ou mesmo em conselhos, fóruns, assembleias, “mas eu não posso crer nessas brechas na medida em que elas me impedem de imaginar... outras formas de funcionamento tangíveis, sem a necessidade de um Estado” (p. 68).

Lacaz (2021) nos lembra que esse investimento na criação de brechas no próprio aparelho de Estado e na implementação de algumas políticas tem como efeito um certo feitiço (Scheinvar, 2009), ao se acreditar que basta abrir mais espaço na institucionalidade, ocupar mais lugares, colocando pessoas “qualificadas”, de segmentos minoritários ou “bem intencionadas” nos cargos do governo para garantir um Estado supostamente mais “humano” e “participativo”. São as energias utópicas sendo capturadas por uma ideia de gestão segura da “máquina pública”, convertendo a militância em quadros técnicos de governos e prefeituras ou operando pela “parceria” com mandatos e ONGs e vivendo, desse modo, da perpetuação de “problemas sociais”, tornando-se reféns de políticas institucionais (Coletivo Centelha, 2019). Condição essa que me leva à mesma conclusão de Lacaz (2021) ao afirmar “que não se trata de uma brecha, mas de um artifício de manutenção do próprio Estado” (p. 68).

Me embalo no questionamento de Lacaz (2021) sobre o quanto nos implicamos na disputa por um modelo de controle sobre nós e reforço a pergunta: “como é que podemos desejar governos mais ou menos progressistas quando todos eles são modos de nos governar?” (p. 67), sendo que a própria ideia de progresso já é a conotação de um espectro de um sistema de captura que passa a ideia de um curso etapista da história. Contudo, o aspecto que a autora evoca com esse questionamento e que eu quero destacar é o paradoxo político realçado por La Boétie (2009): às vezes nos empenhamos por nossa servidão como se fosse nossa

salvação. De todo modo, é inegável que existe um processo mundial de desencanto com relação aos governos vigentes. Os modos de governar têm sido questionados por muitos movimentos ao redor do mundo e no Brasil ganhou maior visibilidade e intensidade a partir das chamadas jornadas de junho de 2013, quando o conjunto da população parecia denunciar "de maneira ainda indireta, o esgotamento de um modelo, o fim de um ciclo" (Pelbart, 2019, p. 128). Mas também faz parte de uma lógica de gestão mundial de crise que dá a impressão de que estamos todos a lutar contra governos locais e aparatos nacionais de poder, para que não se perceba que esses governos fazem apenas reproduzir uma mesma política global, realizada com maior ou menor intensidade (Comitê Invisível, 2016).

Assim, ao analisarmos algumas das discussões do campo da esquerda, especialmente a institucional, verificamos que muitas delas acabam se voltando sempre para as intensidades de uma mesma política, sobre os ditos direitos que serão ou não desmontados, sobre o enfrentamento com relação aos cortes realizados, mas dificilmente sobre a construção de outros modos de vida, por mais que o que se repita insistentemente seja o discurso do novo e do plural.

> Os partidos de esquerda, assim, tornam-se os partidos da lamentação. Eles lamentam a destruição do Estado do bem-estar social, as aventuras militares imperiais, a incapacidade das empresas de empregar as pessoas, o poder esmagador das finanças e a cobiça dos banqueiros. No fim, também lamentam a corrupção de seus próprios representantes e sua própria falta de legitimidade representativa. A única posição que sabem como assumir agressivamente é a defesa da Constituição, protegendo um passado imaginário sagrado (Negri e Hardt, 2014, p. 117).

Além disso, temos no Brasil e na maioria dos países da América do Sul, movimentos considerados de esquerda basicamente pautados pelos parâmetros europeus de luta, o que caracteriza, como denomina Grosfoguel (2012), uma esquerda ocidentalizada[55]. Muitos projetos de esquerda subestimaram ou invisibilizaram as hierarquias étnico-raciais, e quando assumiram o controle das estruturas estatais acabaram por reproduzir, no seio das suas organizações, o domínio branco/eurocentrado sobre os povos não-europeus. O que se chamou então de "ciclo progressista" na América do Sul com os governos em países como

[55] De acordo com Grosfoguel (2012), entende-se por esquerda ocidentalizada "a esquerda que, seguindo paradigmas ocidentais marxistas-leninistas, pós estruturalistas, anarquistas ou social democratas, reproduzem o racismo/sexismo epistemológico da filosofia ocidental e, por conseguinte, o fundamentalismo eurocêntrico privilegiando como superior o cânon do pensamento crítico dos homens ocidentais e descartando como inferior todas as epistemologias não ocidentais" (p. 359).

Brasil, Venezuela, Bolívia, Equador, Argentina e Uruguai, “que diziam expressar institucionalmente as lutas do movimento antiglobalização e resistência ao neoliberalismo, antecipou uma institucionalização das lutas” (Augusto, 2016a, p. 74).

Uma tarefa fundamental seria então deslocar-se da busca de uma resposta para o questionamento sobre qual a forma mais adequada de pensamento capaz de construir outros modos de sociabilidade, e reconhecer especialmente todas as que já estão em curso, se formando e se reinventando no cotidiano das lutas, ou apostar energicamente na ruptura que possibilite a abertura de espaço para a criação de outras. Grosfoguel (2012) e outros autores dedicados aos estudos das Epistemologias do Sul afirmam que as soluções devem ser buscadas na diversidade epistêmica do planeta, no pluriversalismo como projeto universal, e não mais em uma só epistemologia (a eurocêntrica), que a partir de seu particularismo produz falsos universais. Há de se construir um caminho aberto à diversidade epistêmica do mundo sendo “o que os uniria e serviria como muro de contestações contra o relativismo do ‘tudo vale’ seria um universalismo negativo comum: anti-imperialista, anticapitalista, antipatriarcal, anticolonial” (Grosfoguel, p. 355, 2012). Trata-se de um anticolonialismo que deve ser encarado como uma atitude diante do mundo e não meramente como uma bibliografia. Para o Comitê Invisível (2016), o que poderia ligar essas diferentes lutas

> não é o fato de se confrontarem com a mesma reestrutração capitalista, mas sim as formas de viver que se inventam ou que se redescobrem no próprio decurso do conflito. O que as liga são os gestos de resistência que delas decorrem – o bloqueio, a ocupação, o motim, a sabotagem como ataques diretos contra a produção de valor pela circulação da informação e das mercadorias, através da conexão com “territórios inovadores” (p. 225)

Territórios esses construídos a partir de movimentos que se articulam por formas de resistência, que não se organizam somente a partir das diretrizes do marxismo-leninismo, mas por seus próprios modos de entendimento de mundo. Porém, Grosfoguel (2012) chama a atenção para o cuidado necessário para não cair na inversão dos termos, sendo preciso estar atento para não estabelecer um essencialismo antiocidental que produz uma inversão binária da lógica eurocêntrica. Rolnik (2018) entende que

> se a tradição marxista, originada no capitalismo industrial, nos trouxe a consciência de que a expropriação da força vital humana em sua

> manifestação como força de trabalho é a fonte de acumulação de capital, a nova versão do capitalismo nos leva a reconhecer que tal expropriação não se reduz a esse domínio (p. 107).

Ao longo dos anos, algumas questões foram tomadas pela esquerda em geral como secundárias em relação “à verdadeira, honrosa e viril luta de classes” (Ronik, prólogo, 2018, p. 19). Porém, Guattari (1985) alerta que este domínio não passa mais simplesmente pela luta de classes facilmente identificável entre proletários e burgueses, pois ele está igualmente inscrito “através de numerosos estigmas na pele e na vida dos explorados, pelas marcas de autoridade, de posição, de nível de vida” (p. 15).

Nesse novo cenário é possível perceber certa impotência de algumas lutas, sobretudo, as institucionais, frente aos desafios do presente, pois “aquilo que chamou-se de ‘resistência’ nessa tradição reduz-se à esfera macropolítica, o que limita o horizonte de alcance de sua visão e, portanto, o êxito de suas estratégias” (Rolnik, 2018, p. 117). Para Rolnik (2018), “há que se desfazer da crença no delírio de um controle permanente e definitivo das engrenagens sociais que levaria a uma suposta plena realização do potencial humano” (p. 96), delírio esse que alguns chamam de revolução, conceito que tem sido “portador histórico de uma série de consequências ou efeitos que são necessariamente ‘liberticidas’” (Ibáñez, 2018, p. 78).

Rolnik (2018) acrescenta ainda que “a razão da impotência das esquerdas face aos novos desafios é a política de subjetivação que nelas tende a prevalecer” (p. 121). No âmbito das subjetividades não há generalizações possíveis, pois

> as dinâmicas na esfera micropolítica são mais complexas e paradoxais do que as das posições que cada um ocupa macropoliticamente na sociedade. Nada garante que os subalternos sejam todos eles, por princípio, agentes em potencial da insubordinação micropolítica, já que sua subjetividade pode estar sob feitiço do inconsciente próprio ao regime dominante, mesmo que o combatam macropoliticamente (Rolnik, 2018, p. 130).

Ou seja, trata-se de “um desafio micropolítico primordial, porque a reapropriação não se dá necessariamente num sentido progressista e de expansão das subjetividades” (Mancebo, 2003, p. 79). Uma constatação importante sobre essa afirmação é que a experiência que temos de democracia tem demonstrado não ter sido capaz de barrar os fascismos e os fascistas. Porém, não dá para dizer que há uma regressão porque isso significa naturalizar uma visão etapista do curso

histórico, presente em certa noção de progresso na qual as democracias liberais cumpririam o estágio final de maturidade. A ascensão fascista a que assistimos nesse momento "se fundamenta em um descontentamento real com as promessas que a democracia liberal anuncia, mas é incapaz de cumprir." (Coletivo Centelha, 2019, p. 34). Ou seja, nossa democracia não está em um passado que precisa ser resgatado, pois ela não pode estar onde nunca existiu. "Ela está na nossa frente, como uma invenção radicalmente coletiva que surgirá quando calarmos de vez a apatia que o poder quer nos impor e à qual nos vinculamos com um prazer inconfesso" (Coletivo Centelha, 2019, p. 12).

Em resposta ao questionamento da colunista do UOL, Maria Carolina Trevisan, sobre a afirmação de que não existe democracia no Brasil, Krenak (2021) afirma que a democracia é algo que se busca e não que se consome. Ela é então um desafio, uma abstração, como a ideia da liberdade, construída a cada instante, a cada dia, a cada momento, porque não tem o dom de se instalar e existir. A democracia é como a ideia de um sonho que a gente persegue e que tem que ter muita vontade para ela existir, sendo que ela só existe a cada dia. Para ele, trata-se de uma ideia liberal demais achar que a democracia é um estado estabelecido, uma experiência estabelecida. A democracia é algo que uma sociedade corajosa, determinada, consegue instituir como experiência cotidiana, não é uma coisa que você cria e deixa lá.

Assim, no momento em que um número significativo de pessoas se livrarem das amarras dessa imaginação coletiva que encara "que líderes e estruturas centralizadas são a única maneira de organizar projetos políticos eficazes" (Negri e Hardt, 2014, p. 141), "até nossas suposições mais profundamente inculcadas sobre o que é e o que não é politicamente possível podem desmoronar da noite pro dia" (Graeber, 2015, p. 184). Ser realista e pedir o impossível "talvez seja uma ótima chave de compreensão para o que está envolvido em qualquer modificação social profunda", como bem lembra Camila Jourdan (2018, p. 160) sobre o que nos diz 1968.

É necessário pensar então, especialmente aos que prezam pela ampliação da liberdade, o que existe no próprio funcionamento das engrenagens ditas democráticas que propiciam a emergência de práticas fascistas e promovem a consolidação de governos autoritários. Assim, para aqueles que dizem enfrentar e combater práticas fascistas, é preciso antes de qualquer coisa colocar em análise o

tanto de totalitarismo que se reproduz em procedimentos chamados democráticos e o tanto de microfascismos que porventura nos atravessam.

Pensar no endurecimento das lutas como efeito das forças reativas em marcha que incidem e atravessam diferentes práticas, nos leva a pensar quais mecanismos têm sido acionados para compor esse movimento. Nesta direção é importante questionar que além das forças conservadoras que ocupam os espaços institucionais da macropolítica, "o que assegura a passagem das grandes entidades fascistas clássicas à molecularização do fascismo a que assistimos hoje?" (Guattari, 1985, p. 187). Para este autor, "o capitalismo é levado a buscar, em seu próprio seio, fórmulas de totalitarismo melhor adaptadas" (1981, p. 188) e afirma ainda que,

> as máquinas totalitárias capitalistas, ao mesmo tempo que captam a energia do desejo dos trabalhadores, esforçam-se para dividi-los, particularizá-los e molecularizá-los. Infiltram-se em suas fileiras, suas famílias, seus casais, sua infância; instalam-se no coração de sua subjetividade e de sua visão de mundo (Guattari, 1985, p. 186)

No entanto, "a subjetividade não pode ser encarada como uma coisa em si, uma essência imutável, pois os modos de existência – ou de subjetivação – são históricos e mantêm estreitas relações com uma conjuntura especificamente considerada" (Mancebo, 2003, p. 83). A subjetivação é produzida incessantemente através de encontros, de agenciamentos, construída por vetores de ordem plural, ou seja, não há um sujeito interiorizado, intrapsíquico, formatado, esse que chamamos de indivíduo. Para Mancebo (2004) "o indivíduo é apenas um dos modos de subjetivação possíveis. Cada época, cada sociedade põe em funcionamento alguns desses modos, sendo a categoria "indivíduo" o modo hegemônico de organização da subjetividade na modernidade" (p. 38). No que diz respeito ao capitalismo, podemos perceber que as máquinas capitalísticas operam relações diretas com a produção de uma lógica privada, individualizada, individualista, na perspectiva do lucro e da competitividade.

Assim, uma linha de diálogo possível para o que tem afligido grande parte da esquerda pode estar em uma atenção renovada ao papel dessas subjetividades dentro do modo de produção neoliberal. O governo neoliberal constitui-se por modos de ser e pensar, modos de instituir relações específicas entre governantes e governados que não se esgotam no comando ou no poder soberano. Assim, analisar os processos de subjetivação, indicando aqueles que estão em jogo nas

reconfigurações do trabalho, das cidades, das relações, parece ser um desafio incontornável em qualquer projeto que pretenda destituir a governança neoliberal. Mostrar como o neoliberalismo expande a valorização capitalista a todas as esferas da vida é um modo de reposicionar as lutas e mais do que isso: é um modo de enxergar lutas de novos tipos ali onde já estão em curso, muitas vezes invisíveis ao enquadre interpretativo da esquerda (Roque, 2017).

No entanto, o par direita/esquerda, apesar de ter sido assim localizado nesses estudos como forma de situar as forças que se queriam analisar, tem deixado cada vez mais de ser um operador suficiente para delinear o que está em jogo e acertar os alvos do combate. De todo modo, algo tem acontecido no sentido de que as práticas políticas hoje, os conflitos sociais, ganharam as ruas e não estão mais limitados às instituições democráticas que existem para operar o pacto social. A nova realidade não contempla mais a disposição de negociação das classes dominantes. Para Rolnik (2018),

> fica evidente que não basta subverter a ordem dos lugares destinados a cada um dos personagens em jogo na cena das relações de poder (insurreição macropolítica), é preciso abandonar os próprios personagens e suas políticas de desejo (insurgência micropolítica), inviabilizando assim a continuidade da própria cena (p. 116).

O capitalismo financeirizado se reveste de sua forma autoritária e caminha para consolidar um regime de exceção, regime esse que colonizou o conjunto do planeta, "incidindo macro e micropoliticamente em todas as suas entranhas, ao ponto de que hoje nenhuma atividade humana lhe escapa" (Rolnik, 2018, p. 116). No entanto, no que diz respeito ao campo das lutas,

> a desarticulação entre ambas as esferas de combate, macro e micropolítica, só contribui para a reprodução infinita do *status quo*. Mais grave ainda é quando estabelece entre seus agentes uma conflitiva polaridade, na qual há uma demonização recíproca em torno do que seria a suposta "verdadeira atitude revolucionária" (Rolnik, 2018, p. 143).

Assim, os mecanismos de captura presentes no contemporâneo nos auxiliam a observar como um certo campo de lutas tem se tornado "reativo, judicializado e identitário" (Augusto, 2016a, p. 69), e quanto não se percebe com isso que, ao nos tornarmos reativos, espelhamos o que dizemos combater. Ou seja, mesmo inseridos

nas lutas que dizem estar contra as opressões, podemos também estar reproduzindo práticas microfascistas.

No entanto, é preciso ressaltar que o fascismo a que referimos não é o de um regime de um Estado totalitário, que concentra suas forças em uma centralização do poder no Estado, ou seja, não se trata de uma concepção que se inscreve apenas no âmbito da macropolítica de Hitler, Mussolini, ou para pensar no contexto atual brasileiro, do próprio Bolsonaro. Aponto aqui para os fascismos que se capilarizam e não operam por meio da centralização, mas no campo dos vetores de subjetivação singulares, no âmbito da micropolítica, em um poder que opera diretamente nas nossas condutas, práticas, discursos, desejos, e assim nos atravessam em quaisquer relações: família, escola, casamento, trabalho, universidade, clínica e até mesmo nos próprios movimentos de resistência. Sim, inclusive nas militâncias, nos movimentos que se dizem insurgentes. O que há de pulsante também pode estar cedendo às práticas microfascistas que se expandem e são incorporadas no cenário da biopolítica contemporânea. Por vezes observarmos até mesmo dentro do próprio movimento feminista, negro ou lgbtqia+, ou nos enfrentamentos entre os próprios pares que se situam no campo do que se denomina esquerda, discursos e posturas microfascistas, conduzindo as lutas em nome de concepções totalitárias, universalizantes e inflexíveis. Nesses casos, o que parece prevalecer é a afirmação de um território, de um segmento específico, através da humilhação e opressão do outro, tido como uma ameaça para a estabilidade do grupo ao qual se pertence, ainda que se faça parte de uma minoria que resiste.

O microfascismo se faz presente desta forma na negação das diferenças em um movimento no qual o microfascista precisa negar o outro para afirmar a “si mesmo”. Existe uma máquina social capitalista que produz e se retroalimenta de discursos fascistas que operam inclusive dentro dos movimentos considerados disruptivos. A produção desses discursos alimenta um sistema que sobrevive por meio da dominação, do controle, da exclusão em nome da afirmação de um modelo pautado em um princípio moral e hierárquico. Estas posturas devem ser combatidas com enfrentamentos que atuem nos limiares, nos campos de força, nos vetores, para que o embate alimente linhas de fuga[56] e não de destruição.

[56] Linha de fuga é um conceito desenvolvido por Gilles Deleuze e Félix Guattari, sendo essa uma das três linhas que formam o que esses autores chamam de agenciamentos. A própria linha de fuga atua como um fator de agenciamento e permite que se siga o curso de mudanças, as quais podem estar

Apostar na diferença, na imprevisibilidade dos rumos dos caminhos adotados, na multiplicidade dos modos de existir é não criar lógicas de falta, de negação, de unificação, dicotomias, universalização em torno de uma verdade única: a esquerda mais legítima, a militância mais coerente, o partido mais engajado, a ferramenta teórica mais adequada à análise. Qualquer prática e discurso que não atue para a intensificação da potência dos devires precisa ser repensada. A resistência que não atuar para a produção de vidas plurais, intensivas, potentes e ativas pode ser deslocada, desterritorializada. É preciso, deste modo, operar por processos que nos façam perceber que movimentos estamos ativando com nossos discursos e práticas.

Então que perspectivas "serão capazes de nos tirar do impasse atual?", indaga-nos Roque (2017). Esta autora reforça a ideia de que se não enfrentarmos a disputa contra o capitalismo no terreno das subjetividades, continuaremos reproduzindo certa lógica hegemônica, mesmo questionando os supostos ideais de universalidade, igualdade e justiça. Há uma dificuldade em enxergar as dinâmicas que envolvem a produção de determinadas subjetividades e os diferentes processos de subjetivação que estão em jogo no capitalismo atual.

Contudo, trata-se de tarefa fundamental para que se perceba que tipos de subjetividades estão sendo forjadas nesse processo e quais os mecanismos colocados para funcionar. Roque (2017) afirma deste modo que "calibrar as lentes e enxergar o problema na escala das subjetividades é um passo incontornável para qualquer projeto". Por muitas vezes, as nossas estratégias de luta, se voltam somente para o que é da ordem da macropolítica, atuando apenas no âmbito do Estado ou ao que a ele é dirigido, sem se preocupar com a dimensão micropolítica das forças que nos atravessam e subjetivam. Assim, Rolnik (2016) chama a atenção para o fato de que,

> por mais que se faça no plano macropolítico, dentro e fora do Estado, por mais agudas e brilhantes que sejam as idéias e as estratégias, por mais corajosas que sejam as ações, por menos autoritárias e corruptas que sejam e por mais êxito que tenham em estabelecer menos desigualdade econômica e social e expandir o direito à cidadania, elas resultam numa reacomodação da cartografia vigente se não se acompanham de um deslocamento no plano micropolítico (p. 6-7).

---

associadas a novos fatores sociológicos, políticos e psicológicos. Fugir é, portanto, uma ação criadora e criativa, uma maneira de se "descobrir" mundos. Isso porque a fuga permite vazar um sistema, romper paradigmas. Fugir é romper com o que está estabelecido, "como se alguma coisa nos levasse, através dos segmentos, mas também através de nossos limiares, em direção de uma destinação desconhecida, não previsível, não preexistente" (Deleuze e Parnet, 1998, p. 49).

Não se trata aqui de traçar o caminho de defesa da dimensão micropolítica das lutas, tampouco de estabelecer uma hierarquia de importância entre elas, mas sim de se afirmar a indissociabilidade entre o que é micro e o que é macropolítico e fortalecer uma ação política capaz de superar em nós essa dicotomia. Há, em geral, um desprezo com o que é da ordem micropolítica, com o que se constitui no campo do desejo, mas principalmente uma desatenção com relação às capilarizações do Estado nos modos como nos relacionamos e nos constituímos. Uma maquinaria de captura modulando nossos desejos, não nos permitindo pensar o quanto as institucionalidades que estão aí não nos servem. Mas de que institucionalidades estamos precisando nesse momento? Temos de criar outras institucionalidades de modo que se possa potencializar as conexões entre a macro e a micropolítica. Essa lógica que privilegia a perspectiva macropolítica, responsável pelo endurecimento das lutas, tem nos subjetivado a todos.

Que essa análise de certo modo de funcionamento das lutas possa nos auxiliar a desacomodar, e principalmente, nos provoque a perceber as linhas que nos atravessam, que compõem os nossos atos e discursos e nos auxiliem a construir possibilidades de resistência aos microfascismos que incidem e insistem em brotar no cotidiano das lutas.

O que se reafirma aqui então é que as transformações do cotidiano não ocorrem apenas no âmbito macropolítico, econômico ou social, mas que põem em funcionamento especialmente as máquinas de produção de subjetividades contemporâneas que são assumidas de diferentes formas e que, segundo Miranda (2000), variam entre dois polos:

> de um lado, a sujeição em relação às instituições produtoras de subjetividade: família, Estado, trabalho, mídia, marcada pela conformidade, pela reprodução do idêntico, o achatamento da heterogeneidade, das diferenças, enfim pela massificação do cotidiano, sinalizando uma produção de subjetividade assujeitada; por outro lado, a criação de novos processos múltiplos e heterogêneos, que engendram relações livres e criativas, onde os indivíduos e grupos assumem suas existências de modo singular, criando outros valores, novas formas de pensar e de agir, viabilizando a produção de subjetivação singularizada. São formas paralelas e concomitantes, que podem lutar no interior de um indivíduo, grupo ou momento histórico (p. 41).

Para Rolnik (2016, p. 13), “o que faz a diferença é nos dispormos a combater as tendências reativas em nós mesmos, ou seja, em nossas ações e relações”, possibilitando dessa forma a construção de uma espécie de artista de nossa própria vida, mas que “não almeja a liberdade ou a alegria enquanto estados a se chegar, e sim como concernentes a essa própria ‘atividade artesã’ da aventura de estar se fazendo a cada instante” (Souza, 2016, p. 223), negando assim qualquer forma de assujeitamento.Mas então, por onde “transitam os exercícios de liberdade na militância” (Lacaz, 2018, p. 69) que nos permitam revolucionar “a revolução”?

O prefácio de Anti-Édipo (Foucault, 2010) segue sendo uma ferramenta fundamental para construção dessa resposta porque reafirma a cada leitura que a questão da revolução é inseparável da questão de quem nós somos. Assim, antes de qualquer democracia ser possível, devemos promover “afetos políticos que cultivem o apetite das pessoas pelo desejo de autogoverno” (Negri e Hardt, 2014, p. 122), ao mesmo tempo em que se possa “aprofundar os vínculos necessários para a propagação da insurreição” (Coletivo Centelha, 2019, p. 97).

E para propagar as insurreições não basta apenas multiplicar as táticas de ação direta contra os governos, muito menos aumentar a pilha de fichas de filiação partidária preenchidas, mas devemos sobretudo fortalecer o tanto de situações cotidianas de resistência que independem de quem for eleito para nos governar. Portanto, resistir não é simplesmente se opor à ordem vigente, mas principalmente afirmar outras lógicas, outras realidades (Coimbra, 2010, p. 190).

Para isso, é preciso coragem para o enfrentamento do intolerável, afirmando com essa atitude uma experiência ética da rebeldia e do inesperado (Jourdan, 2018). A insurreição que vem não deve se propor a mudar somente o governante da vez; é preciso enfaticamente “derrubar a própria ordem da qual eles são meros representantes” (Coletivo Centelha, 2019, p. 104). Eu quero fazer parte dessa derrubada. Se é possível uma vida livre fora das amarras dessa ordem, então fazê-la “ruir exigirá alianças inesperadas e inauditas” (Coletivo Centelha, 2019, p. 81). Essa tese é um pequeno passo meu nessa direção.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Katia; FONSECA, Vanessa; DAROS, Raphaella**. Linhas, riscos e rabiscos - considerações sobre o presente.** Arq. bras. psicol**.**, Rio de Janeiro, v. 70, n. spe, p. 75-91, 2018. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672018000400007&lng=es&nrm=iso , Acessado em 30 de novembro de 2021.

ANDRADE, Daniel Pereira; OTA, Nilton Ken. **Uma alternativa ao neoliberalismo: Entrevista com Pierre Dardot e Christian Laval**. Tempo Social, 27(1), 275-316, 2015. Disponível em https://www.scielo.br/j/ts/a/PsJH4bJHFgzmKnPmFHM9hDR/?lang=pt , acessado em 20 de setembro de 2020.

AUGUSTO, Acácio. **Mais além do "contra o golpe": subsídios para uma analítica do campo de luta**. Revista Ecopolítica, São Paulo, n. 15, mai-ago, pp. 56-36, 2016a.

AUGUSTO, Acácio. **Qual democracia? – sobre como a busca por segurança está solapando a liberdade**. 2016b.

AUGUSTO, Acácio. **Lutas Anarquistas hoje: entre a utopia e as heterotopias**. Cosmos e Contexto – Revista Eletrônica de cosmologia e cultura. 13 de setembro de 2017. Consultado em https://cosmosecontexto.org.br/lutas-anarquistas-hoje-entre-a-utopia-e-as-heterotopias/ , acessado em 20 de agosto de 2020.

AUGUSTO, Acácio. **1968 e 1999: diferenças e metamorfoses entre nova política e antipolítica**. Em: VERVE. Revista Semestral do NU-SOL - Núcleo de Sociabilidade Libertária / Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais. Nº 34: 176-193. São Paulo: o Programa, 2018.

AUGUSTO, Acácio. Transcrição parcial do vídeo para fins exclusivamente didáticos. Lançamento do livro de Laura Fernández Cordero, Amor y anarquia no Tapera Taperá com a própria autora e a professora Margareth Rago no dia 4 de fevereiro de 2020. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=4-O7A9xGqq4&t=2618s , acessado em 10 de junho de 2021.

MARESTONI, Matheus D.L. **No fogo de 2013: ação direta anarquista, autonomismo e a democracia contemporânea**. Dissertação de mestrado, PEPG-Ciências Sociais, PUC-SP, 2019.

BATISTA, Nilo. **A privatização da cidadania**. Capítulo Criminológico Vol. 30, W 4, Octubre-Diciembre, 79-90, 2002.

BATISTA, Vera Malaguti. **O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BATISTA, Vera Malaguti. **O Alemão é muito mais complexo**. In: Rev. Justiça e Sistema Criminal, v.3, n.5, p. 103-125, jul/dez 2011.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2018.

CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. Rio de janeiro: Forense Universitária, 1978.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

COIMBRA, Cecilia Maria Bouças; NASCIMENTO, Maria Livia. **Sobreimplicação: práticas de um esvaziamento político?** In: Práticas PSI inventando a vida (Orgs) Esther Maria M. de Arantes, Maria Livia do Nascimento, Tania Mara Galli Fonseca. Niterói, EdUFF: 2007.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças; LOBO, Lilia Ferreira; NASCIMENTO, Maria Livia. **Por uma invenção ética para os Direitos Humanos**. Em: Revista Psicologia Clínica, v.20. n.2, Rio de Janeiro, 2008.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. **Modalidades de Aprisionamento: processos de subjetivação contemporâneos e poder punitivo**. Em: Depois do Grande Encarceramento, seminário / organização Pedro Vieira Abramovay, Vera Malaguti Batista. – Rio de Janeiro: Revan, 2010.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. **Ética, direitos humanos e biopoder**. Em: VERVE. Revista Semestral do NU-SOL - Núcleo de Sociabilidade Libertária / Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais. Nº 20: 85-100. São Paulo: o Programa, 2011.

COLETIVO CENTELHA. **Ruptura**. São Paulo: n-1 edições, 2019.

COMITÊ INVISÍVEL. **Aos nossos amigos: crise e insurreição**. [tradução Edições Antipáticas] São Paulo; N-1 edições, 2016.

CRIMETHINK. Coletivo de Ex trabalhadores. **Da democracia à liberdade: a diferença entre governo e autodeterminação**. Salem, Oregam, EUA, 2017.

CRIMETHINK. **Contra o coronavírus e o oportunismo do Estado**. Em: A luta é pela vida: escritos anarquistas sobre capitalismo, pandemia e a luta pela vida. Disponível em https://faccaoficticia.noblogs.org/files/2020/03/LUTA_PELA_VIDA_F.pdf , acessado em 10 de maio de 2020.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. Boitempo: São Paulo, 2016.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos**. Tradução de E. A. Ribeiro. São Paulo: Editora Escuta, 1998.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. Tradução Cláudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 2006.

DELEUZE, Gilles. **En medio de Spinoza**. Buenos Aires: Cactus, 2008.

DELEUZE, Gilles: GUATTARI, Félix. **O anti-édipo: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Editora 34, 2010.

DELEUZE, Gilles. **Abecedário de Gilles Deleuze**: transcrição integral do vídeo para fins exclusivamente didáticos. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4908216/mod_folder/content/0/%5BGilles_Deleuze%2C_Claire_Parnet%5D_Abeced_rio%28zlib.org%29.pdf?forcedownload=1 . Acessado em 28 de abril de 2021.

DWECK, Esther; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de; ROSSI, Pedro. **Austeridade e retrocesso: impactos sociais da política fiscal no Brasil**. São Paulo: Brasil Debate e Fundação Friedrich Ebert, 2018.

FACÇÃO FICTÍCIA. **Para além da democracia**. 2018. Disponível em https://faccaoficticia.noblogs.org/files/2018/10/ALEM_DEMO_impressao.pdf , consultado em 20 de novembro de 2020.

FACÇÃO FICTÍCIA. **A revolta – essa ingovernável que perturba o sono dos governantes**, 2020. Disponível em https://faccaoficticia.noblogs.org/post/2020/01/02/a-revolta/ , consultado em 30 de janeiro de 2021.

FONSECA, Denise Farias da. **Avessos de Cidadania: um exercício analítico**. PUC- São Paulo. Dissertação de mestrado, 1997.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Espaço e poder – Entrevista de Michel Foucault a Paul Rabinow**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Nº 23, 1994.

FOUCAULT, Michel. **O sujeito e o poder**. In: RABINOW, Paul; RABINOW, Hubert. Michel Foucault: uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. SP: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **A ética do cuidado de si como prática da liberdade**. In: M. B. Motta (Org.), Ditos e escritos V: Ética, sexualidade, política (2a ed., pp. 264-287). Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território e População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, Michel. **Prefácio (Anti-Édipo)**. In: Ditos e Escritos VI – Repensar a política. Rio de janeiro: Forense Universitária, 2010. P. 103-106.

FOUCAULT, Michel. **A sociedade punitiva: curso no Collège de France (1972-1973)**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

GALLO, Sílvio; CARVALHO, Alexandre Filordi de. **Lutas democráticas contra a Urstaat: O que pode fazer a educação?** Revista Educação Temática Digital. Campinas SP. V. 21. n.3 p. 549-567. Jul./Set. 2019.

GRAEBER, David. **Um projeto de democracia**. São Paulo: Paz & Terra, 2015.

GROSFOGUEL, Ramón. **Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas: para além das esquerdas eurocêntricas rumo a uma esquerda transmoderna descolonial**. Revista Contemporânea. V. 2, n. 2, p. 337-362. Jul.-Dez, 2012.

GUATTARI, Félix. O capitalismo mundial integrado e a revolução molecular. Em Revolução molecular: pulsações políticas do desejo. São Paulo: Brasiliense, 1981.

GUATTARI, Félix. **Revolução molecular: Pulsações Políticas do Desejo**. Editora Brasiliense: São Paulo, 1985.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: Cartografias do desejo. (7ª edição revisitada)**. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

NU-SOL. Hypomnemata nº. 238. Boletim eletrônico mensal do Nu-Sol – Núcleo de Sociabilidade Libertária do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP nº. 238, setembro de 2020a. Disponível em https://www.nu-sol.org/blog/hypomnemata-238-setembro-2020/ , acessado em 10 de maio de 2021.

NU-SOL. Hypomnemata, nº. 240. Boletim eletrônico mensal do Nu-Sol – Núcleo de Sociabilidade Libertária do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP. Hypomnemata, nº. 240, novembro de 2020b. Disponível em https://www.nu-sol.org/blog/hypomnemata-240/ , acessado em 15 de setembro de 2021.

NU-SOL. Hypomnemata, nº. 243. Boletim eletrônico mensal do Nu-Sol – Núcleo de Sociabilidade Libertária do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP. Hypomnemata, nº. 243, março de 2021a. Disponível em hypomnemata 243 (março de 2021) – Nu-Sol , acessado em 05 de dezembro de 2021.

NU-SOL. VERVE: Revista Semestral do NU-SOL - Núcleo de Sociabilidade Libertária/ Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, PUC-SP. nº40. São Paulo: o Programa, 2021b.

NU-SOL. Abolicionismo Libertário – Verbetes. Participação. Núcleo de Sociabilidade Libertária/ Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais. São Paulo: o Programa, 2021c. Disponível em https://www.nu-sol.org/abolicionismo-libertario-verbetes/ , acessado em 10 de dezembro de 2021.

IBÁÑEZ, Tomás. **Adeus à revolução**. Em: VERVE. Revista Semestral do NU-SOL - Núcleo de Sociabilidade Libertária / Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais. Nº 33: 78-86. São Paulo: o Programa, 2018.

JOURDAN, Camila. **2013 – Memórias e resistências**. Rio de Janeiro: Circuito, 2018a.

JOURDAN, Camila. **2013 uma dimensão ética libertária**. VERVE. Revista Semestral do NU-SOL - Núcleo de Sociabilidade Libertária / Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais. Nº 34. São Paulo: o Programa, 2018b.

LA BOÉTIE, Étienne de. **Discurso da servidão voluntária**. Tradução de Casemiro Linarth. São Paulo: Martin Claret, 2009.

LACAZ, Alessandra Speranza. **Desafios da militância na esquerda: artefatos para a insurgência**. Arquivos Brasileiros de Psicologia; Rio de Janeiro, 70 (no.spe.): 59-74, 2018.

LACAZ, Alessandra Speranza. **Uma porta entreaberta: clínica e militância**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense, 2º semestre de 2021.

LAZARRATO, Maurizio. **É o capitalismo, estúpido!** Disponível em https://n-1edicoes.org/textos-1 , consultado em 1 de maio de 2020.

LAZZARATO, Maurizio; ROQUE, Tatiana. **Rupturas subjetivas e investimentos políticos: junho de 2013 no Brasil e problemas de continuidade**. Revista Mnemosine Vol. 13, nº 2, p. 392-407, 2017.

LOURAU, Rene. **Análise Institucional e práticas de pesquisa**. Rio de Janeiro: UERJ, 1993.

LOURAU, Rene. **Implicação e sobreimplicação**. In: ALTOÉ, Sônia (org.). René Lourau: Analista Institucional em Tempo Integral. São Paulo: HUCITEC, 2004.

MANCEBO, Deise. **Contemporaneidade e efeitos de subjetivação**. In: Psicologia e compromisso social / Ana Mercês Bahia Bock (org.). – São Paulo: Cortez, 2003.

MANCEBO, Deise. **Indivíduo e psicologia: Gênese e desenvolvimentos atuais**. Em: Psicologia Social: Abordagens Sócio-Históricas e Desafios Contemporâneos. Deise Mancebo e Ana Maria Jacó-Vilela (org.). 2ª edição. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004.

MIRANDA, Luciana Lobo. **Subjetividade: a (des)construção de um conceito**. In: SOUZA, Solange J. e (org.). Subjetividade em questão: a infância como crítica da cultura.Rio de Janeiro: 7Letras, 2000. p. 29 - 46.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Levantamento nacional de informações penitenciárias: INFOPEN. Organização, Thandara Santos; colaboração Marlene Inês da Rosa. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional, 2017.

MONTEIRO, Ana, COIMBRA, Cecilia., MENDONÇA FILHO, Manoel. **Estado Democrático de Direito e Políticas Públicas: Estatal é Necessariamente Público?** Porto Alegre, Revista Psicologia e Sociedade, no. 18 – 7-12; Maio/Ago, 2006.

MORAES, Marcelo José Derzi. **Democracias espectrais: por uma desconstrução da colonialidade**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2020.

NEGRI, Antonio. HARDT, Michael. **Declaração: isto não é um manifesto**. São Paulo: N-1, 2014.

PASSETTI, Edson. **Política e Resistências na sociedade de controle**. Seminário Internacional Direitos Humanos e Violência na América Latina, Rio de Janeiro: UERJ, 2008, 85-96 pp.

PASSETTI, Edson. **Heterotopia da vida sem punição**. Em: VERVE. Revista Semestral do NU-SOL - Núcleo de Sociabilidade Libertária / Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais. Nº 31: 155-172. São Paulo: o Programa, 2017a.

PASSETTI, Edson. **Micropolítica como tecnologia governamental**. Ecopolítica, 17, p. 59-73, 2017b

PASSETTI, Edson. **A presença de Michel Foucault nos anarquismos**. História: Questões & Debates, Curitiba, volume 67, n.2, p. 16-41, jul./dez. 2019.

PASSETTI, Edson. **ativismo e militantismo anarquista**. Em: VERVE. Revista Semestral do NU-SOL - Núcleo de Sociabilidade Libertária / Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais. Nº 38: 168-201. São Paulo: o Programa, 2020.

PASSOS, Eduardo. **O Estado violento em nós**. Em: Clínica e Política 2: subjetividade, direitos humanos e invenção de práticas clínicas. / organizadora Janne Calhau Mourão; colaboração de Marco Aurélio Jorge. Rio de Janeiro: Abaquar: Grupo Tortura Nunca Mais, 2009.

PELBART, Peter Pál. **Elementos para uma cartografia da grupalidade. O Indivíduo, o Comum, a Comunidade, a Multidão**. São Paulo, SP, 2010. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2021. Disponível em: http://enciclopedia.itaucultural.org.br/evento544502/elementos-para-uma-cartografia-da-grupalidade-o-individuo-o-comum-a-comunidade-a-multidao-2010-sao-paulo-sp . Acesso em: 25 de novembro de 2021. Verbete da Enciclopédia.

PELBART, Peter Pál. **Carta aberta aos secundaristas**. São Paulo: Editora n-1, Col. Pandemia, 2016.

PELBART, Peter Pál. **Por que um golpe atrás do outro**. In: Ensaios do Assombro. São Paulo: Editora n-1, 2019.

PELLEJERO, Eduardo. **Contingência, solidão, interrupção**. Consultado em https://n-1edicoes.org/textos-1 em 1 de maio de 2020.

PETERS, Michel. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença**. / Michael Peters; tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PORTAL DE NOTÍCIAS G 1. Disponível em https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/19/ainda-bem-que-monstro-do-coronavirus-veio-para-demonstrar-necessidade-do-estado-diz-lula.ghtml , acessado em 20 de dezembro de 2021.

KARAM, Maria Lucia. **A Esquerda Punitiva**. In: Discursos Sediciosos – Crime, Direito e Sociedade n.1. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.

KLEIN, Naomi. **A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre**; tradução Vânia Cury. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

KRENAK, Ailton. Ailton Krenak fala de COP26, governo Bolsonaro, Amazônia e mais. UOL Entrevista, 03/11/2021. Transcrição parcial do vídeo para fins exclusivamente didáticos. Disponível em: https://youtu.be/NSfsLoQKi04 , acessado em 20 de dezembro de 2021.

ROLNIK, Suely. **A hora da micropolítica**. São Paulo: Editora N-1, Col. Pandemia, 2016.

ROLNIK, Suely. **Esferas da insureição: Notas para uma vida não cafetinada**. N-1 Edições, 2018.

ROLNIK, Suely. **À sombra da cidadania: alteridade, homem da ética e reinvenção da democracia**. Texto reelaborado de uma fala proferida na mesa-redonda "Cidadania e alteridade", no IV Encontro Regional de Psicologia Social da ABRAPSO, no dia 30/05/92, na PUC, São Paulo. Uma primeira versão deste texto foi publicada na Seção Ponto e Contraponto, do Boletim de Novidades, Pulsional - Centro de Psicanálise, Ano V, no 41: 33-42. São Paulo, Livraria Pulsional, setembro de 1992.

ROLNIK, Suely. **Pensamento, corpo e devir – uma perspectiva ético/estético/política no trabalho acadêmico**. In: Caderno de Subjetividade V. 1, No 2- set-fev, PUC-SP, 1993.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho; PAULON, Simone Mainieri. **Escritas implicadas, pesquisadores implicantes: notas sobre os destinos da subjetividade nos desatinos da produção científica**. In: Dimenstein M, Leite J (org.) Psicologia em pesquisa: cenários de práticas e criações. Natal: Editora EDUFRN; 2014. p. 23-42.

ROQUE, Tatiana. **Subjetividades no ponto cego da esquerda**. Le Monde Diplomatique. Fevereiro, 2017. Disponível em https://diplomatique.org.br/subjetividades-no-ponto-cego-da-esquerda/ , acessado em 15 de fevereiro de 2019.

ROSE, Nikolas. **Inventando nossos eus**. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). Nunca fomos humanos. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4ª edição, 2001.

SAFATLE, Vladimir. **Entrevista com Vladimir Safatle: "não houve eleição em 2018"**. Carta Maior, 2021. Disponível em https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Entrevista-com-Vladimir-Safatle-nao-houve-eleicao-em-2018-/4/50662 , acessado em 12 de julho de 2021.

SEGATO, Rita Laura. **Gênero e Colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial**. e-cadernos ces, 2012.

SCHEINVAR, Estela. **O feitiço da política pública: escola, sociedade civil e direitos da criança e do adolescente**. Rio de Janeiro: Lamparina, Faperj, 2009.

SCHEINVAR, Estela. **A indústria da insegurança e a venda da segurança**. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 19, n. 3, p. 481-490, jul./set, 2014.

SOUZA, Alice De Marchi Pereira de. **Modulações militantes por uma vida não fascista**. (Tese de Doutorado). UERJ, 2016.

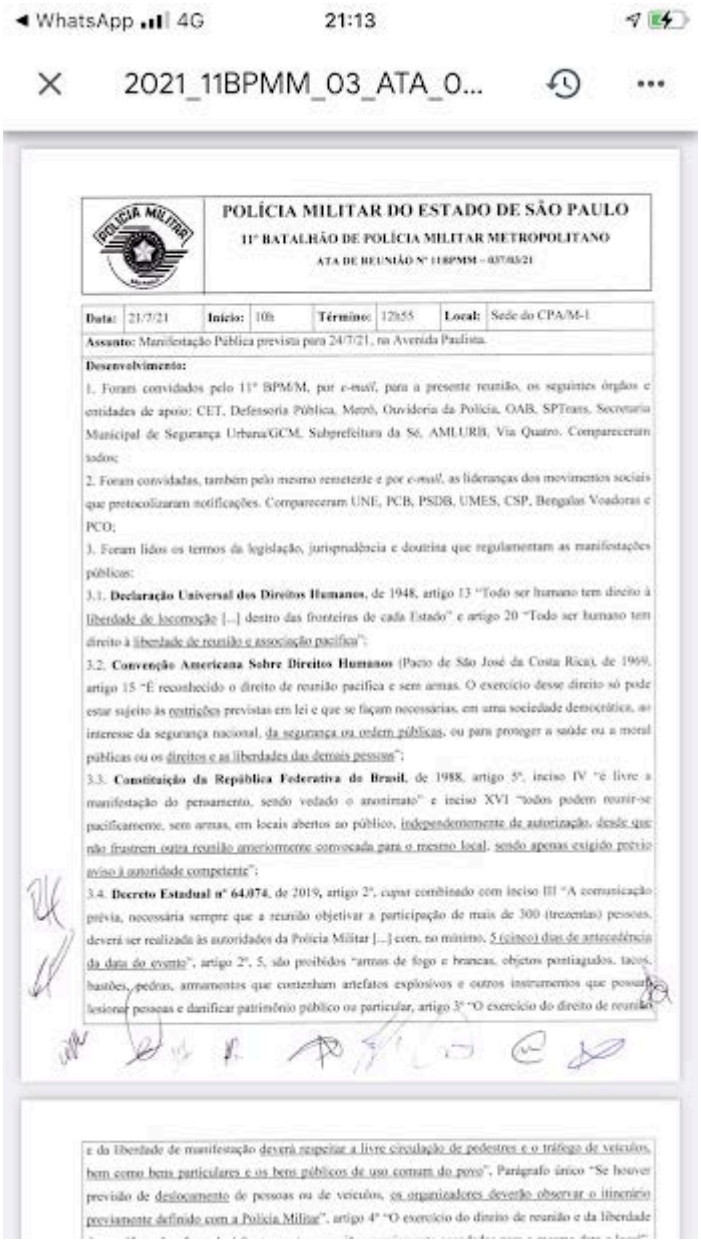
VERANI, S. **Assassinatos em Nome da Lei: Uma Prática Ideológica do Direito Penal.** Rio de Janeiro: Aldebarã, 1996.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **O que está acontecendo no Brasil é um genocídio**. Consultado em https://n-1edicoes.org/textos-1 em 30 de maio de 2020.

FILMOGRAFIA

SALES, João Moreira. **No Intenso Agora**. Brasil, 2017.

ANEXO I – Ata da reunião de São Paulo, ocorrida em julho de 2021, entre Polícia e representantes de partidos e movimentos sociais.



◄ WhatsApp 4G 21:13

2021_11BPMM_03_ATA_0...

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

11º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR METROPOLITANO

ATA DE REUNIÃO Nº 11/BPMM – 03/03/21

Data:	21/7/21	**Início:**	10h	**Término:**	12h55	**Local:**	Sede do CPA/M-1

Assunto: Manifestação Pública prevista para 24/7/21, na Avenida Paulista.

Desenvolvimento:

1. Foram convidados pelo 11º BPM/M, por *e-mail*, para a presente reunião, os seguintes órgãos e entidades de apoio: CET, Defensoria Pública, Metrô, Ouvidoria da Polícia, OAB, SPTrans, Secretaria Municipal de Segurança Urbana/GCM, Subprefeitura da Sé, AMLURB, Via Quatro. Compareceram todos;

2. Foram convidadas, também pelo mesmo remetente e por *e-mail*, as lideranças dos movimentos sociais que protocolizaram notificações. Compareceram UNE, PCB, PSDB, UMES, CSP, Bengalas Voadoras e PCO;

3. Foram lidos os termos da legislação, jurisprudência e doutrina que regulamentam as manifestações públicas:

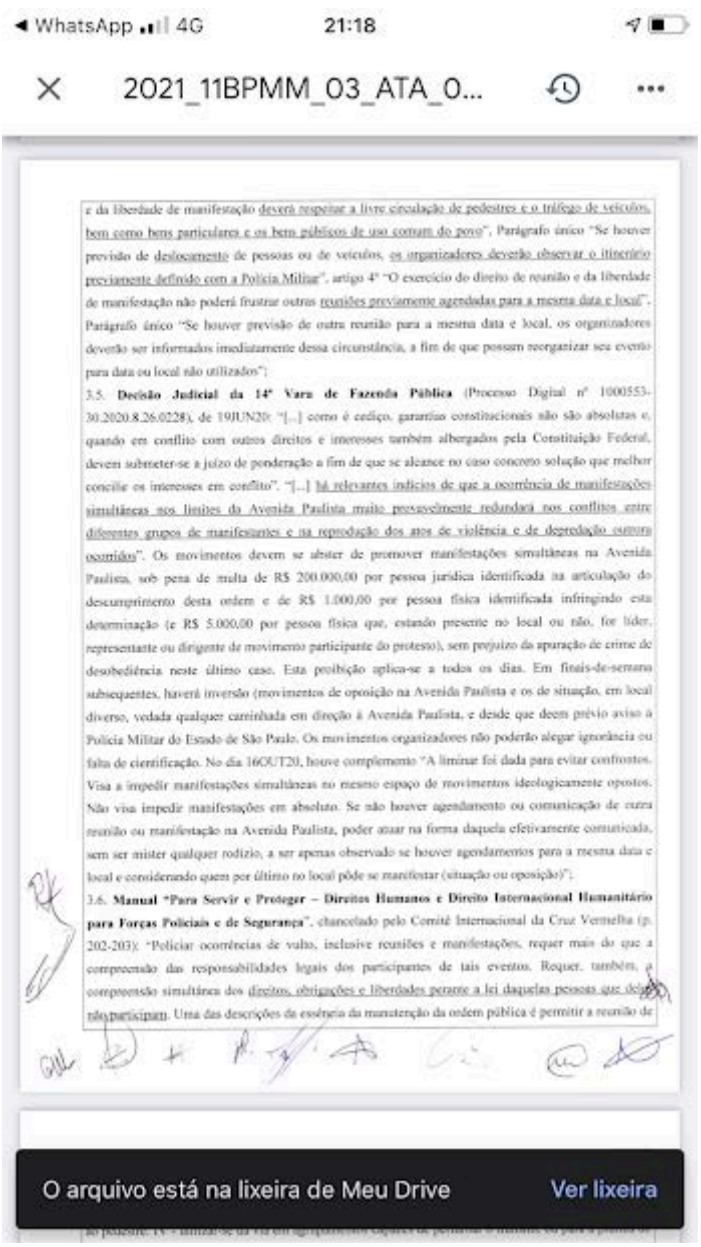
3.1. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, de 1948, artigo 13 "Todo ser humano tem direito à liberdade de locomoção [...] dentro das fronteiras de cada Estado" e artigo 20 "Todo ser humano tem direito à liberdade de reunião e associação pacíficas";

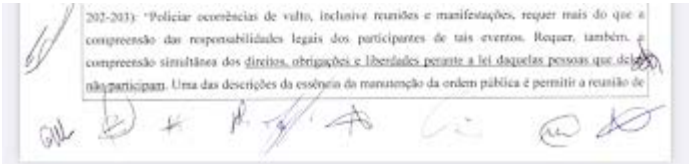
3.2. **Convenção Americana Sobre Direitos Humanos** (Pacto de São José da Costa Rica), de 1969, artigo 15 "É reconhecido o direito de reunião pacífica e sem armas. O exercício desse direito só pode estar sujeito às restrições previstas em lei e que se façam necessárias, em uma sociedade democrática, ao interesse da segurança nacional, da segurança ou ordem públicas, ou para proteger a saúde ou a moral públicas ou os direitos e as liberdades das demais pessoas";

3.3. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 1988, artigo 5º, inciso IV "é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato" e inciso XVI "todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente";

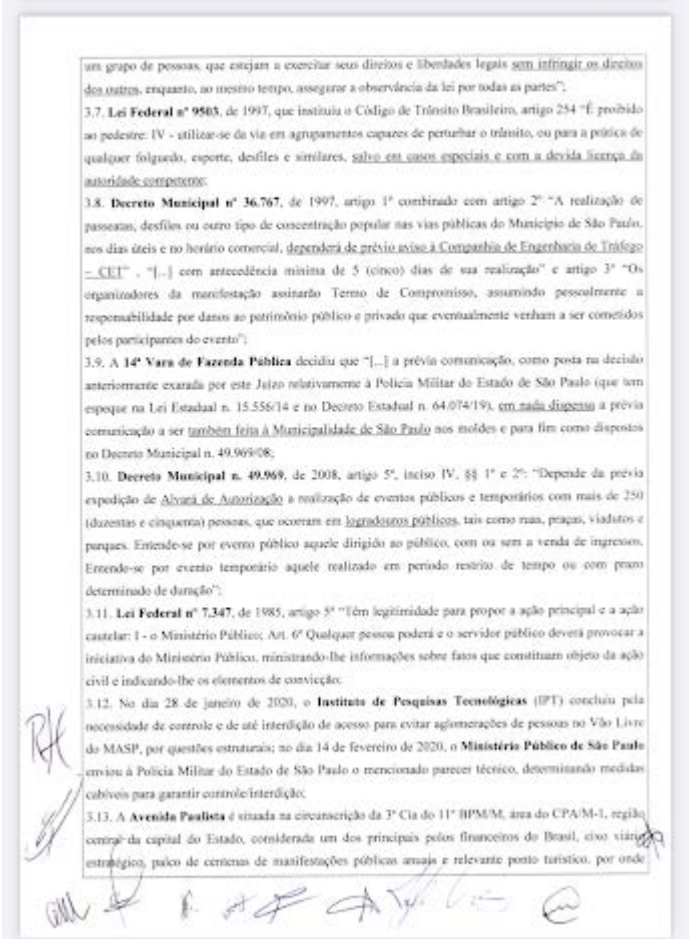
3.4. **Decreto Estadual nº 64.074**, de 2019, artigo 2º, *caput* combinado com inciso III "A comunicação prévia, necessária sempre que a reunião objetivar a participação de mais de 300 (trezentas) pessoas, deverá ser realizada às autoridades da Polícia Militar [...] com, no mínimo, 5 (cinco) dias de antecedência da data do evento", artigo 2º, 5, são proibidos "armas de fogo e brancas, objetos pontiagudos, tacos, bastões, pedras, armamentos que contenham artefatos explosivos e outros instrumentos que possam lesionar pessoas e danificar patrimônio público ou particular, artigo 3º "O exercício do direito de reunião

e da liberdade de manifestação deverá respeitar a livre circulação de pedestres e o tráfego de veículos, bem como bens particulares e os bens públicos de uso comum do povo", Parágrafo único "Se houver previsão de deslocamento de pessoas ou de veículos, os organizadores deverão observar o itinerário previamente definido com a Polícia Militar", artigo 4º "O exercício do direito de reunião e da liberdade


◄ WhatsApp 4G
21:18
2021_11BPMM_03_ATA_0...
e da liberdade de manifestação deverá respeitar a livre circulação de pedestres e o tráfego de veículos, bem como bens particulares e os bens públicos de uso comum do povo", Parágrafo único "Se houver previsão de deslocamento de pessoas ou de veículos, os organizadores deverão observar o itinerário previamente definido com a Polícia Militar", artigo 4º "O exercício do direito de reunião e da liberdade de manifestação não poderá frustrar outras reuniões previamente agendadas para a mesma data e local", Parágrafo único "Se houver previsão de outra reunião para a mesma data e local, os organizadores deverão ser informados imediatamente dessa circunstância, a fim de que possam reorganizar seu evento para data ou local não utilizados";
3.5. **Decisão Judicial da 14ª Vara de Fazenda Pública** (Processo Digital nº 1000553-30.2020.8.26.0228), de 19JUN20: "[...] como é cediço, garantias constitucionais não são absolutas e, quando em conflito com outros direitos e interesses também albergados pela Constituição Federal, devem submeter-se a juízo de ponderação a fim de que se alcance no caso concreto solução que melhor concilie os interesses em conflito". "[...] há relevantes indícios de que a ocorrência de manifestações simultâneas nos limites da Avenida Paulista muito provavelmente redundará nos conflitos entre diferentes grupos de manifestantes e na reprodução dos atos de violência e de depredação outrora ocorridos". Os movimentos devem se abster de promover manifestações simultâneas na Avenida Paulista, sob pena de multa de R$ 200.000,00 por pessoa jurídica identificada na articulação do descumprimento desta ordem e de R$ 1.000,00 por pessoa física identificada infringindo esta determinação (e R$ 5.000,00 por pessoa física que, estando presente no local ou não, for líder, representante ou dirigente de movimento participante do protesto), sem prejuízo da apuração de crime de desobediência neste último caso. Esta proibição aplica-se a todos os dias. Em finais-de-semana subsequentes, haverá inversão (movimentos de oposição na Avenida Paulista e os de situação, em local diverso, vedada qualquer caminhada em direção à Avenida Paulista, e desde que deem prévio aviso à Polícia Militar do Estado de São Paulo. Os movimentos organizadores não poderão alegar ignorância ou falta de cientificação. No dia 16OUT20, houve complemento "A liminar foi dada para evitar confrontos. Visa a impedir manifestações simultâneas no mesmo espaço de movimentos ideologicamente opostos. Não visa impedir manifestações em absoluto. Se não houver agendamento ou comunicação de outra reunião ou manifestação na Avenida Paulista, poder atuar na forma daquela efetivamente comunicada, sem ser mister qualquer rodízio, a ser apenas observado se houver agendamentos para a mesma data e local e considerando quem por último no local pôde se manifestar (situação ou oposição)";
3.6. **Manual "Para Servir e Proteger – Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário para Forças Policiais e de Segurança"**, chancelado pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha (p. 202-203): "Policiar ocorrências de vulto, inclusive reuniões e manifestações, requer mais do que a compreensão das responsabilidades legais dos participantes de tais eventos. Requer, também, a compreensão simultânea dos direitos, obrigações e liberdades perante a lei daquelas pessoas que delas não participam. Uma das descrições da essência da manutenção da ordem pública é permitir a reunião de
O arquivo está na lixeira de Meu Drive
Ver lixeira



202-203): "Policiar ocorrências de vulto, inclusive reuniões e manifestações, requer mais do que a compreensão das responsabilidades legais dos participantes de tais eventos. Requer, também, a compreensão simultânea dos direitos, obrigações e liberdades perante a lei daquelas pessoas que delas não participam. Uma das descrições da essência da manutenção da ordem pública é permitir a reunião de



um grupo de pessoas, que estejam a exercitar seus direitos e liberdades legais sem infringir os direitos dos outros, enquanto, ao mesmo tempo, assegurar a observância da lei por todas as partes";

3.7. **Lei Federal nº 9503**, de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, artigo 254 "É proibido ao pedestre: IV - utilizar-se da via em agrupamentos capazes de perturbar o trânsito, ou para a prática de qualquer folguedo, esporte, desfiles e similares, salvo em casos especiais e com a devida licença da autoridade competente;

3.8. **Decreto Municipal nº 36.767**, de 1997, artigo 1º combinado com artigo 2º "A realização de passeatas, desfiles ou outro tipo de concentração popular nas vias públicas do Município de São Paulo, nos dias úteis e no horário comercial, dependerá de prévio aviso à Companhia de Engenharia de Tráfego – CET" - "[...] com antecedência mínima de 5 (cinco) dias de sua realização" e artigo 3º "Os organizadores da manifestação assinarão Termo de Compromisso, assumindo pessoalmente a responsabilidade por danos ao patrimônio público e privado que eventualmente venham a ser cometidos pelos participantes do evento";

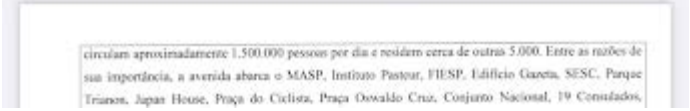
3.9. A **14ª Vara de Fazenda Pública** decidiu que "[...] a prévia comunicação, como posta na decisão anteriormente exarada por este Juízo relativamente à Polícia Militar do Estado de São Paulo (que tem espeque na Lei Estadual n. 15.556/14 e no Decreto Estadual n. 64.074/19), em nada dispensa a prévia comunicação a ser também feita à Municipalidade de São Paulo nos moldes e para fim como dispostos no Decreto Municipal n. 49.969/08;

3.10. **Decreto Municipal n. 49.969**, de 2008, artigo 5º, inciso IV, §§ 1º e 2º: "Depende da prévia expedição de Alvará de Autorização a realização de eventos públicos e temporários com mais de 250 (duzentas e cinquenta) pessoas, que ocorram em logradouros públicos, tais como ruas, praças, viadutos e parques. Entende-se por evento público aquele dirigido ao público, com ou sem a venda de ingressos. Entende-se por evento temporário aquele realizado em período restrito de tempo ou com prazo determinado de duração";

3.11. **Lei Federal nº 7.347**, de 1985, artigo 5º "Têm legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar: I - o Ministério Público; Art. 6º *Qualquer pessoa* poderá e o servidor público deverá provocar a iniciativa do Ministério Público, ministrando-lhe informações sobre fatos que constituam objeto da ação civil e indicando-lhe os elementos de convicção;

3.12. No dia 28 de janeiro de 2020, o **Instituto de Pesquisas Tecnológicas** (IPT) concluiu pela necessidade de controle e de até interdição de acesso para evitar aglomerações de pessoas no Vão Livre do MASP, por questões estruturais; no dia 14 de fevereiro de 2020, o **Ministério Público de São Paulo** enviou à Polícia Militar do Estado de São Paulo o mencionado parecer técnico, determinando medidas cabíveis para garantir controle/interdição;

3.13. A **Avenida Paulista** é situada na circunscrição da 3ª Cia do 11º BPM/M, área do CPA/M-1, região central da capital do Estado, considerada um dos principais polos financeiros do Brasil, eixo viário estratégico, palco de centenas de manifestações públicas anuais e relevante ponto turístico, por onde



circulam aproximadamente 1.500.000 pessoas por dia e residem cerca de outras 5.000. Entre as razões de sua importância, a avenida abarca o MASP, Instituto Pasteur, FIESP, Edifício Gazeta, SESC, Parque Trianon, Japan House, Praça do Ciclista, Praça Oswaldo Cruz, Conjunto Nacional, 19 Consulados,

necessidade de controle e de até interdição de acesso para evitar aglomerações de pessoas no Vão Livre do MASP, por questões estruturais, no dia 14 de fevereiro de 2020, o **Ministério Público de São Paulo** enviou à Polícia Militar do Estado de São Paulo o mencionado parecer técnico, determinando medidas cabíveis para garantir controle/interdição;

3.15. A **Avenida Paulista** é situada na circunscrição da 3ª Cia do 11º BPM/M, área do CPA/M-1, região central da capital do Estado, considerada um dos principais polos financeiros do Brasil, eixo viário estratégico, palco de correrias de manifestações públicas usuais e relevante ponto turístico, por onde

circulam aproximadamente 1.500.000 pessoas por dia e residem cerca de outras 5.000. Entre as razões de sua importância, a avenida abarca o MASP, Instituto Pasteur, FIESP, Edifício Gazeta, SESC, Parque Trianon, Japan House, Praça do Ciclista, Praça Oswaldo Cruz, Conjunto Nacional, 19 Consulados, agências bancárias, empresas, shopping centers, 9 hospitais, restaurantes, vasto/diversificado comércio, 4 estações de metrô e uma bem requisitada ciclovia;

4. Em seguida, foi perguntado ao (s) representante (s) do (s) movimento (s) a (s) natureza (s) - "situação", "oposição" ou "neutro", sendo respondido que se declara (m) como Oposição;

5. Notificação (ões) à PMESP: #24J – 4º Ato Nacional Fora Bolsonaro. Organização: consórcio de movimentos sociais e de partidos políticos dos três atos nacionais (#29M, #19J e #3J). MASP, 15h, com caminhões de som e com deslocamento. Com notificação à PMESP. Há um ato à parte previsto para 10h, na Estação Consolação (Avenida Paulista, 2163), sem notificação à PMESP e sem outras informações. Há outro ato da UMES previsto para Avenida Paulista, 2064, às 12h, com deslocamento até Praça Roosevelt, sem informações de caminhão de som e com notificação à PMESP. Há um terceiro na Praça do Ciclista, às 14h30, sem notificação à PMESP e sem outras informações.

6. Após debates acerca dos pormenores da manifestação, ficou definido por amplo consenso:

6.1. primeiro local da manifestação: MASP;

6.2. horário de início: 15h;

6.3. horário de deslocamento: 16h30;

6.4. percurso do deslocamento: até Praça do Ciclista, daí para Praça Roosevelt pela Consolação;

6.5. local final da manifestação: Roosevelt;

6.6. horário para desligar o som e iniciar a dispersão: por volta de 19h (assim que chegar na Roosevelt);

6.7. ponto (s) de caminhão (ões) de som – referem-se aos logradouros, cabendo ao CPTran definir o (s) posicionamento (s) na (s) via (s):

1) CUT / Centrais Sindicais: em Frente a FIESP;

2) APEOESP: Av Paulista, 1374 - Placas EPZ-4B41

3) PCO: Av. Paulista, 1496. Placa GOM-1696

4) PDT: Paulista, 1510. Placas EVK-7027. Suporte FAQ-0929;

5) Caminhão Principal: FORA BOLSONARO NACIONAL em frente ao MASP. Carreta Sol Nascente

6. Placas BRA-5429;

6) UNE: Paulista, 1682. Placas BWA-2544;

7) CSP: Paulista, 1682. Placas GLO-6325;

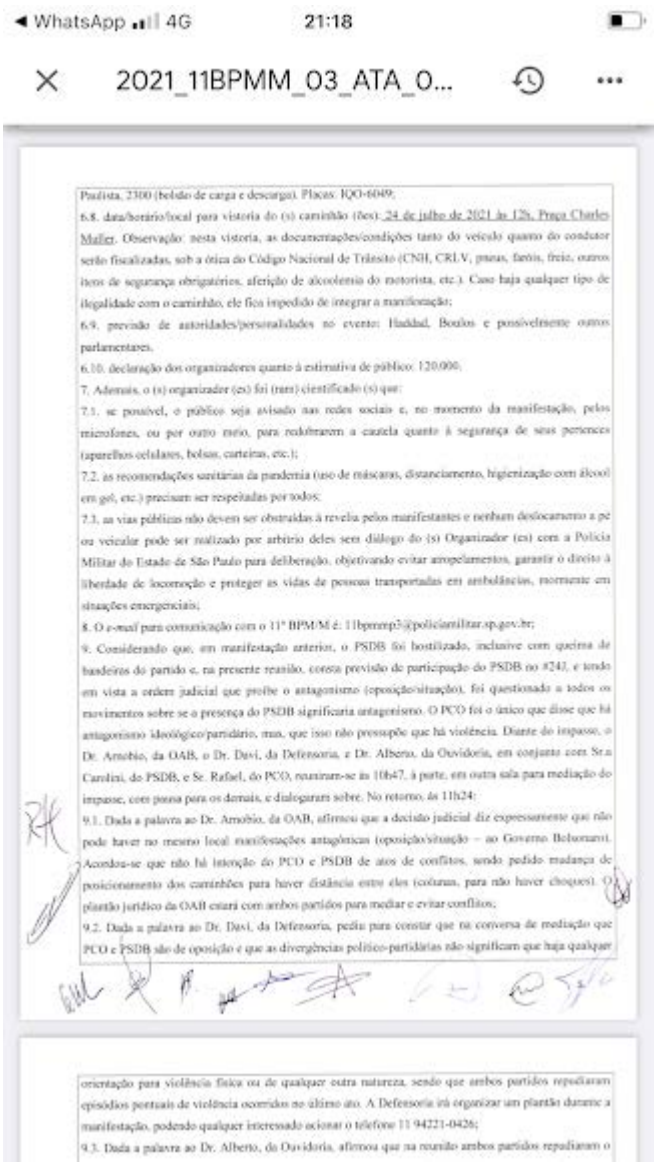
8) Resistência: Paulista, 1728. Placas CXY-6F24;

9) Esquerda Reflexiva: Paulista, 1842. Placas DXH-2552;

10) Bloco Democrático: em frente ao Shopping Center 3. Placas HZG-0646;

11) PCB: em frente ao Shopping Center 3. Placas FJY-6763;

12) MTST (não é carro de som - caminhão para recolhimento de doações de roupas e alimentos).



Paulista, 2300 (bolsão de carga e descarga). Placas: IQO-6049;

6.8. data/horário/local para vistoria do (s) caminhão (ões): 24 de julho de 2021 às 12h, Praça Charles Muller. Observação: nesta vistoria, as documentações/condições tanto do veículo quanto do condutor serão fiscalizadas, sob a ótica do Código Nacional de Trânsito (CNH, CRLV, pneus, faróis, freio, outros itens de segurança obrigatórios, aferição de alcoolemia do motorista, etc.). Caso haja qualquer tipo de ilegalidade com o caminhão, ele fica impedido de integrar a manifestação;

6.9. previsão de autoridades/personalidades no evento: Haddad, Boulos e possivelmente outros parlamentares.

6.10. declaração dos organizadores quanto à estimativa de público: 120.000.

7. Ademais, o (s) organizador (es) foi (ram) cientificado (s) que:

7.1. se possível, o público seja avisado nas redes sociais e, no momento da manifestação, pelos microfones, ou por outro meio, para redobrarem a cautela quanto à segurança de seus pertences (aparelhos celulares, bolsas, carteiras, etc.);

7.2. as recomendações sanitárias da pandemia (uso de máscaras, distanciamento, higienização com álcool em gel, etc.) precisam ser respeitadas por todos;

7.3. as vias públicas não devem ser obstruídas à revelia pelos manifestantes e nenhum deslocamento a pé ou veicular pode ser realizado por arbítrio deles sem diálogo do (s) Organizador (es) com a Polícia Militar do Estado de São Paulo para deliberação, objetivando evitar atropelamentos, garantir o direito à liberdade de locomoção e proteger as vidas de pessoas transportadas em ambulâncias, notoriamente em situações emergenciais;

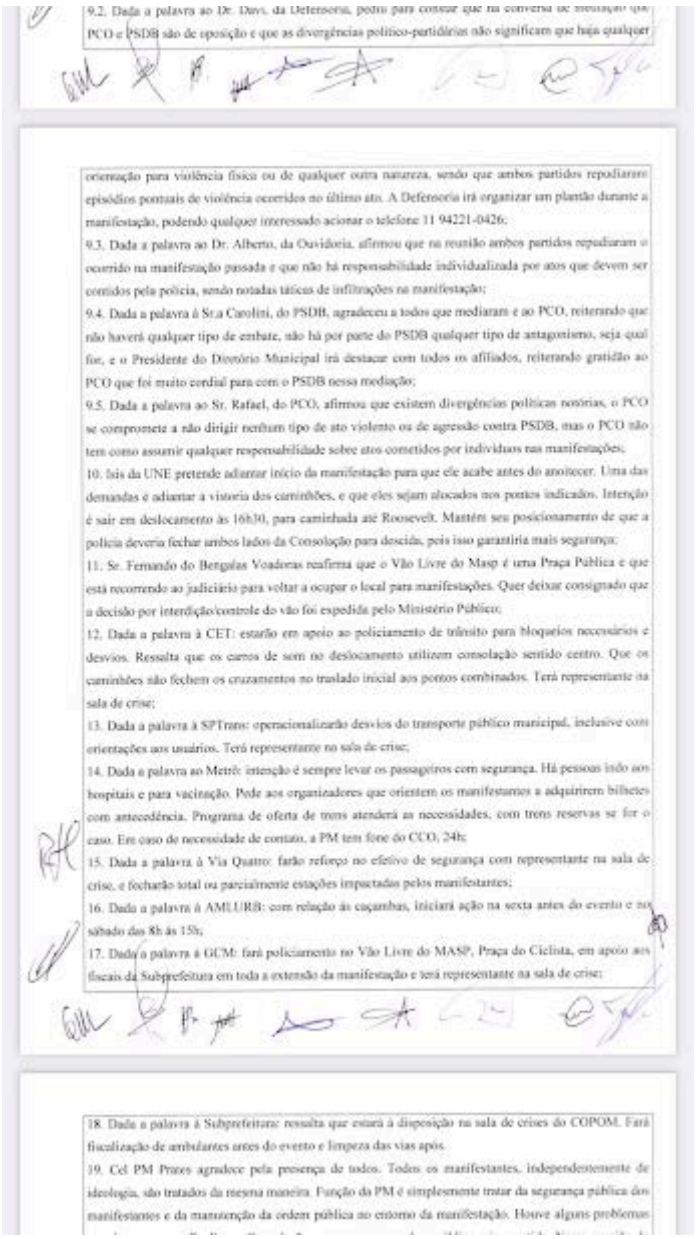
8. O e-mail para comunicação com o 11º BPM/M é: 11bpmrep3@policiamilitar.sp.gov.br;

9. Considerando que, em manifestação anterior, o PSDB foi hostilizado, inclusive com queima de bandeiras do partido e, na presente reunião, consta previsão de participação do PSDB no #240, e tendo em vista a ordem judicial que proíbe o antagonismo (oposição/situação), foi questionado a todos os movimentos sobre se o presença do PSDB significaria antagonismo. O PCO foi o único que disse que há antagonismo ideológico/partidário, mas, que isso não pressupõe que há violência. Diante do impasse, o Dr. Arnobio, da OAB, o Dr. Davi, da Defensoria, e Dr. Alberto, da Ouvidoria, em conjunto com Sr.a Carolini, do PSDB, e Sr. Rafael, do PCO, reuniram-se às 10h47, à parte, em outra sala para mediação do impasse, com ponta para os demais, e dialogaram sobre. No retorno, às 11h24:

9.1. Dada a palavra ao Dr. Arnobio, da OAB, afirmou que a decisão judicial diz expressamente que não pode haver no mesmo local manifestações antagônicas (oposição/situação – ao Governo Bolsonaro). Acordou-se que não há intenção do PCO e PSDB de atos de conflitos, sendo pedido mudança de posicionamento dos caminhões para haver distância entre eles (colunas, para não haver choques). O plantão jurídico da OAB estará com ambos partidos para mediar e evitar conflitos;

9.2. Dada a palavra ao Dr. Davi, da Defensoria, pediu para constar que na conversa de mediação que PCO e PSDB são de oposição e que as divergências político-partidárias não significam que haja qualquer orientação para violência física ou de qualquer outra natureza, sendo que ambos partidos repudiaram episódios pontuais de violência ocorridos no último ato. A Defensoria irá organizar um plantão durante a manifestação, podendo qualquer interessado acionar o telefone 11 94221-0426;

9.3. Dada a palavra ao Dr. Alberto, da Ouvidoria, afirmou que na reunião ambos partidos repudiaram o



9.2. Dada a palavra ao Dr. Davi, da Defensoria, pediu para constar que na conversa de mediação que PCO e PSDB são de oposição e que as divergências político-partidárias não significam que haja qualquer orientação para violência física ou de qualquer outra natureza, sendo que ambos partidos repudiaram episódios pontuais de violência ocorridos no último ato. A Defensoria irá organizar um plantão durante a manifestação, podendo qualquer interessado acionar o telefone 11 94221-0426;

9.3. Dada a palavra ao Dr. Alberto, da Ouvidoria, afirmou que na reunião ambos partidos repudiaram o ocorrido na manifestação passada e que não há responsabilidade individualizada por atos que devem ser contidos pela polícia, sendo notadas táticas de infiltrações na manifestação;

9.4. Dada a palavra à Sr.a Carolini, do PSDB, agradeceu a todos que mediaram e ao PCO, reiterando que não haverá qualquer tipo de embate, não há por parte do PSDB qualquer tipo de antagonismo, seja qual for, e o Presidente do Diretório Municipal irá destacar com todos os afiliados, reiterando gratidão ao PCO que foi muito cordial para com o PSDB nessa mediação;

9.5. Dada a palavra ao Sr. Rafael, do PCO, afirmou que existem divergências políticas notórias, o PCO se compromete a não dirigir nenhum tipo de ato violento ou de agressão contra PSDB, mas o PCO não tem como assumir qualquer responsabilidade sobre atos cometidos por indivíduos nas manifestações;

10. Isis da UNE pretende adiantar início da manifestação para que ele acabe antes do anoitecer. Uma das demandas é adiantar a vistoria dos caminhões, e que eles sejam alocados nos pontos indicados. Intenção é sair em deslocamento às 16h30, para caminhada até Roosevelt. Mantém seu posicionamento de que a polícia deveria fechar ambos lados da Consolação para descida, pois isso garantiria mais segurança;

11. Sr. Fernando do Bergalas Voadoras reafirma que o Vão Livre do Masp é uma Praça Pública e que está recorrendo ao judiciário para voltar a ocupar o local para manifestações. Quer deixar consignado que a decisão por interdição/controle do vão foi expedida pelo Ministério Público;

12. Dada a palavra à CET: estarão em apoio ao policiamento de trânsito para bloqueios necessários e desvios. Ressalta que os carros de som no deslocamento utilizem consolação sentido centro. Que os caminhões não fechem os cruzamentos no traslado inicial aos pontos combinados. Terá representante na sala de crise;

13. Dada a palavra à SPTrans: operacionalizarão desvios do transporte público municipal, inclusive com orientações aos usuários. Terá representante na sala de crise;

14. Dada a palavra ao Metrô: intenção é sempre levar os passageiros com segurança. Há pessoas indo aos hospitais e para vacinação. Pede aos organizadores que orientem os manifestantes a adquirirem bilhetes com antecedência. Programa de oferta de trens atenderá as necessidades, com trens reservas se for o caso. Em caso de necessidade de contato, a PM tem fone do CCO, 24h;

15. Dada a palavra à Via Quatro: farão reforço no efetivo de segurança com representante na sala de crise, e fecharão total ou parcialmente estações impactadas pelos manifestantes;

16. Dada a palavra à AMLURB: com relação às caçambas, iniciará ação na sexta antes do evento e no sábado das 8h às 15h;

17. Dada a palavra à GCM: fará policiamento no Vão Livre do MASP, Praça do Ciclista, em apoio aos fiscais da Subprefeitura em toda a extensão da manifestação e terá representante na sala de crise;

18. Dada a palavra à Subprefeitura: ressalta que estará à disposição na sala de crises do COPOM. Fará fiscalização de ambulantes antes do evento e limpeza das vias após.

19. Cel PM Prates agradece pela presença de todos. Todos os manifestantes, independentemente de ideologia, são tratados da mesma maneira. Função da PM é simplesmente tratar da segurança pública dos manifestantes e da manutenção da ordem pública no entorno da manifestação. Houve alguns problemas

WhatsApp 4G
21:19
2021_11BPMM_03_ATA_0...
18. Dada a palavra à Subprefeitura: ressalta que estará à disposição na sala de crises do COPOM. Fará fiscalização de ambulantes antes do evento e limpeza das vias após.
19. Cel PM Prates agradece pela presença de todos. Todos os manifestantes, independentemente de ideologia, são tratados da mesma maneira. Função da PM é simplesmente tratar da segurança pública dos manifestantes e da manuteração da ordem pública no entorno da manifestação. Houve alguns problemas em alguns atos na Paulista e Consolação e espera que a ordem pública seja mantida. Nessa reunião de hoje, após mediação mencionada, acordou-se que as ideologias entre PSDB e PCO são as mesmas. Não pode, por determinação judicial, haver antagonismo de situação/oposição na Paulista. Cidadãos não podem promover atos violentos. Sobre o que se acordou, responsabilidades são originadas e serão cobradas. Caso haja algum problema dentro do que foi acordado nessa reunião, o Ministério Público será cientificado para providências atinentes aos envolvidos. Se tudo for cumprido, o direito à segurança e manifestação serão assegurados dentro do que preconizam as leis vigentes, e isso é o objetivo de todos.

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMANDO DE POLICIAMENTO DE ÁREA METROPOLITANO UM

DÉCIMO PRIMEIRO BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR METROPOLITANO

21/7/21

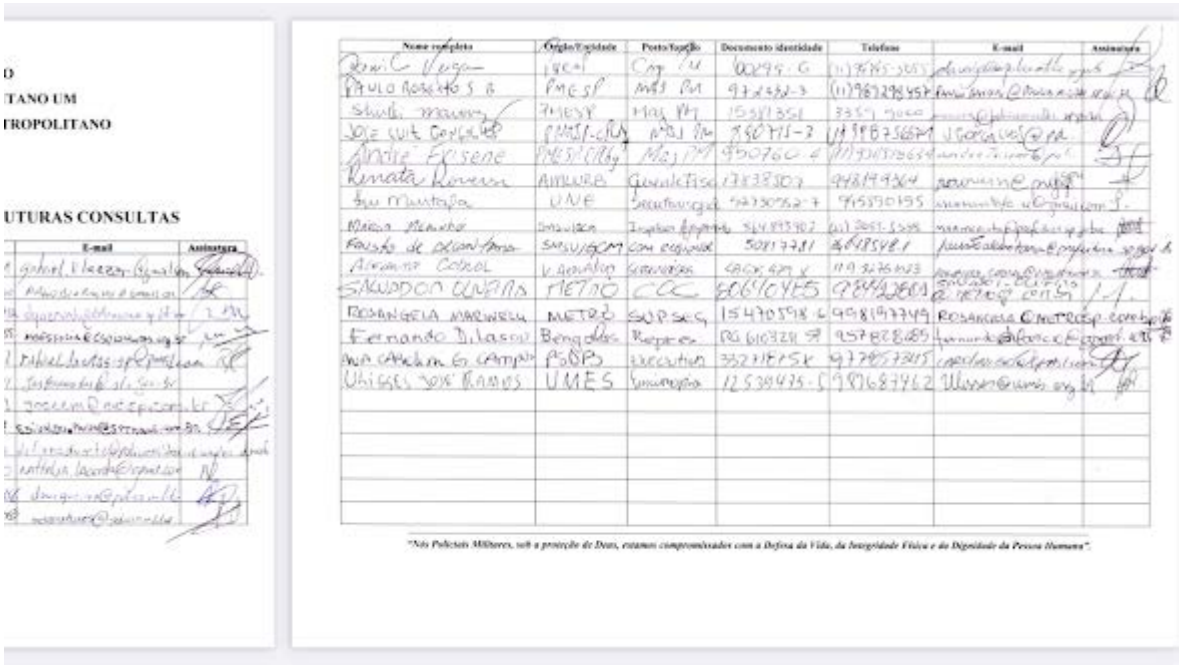
INÍCIO: 10 h 00 min

TÉRMINO: ___ h ___ min

FAVOR PREENCHER COM LETRA LEGÍVEL PARA FUTURAS CONSULTAS

Nome completo	Órgão/Entidade	Posto/função	Documento identidade	Telefone	E-mail	Assinatura
Gabriel Vicente Lazzari	PCB	Representante	42.391.724-9	11 98626 9101	gabriel.lazzari@gmail.com	
Arnaldo Alves Lavor	OAB-SP	Representante	34.814.497-8	(11) 99[illegible]	[illegible]	
Dra. O. Fonte de Pascoal	DPESP	Def. Público	41898 102-4	(11) 99220 8714	[illegible]	
Manoel Pereira de Carvalho	MPÚ CSP Conlutas	Representante	13022054-1	(11) 99166 7455	[illegible]	
Rafael Dantas	PCO	Rep.	33.346936	11 97393 1161	rafael.dantas.sp@pmsl.com	
Alberto Sabriva	Dependência Pública	[illegible]	36.467.725-3	(11) 96819 1011	[illegible]	
José Eduardo Montezuma	CET/Ipiranga	Técnico	11.314.503-5	3040.2051	[illegible]	
Eduardo Simões de Paula	SPTRANS/PMO	Gerente	11.022.947-2	(11) 95604 9827	[illegible]	
Julian [illegible]	PM/PMSP	Ten. Pm	41.201.517-3	(11) 95[illegible]	[illegible]	
Natalia Cristina Rodrigues Lacerda	PMESP	1 Ten. Pm	46223529	(11) 98[illegible]	nathalia.lacerda@gmail.com	
Dani Queiroz	PMESP	1 Ten. PM	41.260.055-4	(15) 99177 4116	[illegible]	
André Antunes	PMESP	Cap. PM	301038-7	(11) 93[illegible]	[illegible]	

O arquivo está na lixeira de Meu Drive
Ver lixeira



D
TANO UM
ROPOLITANO

UTURAS CONSULTAS

	E-mail	Assinatura

Nome completo	Órgão/Entidade	Posto/Função	Documento identidade	Telefone	E-mail	Assinatura

"Nós Policiais Militares, sob a proteção de Deus, estamos comprometidos com a Defesa da Vida, da Integridade Física e da Dignidade da Pessoa Humana".